

Diário do Legislativo de 25/05/2004

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PL

2º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Dilzon Melo - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PSDB

3º-Secretário: Deputado George Hilton - PL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 12ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Ciclo de Debates "Gás Natural para o Desenvolvimento"

1.2 - 13ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Comemoração dos 50 anos da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/5/2004

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Alencar da Silveira Jr.

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Secretário Wilson Brumer - Palavras do Sr. Ildo Luiz Sauer - Palavras da Secretária Maria das Graças Silva Foster - Palavras do Sr. Romero de Oliveira e Silva - Palavras do Sr. Djalma Bastos de Moraes - Palavras do Sr. Marco Paulo Dani - Palavras do Sr. Rosalino Fernandes - Palavras do Sr. Cláudio Arnaldo Lambertucci - Palavras do Sr. Pedro Enrique Zwaal - Palavras do Sr. Isaías Pereira - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Leitura e entrega de carta - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Mauri Torres - Adelmo Carneiro Leão - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Dalmo Ribeiro Silva - Jô Moraes - Sidinho do Ferrotaco - Wanderley Ávila - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Wilson Brumer, Secretário de Desenvolvimento Econômico; Maria das Graças Silva Foster, Secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia; Ildo Sauer, Diretor de Gás e Energia da PETROBRAS; Romero de Oliveira e Silva, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGÁS; Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - e da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG; Marco Paulo Dani, Secretário Executivo do Conselho de Infraestrutura da Federação das Indústrias de Minas Gerais - FIEMG; Rosalino Fernandes, Presidente do Comitê de Gás Natural Veicular do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP; Cláudio Arnaldo Lambertucci, Presidente do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais - SINDIREPA-MG; Pedro Enrique Zwaal, Coordenador da Câmara Setorial do Gás Natural, Veicular e Industrial do SINDIREPA-MG; Isaías Pereira, Presidente do Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Minas Gerais - SINCAVIR-MG; e a Deputada Jô Moraes.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Ciclo de Debates " Gás natural para o desenvolvimento".

Palavras do Sr. Presidente

Há várias décadas o Governo brasileiro vem se debatendo com questões estruturais que entravam a geração de emprego e renda, o equilíbrio das contas públicas, a administração da dívida externa em níveis razoáveis, os investimentos nos setores produtivos e nos programas sociais, enfim, questões que emperram o desenvolvimento do País em seu sentido pleno.

Um dos motivos da morosidade brasileira em caminhar para um crescimento seguro e continuado, apontam os analistas econômicos, é a falta de planejamento. O outro é o não-aproveitamento das oportunidades e das potencialidades que o País apresenta, principalmente em termos de recursos naturais, de extensão territorial e de diversificação de suas atividades econômicas. Exemplo claro dessa situação foi a crise no setor de energia elétrica que recentemente levou o Governo a impor medidas de racionamento, que trouxeram prejuízos, transtorno e apreensão aos segmentos empresariais e a população de modo geral.

E essa crise - é oportuno que se diga - não foi devidamente superada, levando-se em conta o crescimento previsto da demanda e a oferta de energia disponível para atendê-la.

Para não correremos o risco de outro racionamento ou mesmo de um colapso no setor, é preciso que o País, de forma segura e planejada, faça investimentos e aproveite adequadamente as diversas alternativas que compõem sua matriz energética. Uma dessas alternativas, com grande potencial de utilização e de bons resultados, é o gás natural.

Suas vantagens comparativas, como as relacionadas a reservas, ao custo e ao meio ambiente, são amplamente reconhecidas. Por que, então, ainda é tão reduzida a participação do gás natural na matriz energética nacional? Uma resposta que nos parece óbvia é que, para adotar continuamente esse combustível, em substituição a outro, as indústrias e os consumidores em geral - estes especialmente no caso do gás natural veicular - precisam de segurança.

As empresas de diversas áreas e os usuários de automóveis precisam saber que, ao optarem pelo gás natural, estão contribuindo para a solução do problema energético brasileiro e terão a garantia de fornecimento do produto, de uma ampla rede de distribuição e abastecimento, de preços competitivos, para que não se sintam frustrados ou iludidos, como ocorreu, tempos passados, quando impelidos a substituir a gasolina pelo álcool.

O que se pretende com este ciclo de debates é justamente pôr em discussão a importância do gás natural para o desenvolvimento do País e, especificamente, de Minas Gerais e as condições necessárias para que seu emprego em larga escala saia do plano da hipótese para se tornar realidade concreta. Esse passo depende, em primeiro lugar, da convicção das vantagens de utilização do combustível e de uma decisão política que garanta a sustentabilidade de um programa voltado para ele.

Essas considerações têm o propósito de provocar uma reflexão inicial sobre o assunto, que certamente será abordado com mais propriedade e mais profundidade pelos ilustres expositores e debatedores deste encontro, representantes de órgãos públicos, de entidades empresariais e de prestação de serviços vinculados à produção, à distribuição e ao consumo de combustíveis.

Queremos agradecer a todos eles, por sua disponibilidade em participar deste debate, às pessoas e instituições que colaboraram para sua realização e a todos os presentes neste Plenário, esperando que as informações, os pontos de vista e as proposições aqui levantadas contribuam para a implementação de políticas que dêem sustentação e estabilidade ao setor energético brasileiro. Muito obrigado.

A Presidência passa neste instante a Presidência dos trabalhos ao Deputado Alencar da Silveira Jr., autor do requerimento que deu origem a este evento.

O Sr. Presidente (Deputado Alencar da Silveira Jr.) - Bom dia. Há meses, um grupo de empresários, juntamente com o Governo, vem trabalhando para o desenvolvimento do gás natural. Creio que debates como este fazem renascer uma nova esperança para o setor, principalmente o do gás veicular, que hoje passa por sérias necessidades.

Palavras do Secretário Wilson Brumer

Exmo. Deputado Alencar da Silveira Jr., Deputadas e Deputados presentes; Secretária Maria das Graças Silva Foster; Srs. Ildo Luiz Sauer, Djalma Bastos, Presidentes de associações e sindicatos que, nesta manhã, debaterão conosco tema tão importante.

Antes de mais nada, agradeço a oportunidade de debater o gás natural para o desenvolvimento de Minas Gerais. O gás, como já foi dito, é fundamental na composição da nova matriz energética de qualquer Estado, mas, no caso de Minas Gerais, certamente essa importância é mais clara, porque vários segmentos na economia mineira passarão a ser mais competitivos com a utilização do gás.

Farei uma pequena apresentação sobre a GASMIG e os projetos que estamos implementando.

O que é a GASMIG? Somos uma empresa com venda total de mais ou menos 3.100.000m³ de gás por dia. Temos evoluído muito nos últimos anos, mas, a nosso ver, os números ainda são modestos, considerando-se o potencial de Minas Gerais.

Se considerarmos as regiões em que o gás está implantado no Estado e nossos acordos com a GASPETRO, estaremos, na verdade, falando de mais ou menos 3.500.000m³, dos quais vendemos 3.100.000m³. A margem de crescimento, em função dos contratos e dos investimentos até agora feitos e planejados para a GASMIG, mostra que temos um grande limitador, se considerarmos a situação presente.

Dado importante para o futuro do setor em Minas Gerais: desde 2001, o volume de venda de gás vem crescendo, assim como o número de clientes. Saímos de 100 clientes em 2001 e estamos programando para este ano cerca de 228.

Para 2004, é nosso plano também a extensão da rede para 290km. Apesar das negociações em andamento com a PETROBRAS e com a GASPETRO, não paralisamos os investimentos da GASMIG, partindo do pressuposto de que essa é uma demanda bastante forte em Minas Gerais.

Qual a proposta para a expansão do mercado de gás natural em Minas Gerais? Se considerarmos não só o que temos hoje, em relação à GASBEL e sua ampliação, mas também o que existe de mercado potencial na região do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro, teremos números bastante expressivos para o uso do gás. São cerca de 10.000.000m³ contra os atuais 3.100.000m³. Ou seja, considerando o potencial demandado hoje e o Sul de Minas e o Triângulo Mineiro, entendemos que, até 2010, teremos um mercado potencial de quase 10.000.000m³ por dia, e, se estendermos o prazo, falaremos de 11.100.000m³. Para ser muito franco com os senhores, essas são as projeções, mas entendo que talvez estejamos, a meu ver, um pouco conservadores. A partir do momento em que o mercado, como um todo, tiver certeza da existência de gás mais abundante em Minas Geras, não hesitarei em afirmar aos senhores que teremos condições de expandir as projeções hoje apresentadas.

A GASMIG hoje dificilmente terá condições isoladas para atender à demanda futura, por várias razões. Ela é basicamente controlada 100% pela CEMIG, que, como empresa de energia elétrica, tem também uma série de programas e investimentos a serem realizados nos próximos anos, nas áreas da distribuição, geração e transmissão. Um outro ponto fundamental é também a própria existência de gás. Sendo assim, esse assunto vem sendo discutido, há alguns anos, em Minas Gerais, ou seja, termos na GASMIG a participação de um sócio que trouxesse para ela todas as condicionantes ainda faltantes na empresa. Entendemos que melhor sócio que a GASPETRO e a PETROBRAS não seria encontrado, um dos pontos que certamente o Diretor de Gás da PETROBRAS abordará, pois é fundamental a associação entre a GASMIG e a GASPETRO para o incremento de gás em Minas Gerais.

De antemão, quero deixar claro que, para essa negociação que estamos promovendo com a GASPETRO-PETROBRAS, existem alguns condicionantes, e a mais importante é a aprovação, por esta Casa, da participação que estamos prevendo do capital da PETROBRAS ou GASPETRO no capital da GASMIG.

Certamente entendemos que, em Minas Gerais, é necessária uma política de estímulo à utilização de gás que englobe a substituição do óleo diesel pelo gás natural no transporte coletivo e a implantação de projetos para o desenvolvimento de gasodutos virtuais.

Os senhores verão, logo a seguir, que o nosso projeto prevê a chegada do gás ao Sul de Minas e ao Triângulo Mineiro. Enquanto o gás não chega a outras localidades, entendemos que o chamado gasoduto virtual tem um enorme potencial em Minas Gerais, pois amplia a oportunidade de implantação do gás. Por outro lado, também entendemos serem muito importantes campanhas promocionais para o uso do gás virtual. Quero, então, em primeira mão, apresentar aos senhores uma parte dessa campanha pela conversão de gás, que começará ainda neste mês de maio. Esses são alguns dos exemplos dessa campanha em Minas Gerais, nos próximos dias.

Qual é o acordo de associação entre a GASMIG e a PETROBRAS que estamos discutindo? Primeiro, gostaria de mencionar que, em termos de PETROBRAS-GASPETRO, o acordo de termos e condições básicas está concluído. Na última sexta-feira concluímos os últimos pontos, mas ainda há outros a serem debatidos pela CEMIG e pela GASMIG dentro do seu conselho de administração, o mesmo acontecendo com a PETROBRAS. Acreditamos que, no caso da CEMIG, isso já será possível durante o mês de maio, pois haverá uma reunião com o conselho de administração no próximo dia 27 e, nessa oportunidade, a CEMIG levará para apreciação do conselho essa discussão. Esperamos que também a PETROBRAS rapidamente possa fazê-lo em seu conselho.

Como disse logo no início, será fundamental para que implantemos isso a aprovação da proposição que estamos elaborando pela Assembléia Legislativa. Já existe uma autorização antiga que permite que a GASMIG tenha um sócio com participação de até 25%. Nos próximos dias, pretendemos encaminhar uma proposição à Assembléia Legislativa de Minas que é condicionante ao fechamento desse acordo com a PETROBRAS, permitindo que essa participação se eleve a até 49%. Num primeiro momento, essa participação se dará em torno de 40%, mas entendemos que poderá haver um aumento, naturalmente sujeito à aprovação desta Casa.

O acordo de acionistas, de suprimentos, enfim, todas essas negociações já estão bem adiantadas, e acreditamos que, em não mais do que 30 dias, poderemos dar por encerrado esse processo e começar a investir nos projetos de que Minas Gerais precisa.

Esse é o desenho do gasoduto ou da nova GASMIG para Minas Gerais. Os senhores podem observar que temos hoje o tronco central da GASBEL na linha verde que ali está.

Nossa proposição é que o gás chegue ao Vale do Aço, onde existe demanda de mais ou menos 1.100.000m³ por dia. Talvez rapidamente implantemos esse processo. A mesma coisa acontece com o Sul de Minas. Os senhores podem observar que, no caso do Sul de Minas, ele entra em Itajubá, chegando a várias localidades onde entendemos existir grande potencial.

Outro desafio é o gás chegar ao Triângulo Mineiro por Uberaba, indo até Uberlândia e Araguari, eventualmente estendendo-se até o Distrito Federal. Este é o desenho do nosso projeto. Com ele, certamente, faremos com que Minas Gerais participe do gás.

Dos pontos-chaves poderemos, como disse no início, atingir outras localidades pelo chamado gasoduto virtual. Explorarei um pouco essa tese. Num primeiro momento, em algumas localidades, a construção de um gasoduto seria inviável sob o ponto de vista econômico, por isso a idéia de utilização do gasoduto virtual para que, quando houvesse mercado consolidado, chegasse o gasoduto. Novamente esse gás virtual iria para outras localidades, seria um processo contínuo.

A divisão do mercado de 11.000.000m³ foi, de maneira resumida, apresentada no início desta exposição. No caso do Triângulo Mineiro, a negociação está avançada para implantação na região de Uberaba de uma planta de uréia, que permitirá a antecipação da implantação desse projeto de 2007 para 2006. Com todas as aprovações acordadas, a empresa pretende implantar essa planta de uréia, fundamental para o

desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Esses são os investimentos planejados para esse programa apresentado aos senhores. Estamos falando de números expressivos, são investimentos de mais ou menos US\$475.000.000,00. O grosso desses investimentos será realizado no máximo até 2007 ou 2008.

Também mencionei durante a apresentação os próximos passos a serem dados, com a aprovação desse projeto pelos conselhos de administração das respectivas empresas.

Nossa proposição é que esta Assembléia discuta a integralização de até 49% da GASPETRO no capital da GASMIG. Essa lista de matérias depende de voto conjunto entre a CEMIG e a GASPETRO na proposição de lei que encaminharemos. Nessa proposição também haverá direito de preferências da GASPETRO nas eventuais futuras alienações de ações de propriedade da CEMIG, que não é o caso, mas o acordo certamente terá de contemplá-las. Deverá haver regras para composição e funcionamento dos órgãos de administração, além de cláusulas de arbitragem.

Em linhas gerais, essa era a apresentação que queria fazer. Depois das apresentações do Dr. Ildo Sauer e da Dra. Maria das Graças, teremos oportunidade de entrar em mais detalhes com os senhores e senhoras. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ildo Luiz Sauer

Exmo. Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., que teve a iniciativa de propor a realização deste debate; Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes; Secretário Brumer; Secretária Maria das Graças; Presidente da CEMIG; Sr. Romero, da ABEGÁS; colegas da PETROBRAS; Silvestre, gerente da REGAP, que nos acompanha; Sr. Gerente-Geral de Novos Negócios da PETROBRAS; demais Diretores da CEMIG e da GASMIG; Otávio; empresários, representantes da FIEMG e da Associação de Gás Veicular, demais companheiros presentes, tenho a honra de retornar ao Plenário da Assembléia Legislativa, depois de aqui ter estado, como lembrou o Presidente desta Casa, por ocasião do racionamento. Então, na presença do já fragilizado, em termos de saúde, mas extremamente vivaz e lúcido Presidente Aureliano Chaves, debatíamos a crise das águas na represa de Furnas, fato efetivamente bem lembrado pelo Presidente da Assembléia Legislativa.

O caminho para a estabilização do abastecimento energético do País e do Estado está sendo perseguido com tenacidade pelo atual Governo, que tem propostas concretas, com a aprovação do novo modelo do setor elétrico e os debates em torno da diversificação da matriz energética brasileira. As recentes lições da Argentina, que hoje passa por um racionamento duplo, de energia elétrica e de gás natural, não nos deixam dúvida quanto à importância todas as forças - empresariais, políticas e acadêmicas - estarem presentes nesse debate, para que neste País se busque a solução mais adequada para questão.

Preparei uma apresentação dividida em três etapas: na primeira, farei uma breve revisão da situação do gás natural no mundo; em seguida, da situação do gás natural no Brasil; por fim, talvez até desnecessariamente, dada a precisão e completude da exposição do Secretário Wilson Brumer, farei um breve comentário sobre os entendimentos entre a PETROBRAS, a GASMIG, a CEMIG e o Governo de Minas Gerais, buscando a ampliação dos investimentos e o crescimento do mercado de gás natural no Estado.

Aqui temos uma figura de "pizza", apresentando os principais mercados consumidores, os principais países que detêm as maiores produções de gás natural do mundo. Em primeiro lugar, estão os Estados Unidos, com 26% da produção. A Rússia, que possui enormes reservas na Sibéria e tem desenvolvido muito seu mercado, detém 15%. Em seguida, vem Inglaterra, Alemanha, Japão, Ucrânia, Irã, Itália, Arábia Saudita e Uzbequistão, países que mais têm usado o gás natural.

Aqui temos a situação da demanda atual e algumas projeções até 2025, mostrando que nesse período o crescimento deverá mais do que duplicar. Nos próximos 20 anos, acredita-se que o consumo de gás natural do mundo deverá mais do que dobrar. São números extremamente significativos. O gás natural, em razão de seu menor impacto ambiental entre os combustíveis fósseis e de sua condição econômica muito dependente dos investimentos de infra-estrutura, sempre que chega ao mercado consumidor torna-se combustível preferencial.

Aqui temos números do crescimento. Na América do Sul e na Ásia, o consumo ainda é relativamente modesto, devido, em grande parte, à ausência de investimentos necessários. O gás natural, a exemplo da eletricidade, é uma indústria de rede. Exige simultaneidade na produção, desde os campos submarinos ou terrestres: sistema de tratamento e processamento, redes de gasodutos, malhas de distribuição e todos os equipamentos de uso final nas instalações dos consumidores, sejam indústrias, sejam usinas termelétricas de co-geração, de gás veicular etc. Essa simultaneidade torna o desenvolvimento da indústria de gás natural bastante peculiar, em razão da necessidade de coordenar todos os agentes desde a produção até o consumo final.

Participação do gás natural na matriz energética de vários países. Lembro que 78% do Uzbequistão é abastecido com esse combustível. Embora a Argentina esteja passando por uma crise, 43% do consumo energético desse país é de gás natural. No Brasil, esse número vem passando por taxas de crescimento extremamente elevadas.

Quanto às reservas mundiais, a Rússia detém as maiores, seguida de Irã, Catar e Arábia Saudita. Na América do Sul, damos destaque aos recursos da Bolívia, da Venezuela, da Argentina e, mais recentemente, do Brasil.

Produção mundial de gás natural: cerca de 2.500.000.000.000m³. No Brasil, a produção de 2003 foi de 15.800.000.000m³ por ano, com 43.000.000m³ por dia. Incluindo a produção boliviana, vendemos no mercado cerca de 30.000.000m³, porque existe consumo próprio da PETROBRAS, e a injeção de gás, em razão da falta de infra-estrutura, não é inteiramente mobilizada. Em Urucu, no Amazonas, produzimos cerca de 8.500.000.000m³ por dia, retiramos os líquidos, e o restante é reinjetado nos campos para uso futuro, até que os gasodutos para transporte desse gás até Manaus estejam prontos.

A relação entre reserva e produção é um índice que mostra os investimentos em garantia de reservas e suprimentos. Divide-se a quantidade de gás reconhecida como reserva pela produção anual para se ter idéia do horizonte de anos: se nenhuma nova descoberta for feita, esse será o número de anos em que o País será abastecido.

Há números astronômicos. No Brasil, esse número, hoje, é bastante confortável, da ordem de 20 anos.

- Procede-se à apresentação de transparências.

Nesta transparência, vemos vários países da região do Atlântico, com destaque para Bolívia, Venezuela, Trinidad e Tobago e o próprio Brasil, que se coloca em quarto lugar nesse indicador de garantia de suprimento.

Os Estados Unidos dependem enormemente da importação de petróleo e de gás natural. Seu consumo está aumentando dramaticamente e

praticamente engole uma reserva brasileira por ano. A evolução do indicador de reservas americanas de gás pela produção vem diminuindo, estando, hoje, abaixo dos dez anos. Por isso, fala-se tanto em projetos de liquefação de gás natural, quer na bacia do Atlântico, na região do Caribe, quer na zona sul do Atlântico ou do Pacífico e mesmo na África, com o Projeto de Alexandria, no Egito, na Nigéria e na Argélia, para abastecer o mercado americano. O gás é liquefeito e é transportado por navio até os Estados Unidos.

Como disse, a demanda dos Estados Unidos vem crescendo de maneira extremamente elevada. Estamos mostrando algumas projeções até 2025. Se em 2002 o consumo era de cerca de 639.000.000m³ por ano, deveremos chegar a cerca de 1.062.000.000.000m³ por ano em 2025.

Gostaria de falar um pouco da cadeia produtiva do gás natural, ressaltando a enorme dependência que está sendo criada nos Estados Unidos e na Europa com relação a esse gás. Se todos os países se movem na direção do gás natural, é porque ele apresenta vantagens comparativas quando disponível de maneira estável e a custos competitivos. É hora de olharmos um pouco para o Brasil. Nessa cadeia produtiva, passamos dos consumidores para a distribuição local, e daí para a necessidade de transporte, para a produção ou importação, para, em seguida, vermos as reservas. Vamos seguir o caminho inverso das reservas até os consumidores.

No Brasil, importamos em 2002 cerca de 13.000.000m³ por dia. Quanto a 2003, o número ainda está sendo fechado. Vendemos ao mercado 29.000.000m³ por dia. As reservas aprovadas, declaradas como tal, estão em 316.000.000.000m³. Mas é preciso entender a lógica. Uma empresa de petróleo só pode declarar como reserva aquele gás para o qual ela tem mercado assegurado. E para assegurar o mercado, é necessário que se tenha a previsão e os investimentos assegurados em infra-estrutura, especialmente as redes de transporte e distribuição, para levar esse gás ao consumidor. É diferente do petróleo, porque este sai do fundo do poço, sobe, é colocado no navio e é considerado uma "commodity" internacional. No entanto, as descobertas anunciadas no ano passado, de cerca de 419.000.000.000m³, das quais 78 já foram incluídas como reserva, dão-nos a possibilidade de produzir no Brasil cerca de 60.000.000 a 70.000.000m³, se vier a ser necessário, que serão adicionados à importação da Bolívia pelo contrato existente, de 30.000.000m³. Chegaríamos a uma capacidade de 100.000.000m³. Portanto, para colocar no mercado, podemos triplicar, nos próximos anos, se necessário e se conveniente, o consumo de gás no Brasil.

Nesta transparência, vemos uma figura mostrando onde estão localizadas as descobertas recentes: ficam aproximadamente 130km à frente de São Sebastião e cerca de 150km à frente de Copacabana, no Rio de Janeiro. São os dois campos que compõem esses recursos da ordem de 419.000.000.000m³.

Setor de transportes: a figura mostra uma visão geral dos gasodutos convencionais e dos gasodutos virtuais a que se referiu há pouco o Secretário Brumer.

Aí podemos ver as várias categorias dos gasodutos oriundos do Sul da Bolívia, passando por Santa Cruz, Corumbá, São Paulo, com destino ao Rio Grande do Sul. A outra linha parte de São Paulo, Campinas, com destino ao Rio de Janeiro.

A malha mais antiga, composta especificamente da malha sudeste, interliga Macaé, no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

A malha nordeste vai desde Salvador até Fortaleza, mas é bastante tênue ainda.

Finalmente, existe um pequeno gasoduto existente entre Urucu e Cuari, na região Amazônica.

Portanto, o que está em implantação hoje são reforços de Campinas até o Rio de Janeiro, o que aumentará a disponibilização de gás, sobretudo no Rio de Janeiro. Isso acarretará a existência de dois destinos: primeiro, reforçará a quantidade disponível em Belo Horizonte por meio do GASBEL, que, como veremos, também será objeto de novos investimentos; segundo, maior abastecimento do Rio de Janeiro. O gás boliviano permitirá que se disponibilize uma certa quantidade de gás do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para o Nordeste, pois, como todos sabem, há uma crise de abastecimento por falta de coordenação adequada, no passado, entre os investimentos de infra-estrutura e a demanda, especialmente das termelétricas associadas ao programa prioritário de termelétricas. Dessa forma, estamos em busca da infra-estrutura de gasodutos, além da conversão para bicomcombustível das usinas termelétricas brasileiras, para que a situação possa ser administrada de maneira mais adequada.

Como vocês podem ver, em amarelo estão os gasodutos em estudo, especialmente essa interligação Sudeste-Nordeste, além do reforço da malha nordeste e do gasoduto Urucu-Manaus e Urucu-Porto Velho, como forma de atender à Região Norte, por meio dos recursos lá existentes.

No Sul do Brasil, podemos ver uma interligação com a Argentina, e aqui, no Centro-Oeste, já está sendo estudada uma possibilidade de interconexão entre o gasoduto Brasil-Bolívia, subindo pelo Triângulo Mineiro até chegar ao Distrito Federal. Assim, esse é o quadro do que já existe e do que ainda está em estudos em termos de malha.

É importante notar que, uma vez concluídos todos os investimentos feitos, teremos uma grande malha brasileira interligada em gasodutos que, possivelmente, permitirá o transporte de gás desde as redes boliviana e argentina, que também estão interligadas à chilena, passando por Porto Alegre ou Corumbá, São Paulo, e subindo até o Rio de Janeiro, em direção ao Centro-Oeste, a Belo Horizonte e ao Nordeste, até São Luís. Além disso, existe ainda uma outra malha na região amazônica.

Nesses projetos, além desse corte pelo Triângulo Mineiro, também estão incluídas as propostas de ampliação da capacidade de transporte do GASBEL, que é o gasoduto do Rio de Janeiro, que vai de Duque de Caxias a Belo Horizonte, e também do Lorena, passando por Poços de Caldas, por Itajubá e pelo Sul de Minas.

Uma outra forma de se levarem os gasodutos é através dos chamados gasodutos virtuais, que têm duas opções: a primeira, comprimir o gás até 200 vezes a pressão atmosférica e transportá-lo em carretas, levando-o para mercados onde ainda não se justifica fazer esse trabalho de infra-estrutura, porque o mercado não está desenvolvido. Mas, uma vez desenvolvido o mercado, pode-se levar o gasoduto e a infra-estrutura, basicamente composta de compressores e carretas, por meio de um sistema de gás comprimido, movendo-o para a próxima fronteira. Essa é uma espécie de bandeiras, de entradas para o desenvolvimento do mercado.

A outra forma de fazê-lo é por meio do gás natural liquefeito. A temperatura é rebaixada para -163°C, o gás é transformado em líquido e seu volume é reduzido em cerca de 600 vezes. Assim, pode ser transportado para regiões mais distantes. Normalmente, vale a pena fazer o gás virtual até uma distância de 200Km. A economia indica o gás natural liquefeito como a solução mais apropriada a uma distância superior a 150km ou 200km.

Temos um pequeno conceito do GNL, Projeto Gemini, desenvolvido em Paulínia, São Paulo, que atenderá parte do Estado de Minas Gerais. É um projeto conjunto entre a PETROBRAS e a White Martins, que liquefará diariamente cerca de 380.000m³, que será disponibilizado para transporte por trem ou caminhão no Norte do Paraná, Triângulo Mineiro, região do Distrito Federal, Goiás, etc.

Temos o conceito das carretas com gás comprimido, com três opções tecnológicas da Galileu Fiba e da NEOGàs, fabricadas em Caxias do Sul. Há outras tecnologias em desenvolvimento na White Martins e na (...). Há uma série de indústrias capacitando-se para produzir esses equipamentos e tecnologias capazes de permitir esse transporte. Uma nova cadeia produtiva abre novas oportunidades de investimentos úteis, porque, com esses custos, o gás chega de maneira competitiva em relação aos outros combustíveis.

Mostramos a situação das distribuidoras brasileiras, notando-se que a PETROBRAS está significativamente ausente em São Paulo e no Rio de Janeiro, exceto na CEG Rio; e em Minas Gerais. Em Minas Gerais, discutimos uma forma de sanear.

A PETROBRAS participa na distribuição de gás natural em praticamente todos os Estados em que há gás, exceto nos três mercados mais importantes. Essa é uma decisão política antiga e está sendo superada graças aos entendimentos entre a PETROBRAS e os Estados, como exemplarmente tem acontecido em Minas Gerais. A presença da PETROBRAS na distribuição local traz vantagens significativas, porque pode aportar capacidade gerencial, tecnológica, cooperação; recursos humanos, porque todas as companhias são novas; investimentos e uma coordenação mais eficaz dos esforços, garantindo que haja menos disputas e competições no mau sentido. Toda indústria nascente precisa de um grau de coordenação entre os atores para que os investimentos possam ser feitos com segurança e, com isso, o mercado seja ampliado. Uma vez amadurecido esse mercado e construída a rede de gasodutos e de distribuição, é possível pensar no Brasil, no futuro, com um mecanismo adicional que o tornará mais eficiente e reduzirá custos.

Assim como aconteceu no setor elétrico, que também é uma indústria de rede, acreditamos que o gás natural no Brasil se desenvolverá por meio de mecanismos de cooperação entre todos os atores envolvidos: indústrias privadas, estatais, estaduais, PETROBRAS e outros organismos, sob a coordenação política do Ministério de Minas e Energia.

Notamos que Minas Gerais ainda está aquém do que poderia estar, perdendo para a Bahia e Rio Grande do Sul em termos de consumo. Isso não é demérito, mas mostra uma oportunidade enorme aberta para este Estado, da qual sua economia pujante certamente se beneficiará, com a presença maciça do gás natural e pelos investimentos que haverá, gerando oportunidades de emprego e trabalho em Minas. E, acima de tudo, pela maior competitividade que a economia terá nos vários segmentos, pela presença do gás natural.

O crescimento recente do gás natural é vertiginoso no Brasil inteiro.

Temos uma previsão de quanto será o consumo de gás natural para cada cenário da economia brasileira. No cenário 1, que é o de maior crescimento econômico, cerca de 77.000.000m³ serão disponibilizados no mercado em 2010 e, adicionado o consumo da PETROBRAS, chegaremos a 92.000.000m³ por dia.

Vemos que está segmentado o que entendemos será o mercado de termelétricas, o mercado industrial, veicular, residencial, serviços etc.

Quanto ao GNV, veículos pesados, com previsões de crescimento bastante otimistas em alguns casos, mas que acreditamos pode ser viabilizado pela enorme vantagem que o gás tem no transporte de veículos leves e de ônibus, permitindo a redução dos custos e beneficiando a qualidade do ar nas grandes capitais. A PETROBRAS tem um programa de preços específicos para o gás natural que substituirá o "diesel" nos ônibus. E garantimos aos empresários que o metro cúbico do gás natural não custará mais que 55% do valor do litro de "diesel", fazendo com que sempre haja margem de competitividade. Caso baixe o preço do "diesel", o mesmo acontecerá ao gás.

Quanto ao gás natural na indústria, acreditamos que os segmentos de co-geração e matéria-prima serão as duas áreas em que o gás terá muita penetração na indústria.

Eficiência energética, calha técnica, é uma forma de coordenar os investimentos com outras empresas para que a rede de gás natural possa ser levada em conjunto com a rede de saneamento, fibra ótica etc, permitindo eficiência, redução nos custos, e integração de serviços públicos. Estamos fazendo pequenos experimentos para que isso seja colocado em prática. Isso significa que normalmente o maior custo para distribuir o gás natural é a abertura da vala. São quatro tubos, gás, energia elétrica, água e esgoto e fibra ótica, há um compartilhamento de custos que exige coordenação mais ampla entre os vários Ministérios, as várias empresas e as regulações estaduais, federais e, às vezes, municipais.

Aqui, um indicador claro de como seriam esses custos, uma estimativa, um experimento concreto feito em Goiânia.

Aqui, um conceito de galeria técnica.

Aqui, outro conceito de galeria técnica.

Sobre a GASMIG, passarei rapidamente as transparência. Elas apenas reafirmam o que foi dito pelo Secretário Brumer. Temos um processo, iniciado em 1993, há cerca de 11 anos, quando foi assinado o primeiro acordo de cooperação entre a CEMIG, GASMIG, PETROBRAS e o Governo de Minas. Nos últimos oito meses, há um processo longo de negociação, cujas fases de negociação técnica estão num plano bastante confortável, permitindo que nos sintamos à vontade para levar o assunto ao Presidente da empresa, à diretoria da PETROBRAS e ao Conselho de Administração nas próximas semanas. O processo está sendo desencadeado para buscar a aprovação na Assembléia Legislativa, sem o que nada poderá ser feito. Buscamos também a aprovação das demais instâncias do Governo de Minas Gerais. Acreditamos que esse processo, iniciado há 11 anos, em 8 meses terá um desfecho favorável para todas as partes.

O volume atual contratado é de 3.500.000m³ para gás industrial e outros usos. Gás para as térmicas, cerca de 1.600.000m³. Capacidade atual do gás, de 3.500.000m³ por dia, não inteiramente utilizado. O volume total contratado em 2010 pode chegar, acreditamos, a 9.600.000m³. Sua origem seria essencialmente de gás nacional, que é a questão contratual, e uma pequena porção de gás boliviano. O gás para as térmicas permaneceria aproximadamente no mesmo volume atual, de 1.600.000m³ diários.

Acreditamos que em 2010, o Triângulo Mineiro terá aproximadamente 2.200.000m³, especialmente para a fábrica de fertilizantes e para outros usos; o Sul de Minas, aproximadamente 1.000.000m³; e a Grande BH, 4.800.000m³. Há necessidade de expandir a capacidade de transporte do gasoduto da REDUC, para aproximadamente 5.100.000m³, portanto acima dos 3.500.000m³ hoje existentes.

Aqui, os segmentos residencial, automotivo, comercial, industrial, termelétrico, gás natural comprimido e co-geração estudados nas várias regiões, especialmente no Sul de Minas e Triângulo Mineiro, na área de influência do GASBEL, incluindo-se a Grande BH, o Vale do Aço, a Zona da Mata e o Campo das Vertentes.

Aqui, uma previsão de como acreditamos que o mercado poderá ter um crescimento vertiginoso até 2007 e 2008 nos vários segmentos de co-geração, de gás natural comprimido, de termelétrica, residencial e industrial. Essa é a grande perspectiva de consumo. Quando comparado com o setor industrial, o setor automotivo parece pequeno, mas essa faixa verde aqui embaixo significa a redução de custos e da poluição ambiental,

especialmente se o transporte coletivo for beneficiado, com a redução do consumo de "diesel" nas grandes regiões metropolitanas e com a sua substituição por gás natural. Sabemos que as emissões são bem inferiores quando se usa o gás em vez do "diesel", mesmo com os esforços que a PETROBRAS vem fazendo para produzir "diesel" metropolitano.

É importante que nessa negociação a PETROBRAS não se prejudique, porque volta e meia vem à tona que há um conflito interno na empresa. Evidentemente, a PETROBRAS segue critérios empresariais, tem a obrigação de garantir a sua rentabilidade e eficiência. Essa substituição programada de combustíveis não é danosa à PETROBRAS; pelo contrário, a idéia de que podemos importar menos "diesel", menos GLP ou exportar mais líquidos como hoje exportamos óleo combustível, coque e gasolina, permite uma arbitragem adequada para que a eficiência econômica seja mantida.

A PETROBRAS é uma grande fornecedora de óleo combustível para usinas termelétricas nos Estados Unidos. Temos contratos significativos na Flórida e em Nova York de suprimento de óleo combustível, que se torna excedente no Brasil e pode ser então colocado no mercado exterior.

Aqui, a situação atual e potencial por região. Grande BH, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Vale do Aço, Zona da Mata e Campo das Vertentes. São regiões em que o mercado, que já é influenciado com a presença dos gasodutos, poderá crescer mais. Os gasodutos virtuais atenderão às demais regiões.

Aqui, os investimentos previstos no plano diretor que está sendo programado dentro do acordo com a CEMIG, com o Governo de Minas Gerais e com a GASPETRO. Cerca de US\$170.000.000,00 em distribuição; quase US\$300.000.000,00 em transporte, perfazendo um total de US\$500.000.000,00 em investimentos em todas essas regiões. É um enorme impacto positivo. Como se sabe, o consumo de insumos e a mão-de-obra serão significativos.

Além disso, é preciso lembrar que esses são os investimentos induzidos pelo sistema PETROBRAS, CEMIG e GASMIG em paralelo, para que o mercado cresça. É necessário termos queimadores, máquinas de co-geração, turbinas, caldeiras, conversão de veículos, enfim, todo um conjunto de atividades econômicas. A exemplo do que aconteceu nas décadas de 60, 70, 80 e 90, quando o Brasil cresceu muito com a indústria elétrica, desenvolvendo hidrelétricas, linhas de transmissão e produzindo utensílios e equipamentos de uso elétrico nos setores industrial, doméstico, comercial e de serviços, esses investimentos darão.

Acreditamos que o Triângulo - é claro que isso é da alçada do Ministério de Minas e Energia - poderá ser beneficiado com um gasoduto que vier a ser planejado entre o GASBOL, Brasil-Bolívia, e a região de Goiás e do Distrito Federal, cortando o Triângulo Mineiro.

Cabe ao Ministério de Minas e Energia decidir se aplicará os recursos da conta de desenvolvimento energético, que é um fundo que está sendo formado para viabilizar investimentos em gasodutos em regiões que ainda não os têm.

De acordo com o cronograma de investimentos nota-se, como disse o Secretário, que há ênfase em transporte e distribuição nos próximos anos, até 2009.

Aqui está o que se pretende na Grande BH, no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro, no Vale do Aço e na Zona da Mata, em termos de distribuição e investimentos a serem liberados pela GASMIG reestruturada e ampliada.

Esse é o transporte essencialmente a cargo da PETROBRAS, ampliação do GASBEL, do gasoduto Lorena-Poços de Caldas e, eventualmente, na região do Triângulo Mineiro, com a participação da CDE do Ministério de Minas e Energia.

Esse é o cronograma de distribuição.

Os números de capacidade de transporte são: Lorena-Poços de Caldas, 1.000.000m³; São Carlos-Triângulo poderá atingir cerca de 2.500.000m³ - essa seria a primeira parte de um gasoduto que no futuro iria até Goiás e Distrito Federal -; e Rio-Belo Horizonte, com ampliação da capacidade para até 7.000.000m³ por dia.

Evidentemente, a associação entre CEMIG, GASPETRO e GASMIG somente será formalizada após a autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, conforme proporá o Governo do Estado, após aprovações societárias no âmbito da CEMIG e da GASMIG e no âmbito da PETROBRAS, da GASPETRO e da diretoria da PETROBRAS, do Conselho e da Administração da PETROBRAS, que é presidido pela Ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef.

Obtidas as aprovações, acreditamos que, em breve, em não mais que oito semanas, possamos... Antigamente, brincava-se que "já estamos namorando há oito anos, portanto, se demorar mais oito não é grave." Na reunião, o Secretário Brumer dizia que não passará de oito meses. Retomamos as negociações em meados do ano passado para que as equipes da GASMIG, da CEMIG e da PETROBRAS se sintam confortáveis em demonstrar um resultado para suas instâncias superiores, que terão a oportunidade de analisá-las.

Agradeço a gentileza do Presidente deste debate por ter-me outorgado mais tempo. Da parte da PETROBRAS, é importante trazer essa mensagem de otimismo e de compromisso. Quando olhamos o mapa, parece-nos que o gás foge de Minas, porque os gasodutos passam longe, e o volume de gás ainda é pequeno, quando comparado com a economia de Minas. Parece que esse cenário está definitivamente sendo substituído por outro em que todos nós, PETROBRAS e a sociedade de Minas Gerais, teremos a ganhar. E a sociedade brasileira também, porque, afinal, Minas Gerais é o coração do Brasil. Muito obrigado.

Palavras da Secretária Maria das Graças Silva Foster

Bom dia. Falo em nome da Ministra Dilma Roussef, que hoje participa de várias atividades que acontecem ao mesmo tempo. Sou Secretária de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia.

Agradeço, em nome do Governo Federal, o convite à Ministra Dilma, e cumprimento o Deputado Alencar da Silveira Jr., coordenador do debate; o Secretário Wilson Brumer; a Deputada Jô Moraes; os Srs. Djalma Bastos de Moraes, Marco Paulo Dani, Ildo Luiz Sauer, Fernandes, Romero de Oliveira e Silva, Cláudio Arnoldo, meus colegas da PETROBRAS, da GASMIG e da TRANSPETRO e os demais presentes.

No tempo de que disponho, falarei sobre a política energética de petróleo e gás natural no Brasil.

Como bem disse o Diretor da PETROBRAS, o gás natural não é um combustível isolado da pasta de combustíveis. No País, o gás natural é, em geral, associado ao petróleo, mas também é produzido de forma isolada. Um campo de gás será uma experiência nova para nós, assim que

monitorarmos as reservas da bacia de Santos. O gás natural faz parte de um grupo de combustíveis cuja penetração e sustentação devem ser profundamente admiradas e reguladas por marco regulatório próprio.

Ao desenvolvermos a matriz energética e ao dar-lhe dimensão, é necessário que tenhamos absoluta clareza das fontes de oferta para atender à demanda real, à demanda potencial e à demanda projetada que se fazem para o Brasil em termos de gás natural.

Até então, devido ao monopólio exercido pela PETROBRAS, e, diga-se de passagem, muito bem desenvolvido, não existia uma política exploratória para o Brasil, mas planeja-se para 2006 a tão sonhada auto-suficiência de petróleo.

A política para o gás natural que agora chega à sua forma pronta, mas não final, será levada à discussão junto aos agentes de mercado. A diversificação da bolsa de combustíveis é um trabalho do Governo do Presidente Lula.

No próximo "slide", veremos nossa matriz energética. Hoje, o petróleo está com 43% de ocupação dessa matriz, e o gás natural, com 7,5%.

Sempre que me perguntam em palestras, entrevistas ou aulas sobre que participação o Governo Federal desenha para a matriz energética brasileira, respondo que não há meta de 12%, 14% ou de qualquer outra porcentagem. O que se precisa é definir o mercado real, potencial e projetado para o gás natural no Brasil. Só assim, ao trabalharmos a nova política de gás, poderemos, no planejamento energético do Governo e no planejamento estratégico das grandes companhias, desenhar em conjunto a participação do gás na matriz energética brasileira.

O próximo "slide" mostra, em desenho, o crescimento da produção de petróleo e de gás natural no Brasil. Há dez anos, produzíamos 600 milhões barris de petróleo por dia; atualmente, produzimos de 1.560.000 a 1.620.000 barris.

Por que falar em petróleo, quando tratamos do gás? Não há como se desenhar um plano de massificação, de antecipação ou de ampliação da participação do gás na matriz energética sem se falar em petróleo e em fontes renováveis.

Presenciamos um enorme crescimento da participação do gás natural nos últimos dez anos. Analisando a situação dos hidrocarbonetos em 2004, vemos que a produção de gás natural foi superior a 42.000.000m³ ao dia, com um volume comercializado de 38.000.000m³ ao dia. O gasoduto Bolívia-Brasil bateu recordes de movimentação de gás a cada semana. Constatamos um crescimento praticamente proporcional tanto do petróleo quanto do gás, porque o que colocamos hoje em produção é o gás associado. Pelo fato de o Brasil ter feito crescer sua produção de petróleo, fez crescer também a necessidade de comercializar o gás. Como a PETROBRAS é uma grande produtora de petróleo e detentora das grandes reservas no Brasil, para que pudéssemos produzir e comercializar o petróleo tivemos de achar destino comercial também para o gás natural.

Descrevemos nesta parte do nosso trabalho nossas descobertas de petróleo nos últimos três anos, mais especificamente em 2003. Estão mostradas em amarelo e marrom as bacias sedimentares onde há acumulação de petróleo e de gás. Em todo o País, seja em terra, seja no mar, são explorados atualmente apenas 3% de toda a nossa bacia sedimentar, ou seja, 97% não está sendo explorada. Pelos modelos geológicos de acumulação de hidrocarbonetos, temos muita esperança em vir a ser um grande produtor de petróleo e gás e, com isso, tranquilizar os mercados emergentes, que são a grande maioria.

Conversava há pouco com o Romero, que dizia sermos um País infante em gás natural. Quero dizer a ele e aos demais presentes que nos aproximamos quase que da adolescência nas questões afetas ao gás natural - o crescimento tem estado na faixa de 14% e 15% ao longo dos últimos 20 anos. Somos um País tropical, com uma enorme base hídrica e com uma grande extensão de terras agricultáveis. O tamanho do mercado para o gás natural é limitado em virtude da nossa condição tropical. E um país que comercializa praticamente 40.000.000m³ de gás ao dia numa condição de país tropical com base hídrica já vem se aproximando da condição de adolescente nas questões relativas ao gás natural.

A PETROBRAS descobriu óleo leve - que é sempre preferível ao pesado - no ano passado, na bacia de Sergipe e Alagoas; 1.100.000.000 de barris é o volume potencial recuperável pela PETROBRAS na bacia do Espírito Santo.

No próximo "slide" estão retratadas as várias descobertas efetuadas na bacia de Campos, em especial nos últimos dois anos, acentuando-se em 2003. Foram descobertos 4 bilhões de barris de óleo pesado no primeiro semestre do ano passado, tendo havido outras descobertas na mesma bacia. Essa bacia é extremamente interessante. Além da PETROBRAS, que detém a grande maioria das áreas em atividade exploratória e, obviamente, em produção, a Esso, a Total, a Shell e a Chevron-Texaco detêm grandes investimentos no Brasil. Isso amplia a nossa capacidade de atingir volumes crescentes não só de petróleo, mas também de gás natural. O Governo Federal tem se esforçado para tornar público em níveis nacional e internacional o interesse absoluto que temos em manter aqui as companhias estrangeiras, seguindo a política exploratória que vem sendo definida para o País.

No próximo "slide", temos a nossa conhecida bacia de Santos pelas grandes descobertas que tivemos nos blocos BS 400 e BS 500, como foi dito pelo Diretor Ildo. São 510.000.000.000m³, se considerarmos descobertas menores no bloco BS 500. No BS 400 são praticamente 419.000.000.000m³ em águas que variam de 150m a 1.700m de profundidade. Também nesses blocos, temos a Shell, a El Paso e a Chevron Texaco, além da PETROBRAS, que detém 100% do BS 400.

Hoje as reservas provadas de petróleo são de 10.600.000.000 barris, com uma produção de 1.550.000 e um consumo de petróleo de 1,86. Ainda que estejamos atingindo a nossa auto-suficiência em 2006, com 2.200.000 barris de petróleo por dia, temos uma relação reserva-produção de aproximadamente 19 anos. No caso do gás natural, uma relação reserva-produção de 16 anos. Consideramos como reservas provadas os 245.000.000.000, que são 8.400.000.000.000 pés cúbicos. Essas são reservas já confirmadas pela PETROBRAS. Se consideramos como reserva provada o volume descoberto de gás natural na bacia de Santos, teremos 26.400.000.000.000 pés cúbicos de gás natural disponíveis a serem comercializados. Esse volume permitiria que saíssemos do atuais 43,5 milhões ou 37.000.000m³ por dia comercializados e partíssemos para um consumo de 100.000.000m³ por dia de gás. Deixamos claro que essa condição de produtor de petróleo e gás deve-se unicamente ao esforço exploratório de produção feito pela PETROBRAS nos últimos 50 anos.

No próximo "slide", tratamos exatamente da questão exploratória. Esse foi o trabalho feito no ano passado pelo Governo Federal, para definir a política exploratória do Brasil. Um País que detém reservas e sai da condição de monopólio para a de mercado aberto, o que ocorreu a partir de 1998, precisa definir as responsabilidades e o plano de exploração de suas jazidas de petróleo. Tanto o petróleo quanto o gás são patrimônio da União, de todo o povo brasileiro. Eles só se tornam propriedade da operadora, seja da PETROBRAS, seja de qualquer outra, a partir do momento em que ele passa na cabeça de poço. Ainda que haja a descoberta de petróleo e gás ocupante dos poros da rocha, eles são um bem da União e precisam ser muito bem administrados, porque não são renováveis.

A partir do momento em que é feito qualquer negócio com petróleo e gás, essa é uma recuperação que não se faz mais. Um bom negócio hoje é um bom negócio para a Nação adiante, e um mau negócio hoje é um péssimo negócio para a Nação nos próximos anos.

Na curva, o vermelho é o consumo; o azul, a produção; e o amarelo, a diferença entre os dois primeiros. Até o ano de 2002, vimos que tínhamos uma produção crescente. Como disse, todo o trabalho de auto-suficiência em 2006 é petróleo já descoberto, e a realização da produção é consequência da política de desenvolvimento até a época. Completando o "slide", depois da quebra do monopólio chegamos à realização de cinco rodadas de licitação. A última delas foi feita pelo Governo, no ano de 2003. Perguntamos qual o desenho para a política exploratória no Brasil e não a encontramos, mesmo após a quebra do monopólio.

Teremos produção crescente, mas seremos um exportador de petróleo? O que será feito com as nossas jazidas? Como se dará o consumo do petróleo? Não teremos mais licitação no Brasil hoje, como tem sido o pleito de alguns agentes ou de algumas instituições de parar totalmente a produção, pois ela não deve ser trabalhada, uma vez que não devemos admitir no País outros agentes desenvolvendo atividades exploratórias? Para onde vai o nosso crescimento? E completando o "slide", perguntamo-nos: qual o perfil exploratório do Brasil? Seremos um País explorador?

Nas cinco primeiras rodadas de licitação, a estratégia da ANP foi colocar toda a nossa bacia sedimentar à disposição para exploração, dependendo unicamente do interesse em se fazer a prospecção e considerando de forma indistinta a exportação do petróleo e do gás natural.

O Brasil será um produtor exportador líquido de petróleo ou um provedor voltado prioritariamente para o atendimento da demanda nacional? No próximo "slide", respondemos a essa pergunta, a partir da aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética, em junho de 2003, da política exploratória do Brasil. Citei apenas dois trechos dessa política: deveremos estabelecer como política nacional a expansão da produção nacional de petróleo e gás natural, com vistas à manutenção da auto-suficiência, bem como o incremento das reservas do País, e cabe ao Ministério de Minas e Energia fixar a relação ideal entre reserva e produção de petróleo e gás natural para cada licitação. Ou seja, não estamos desenhados para ser um exportador de petróleo ou gás prioritariamente, e sim um provedor das nossas necessidades em nível nacional. E deveremos fazer gestão das nossas reservas de petróleo e gás, porque dessa gestão depende o futuro da Nação, já que se trata de combustível não renovável.

No próximo "slide", quanto ao planejamento do abastecimento de petróleo e gás natural feito pelo Governo Federal, temos a necessidade de incorporar, no ano de 2011, 1.100.000.000 de barris de petróleo à nossa matriz de hidrocarbonetos. Por isso, no mês de agosto, serão licitados 914 blocos exploratórios, marcados em azul. Demos destaque para 252 blocos que estamos colocando em licitação na bacia de Santos, a mesma que, por meio da PETROBRAS e de outras empresas operadoras, em escala significativamente melhor, descobrimos no ano passado. Isso sinaliza nossa vocação de produtores de gás nacional.

Passamos muito rapidamente sobre a nossa indústria de gás natural, mostrada pelo próximo "slide", que tem quatro anos. É lógico que grandes distribuidoras, como a CONGÁS, começaram as suas atividades há um século, mas temos, como marco, a conclusão do Gasoduto Bolívia-Brasil, que deu ao Brasil o perfil de um País que considera o gás natural em sua matriz energética.

Chamo a atenção para o consumo do mês passado, que foi de 37.800.000m³ por dia de gás. Especificamente ressalto a geração de energia, com 10.700.000m³ por dia para a energia por meio das nossas térmicas, em especial no Nordeste, com alguma geração no Sul, principalmente no Estado do Rio de Janeiro.

O próximo "slide" mostra o crescimento desse consumo de gás no mês de março.

Traz os mesmos números do "slide" anterior, mas mostra que nossa rampa de crescimento de janeiro de 2000 a março de 2004 apresenta significativa expressão do crescimento de geração de energia elétrica a partir do gás natural. Em novembro do ano passado, houve grande estiagem no Nordeste do País.

No próximo "slide", mostramos a malha de gasodutos. Hoje possuímos uma modesta malha de 5.688km de gasoduto. Há 24 distribuidoras estaduais, como mostrou o Diretor Ildo, com aproximadamente 9.000km de rede de distribuição em todo o País.

No próximo "slide", mostramos as térmicas a gás existentes. A meta do Governo no segmento de gás natural é a integração energética entre as reservas dos dutos do nosso País. Os números 1, 2, 3, 4 e 5 são as grandes metas do Governo Federal para o gás natural. O número 1 é a integração das reservas de gás natural do Brasil, Argentina e Bolívia. Essa é uma meta do Governo. Nossos vizinhos Argentina, Chile e Bolívia, por razões diferentes, vivem problemas. A Argentina sofre com dificuldades econômicas em extrair e desenvolver o gás de suas reservas, que hoje são de 32.900.000.000.000 de pés cúbicos. A Bolívia possui 52.300.000.000.000 de pés cúbicos de gás. No Brasil, temos confirmados apenas 8.000.000.000.000 de pés cúbicos de gás, passando a 26.400.000.000.000 tão logo confirmada a existência de gás na bacia de Santos. Temos como meta a integração das reservas de gás natural do Brasil, Argentina e Bolívia. Quando falamos de integração de reservas de hidrocarbonetos, estamos falando da integração da nossa malha de dutos, tanto de petróleo quanto de gás, e, especificamente, de gás natural, e da nossa integração energética, da nossa capacidade em gerar energia elétrica, exportar energia elétrica e importar energia. Isso traz tranquilidade ao povo brasileiro, que começa a desenvolver o seu mercado de gás, o seu mercado de energia.

Em 2005 haverá necessidade de termos infra-estrutura logística para despacharmos o gás natural de nossas térmicas não em forma simultânea, porque dificilmente existiria demanda para despachar 8.600MW. Precisamos dispor de gás e de infra-estrutura para despachar dessas térmicas já existentes, já desenhadas.

Faz parte dos planos do Governo desenvolver a produção da bacia de Santos, a política de petróleo e a política de gás de tal forma que essa bacia encontre mercado para se desenvolver, senão não passará de volume descoberto, dificilmente chegando à reserva que possa ser incorporada ao mercado. Planejamos ter o arcabouço regulatório que dê à PETROBRAS não só o poder financeiro, mas também a atratividade comercial e o conforto do investidor em fazer as malhas de gasoduto passarem de 5.600km, somando mais 4.600km para haver essa integração de dutos no Brasil. Temos de desenhar um arcabouço regulatório que permita a expansão da comercialização do gás natural no Brasil por suas distribuidoras.

Por isso, passando para o próximo "slide", no final de novembro do ano passado, foi baixada a Portaria nº 432, do Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de ampliar a participação do gás na matriz energética, trabalhando a formação de preço do gás natural, considerando, no desenho dessa formação de preço, combustíveis fósseis e renováveis; definir as diretrizes para o aproveitamento das reservas de gás natural do Brasil, considerando o abastecimento interno como prioridade absoluta e avaliando a potencialidade de importação e de exportação de gás, se for o caso; definir diretrizes para a adequação do marco regulatório da indústria do gás, no que diz respeito especificamente à condição de transporte de gás; e definir diretrizes para a expansão da infra-estrutura desse transporte e distribuição, considerando os modais alternativos.

Essa portaria deveria ser concluída em quatro meses, mas ainda não está, até porque, ao longo do trabalho que estamos realizando desde o ano passado, entendemos que muito mais importante do que baixar portarias era desenhar a lei do gás. Hoje, a Lei nº 9.478, a lei do petróleo, trata de forma muito tímida a questão do gás e, do ponto de vista técnico, de forma errada, pois considera o gás um derivado do petróleo, o que não é. Assim, resolvemos, em vez de definir apenas diretrizes, escrever e definir a lei do gás e fazer a revisão necessária da lei do petróleo. Como tem sido colocado na mídia, pela Ministra Dilma, até o final de julho essa política, do ponto de vista institucional, estará escrita

e colocada em um texto, como foi feito para o setor elétrico, e nos meses subsequentes será promovida uma discussão intensa junto a todos os agentes que serão impactados por essa política. Vamos conversar mais intensamente com as distribuidoras. De certo, a PETROBRAS e as demais operadoras têm um papel fundamental, pela experiência que acumulam no Brasil - em especial, a PETROBRAS -, mas tivemos de optar por escrever o texto básico institucional para, depois, abrir para a discussão de forma ampla.

Hoje, essa política já tem definidos os seus principais tópicos, que tratam exatamente da estrutura institucional. Do mesmo jeito como foram criadas entidades específicas para o setor elétrico, imaginamos que também deveríamos ter câmaras de gestão para o gás, comitê de monitoramento do setor do gás e mais poder para a ANP, como exemplos. É fundamental que essa política trate da exploração e da produção de petróleo e gás, traçando uma linha de exploração e produção no País para o gás natural; do transporte de gás; da questão da transferência e de novos conceitos, como a questão dos dutos de coleta de gás; da ampliação da estrutura de transporte; da questão de como, quando e por que importar; da questão da exportação, como eu havia dito; da comercialização; dos preços e tarifas; da distribuição e da necessidade ou não da desverticalização ou da verticalização. Também é fundamental que se discuta e fique clara nessa política a questão da prioridade de uso - em dezembro e janeiro, por exemplo, houve falta de gás no Nordeste -; a prioridade de abastecimento; a especificação e a qualidade; e a integração com o setor elétrico. Todos esses são pontos fundamentais que estarão desenhados nessa política.

À luz dessa política, passamos para o próximo "slide", em que colocamos a questão da expansão da comercialização. Atualmente, nossa matriz aponta para 36% de uso da gasolina e 58% do "diesel". No âmbito nacional, ainda que a penetração do gás natural tenha tido grande crescimento nos últimos meses, aliado a uma estagnação nas últimas semanas, o gás natural tem uma participação de apenas 0,1% na matriz energética nacional, considerando-se os combustíveis. Finalmente, temos o álcool, que é um programa do Governo Federal, com um percentual de 5,3% nessa matriz. Em vermelho, vemos a uniformidade do gás natural em relação a preço.

O gás natural tem vantagens técnicas, econômicas e ambientais. Muito mais do que isso - neste momento bastante conturbado que vive o mercado de combustíveis -, além de haver tido previsibilidade muito maior do seu preço, de não ser impactado pelas flutuações ocorridas com a produção e o preço do álcool, que faz variar o preço da gasolina, o gás natural tem a vantagem absoluta de não ser manuseado. Conseqüentemente, não pode ser adulterado, garantindo ao consumidor a qualidade com a qual é projetado.

O último "slide" mostra o trabalho realizado pelo Governo para ter uma bolsa de combustíveis diversificada. Completando essa projeção, abordarei a questão do biodiesel. Há cerca de duas semanas foi realizada uma reunião dos Ministros com o Presidente Lula. Ficou confirmado que até o final deste ano será permitida a mistura de 2% do biodiesel no diesel, de forma não compulsória, porque precisamos organizar a nossa produção. O Programa Biodiesel tem caráter fundamentalmente social. A presença do biodiesel no diesel é uma grande oportunidade de geração de rendas. A participação crescente do álcool e sua mistura na gasolina revela referência mundial nas produções de gasolina, de álcool e na mistura dos dois produtos.

Existe grande interesse do Governo Federal em promover políticas para que o gás natural veicular seja usado, cada vez mais, como substituto do diesel, de que somos importadores. Ainda que estejamos mudando o perfil de refino para acomodar melhor o gás natural, para produzirmos mais diesel, é muito conveniente que o gás natural veicular seja, cada vez mais, colocado no mercado de diesel. Esse produto significa 20% do custo total das passagens de ônibus. Como o gás natural é mais atrativo do ponto de vista econômico, e com a condição de que as companhias de ônibus não incorporem as margens - fruto da substituição por um combustível mais atrativo -, o Governo Federal está empenhado em estabelecer com os senhores todas as formas possíveis de negociação, porque as operadoras desenvolvem com seus clientes políticas comerciais. Políticas públicas são feitas pelo Governo Federal. Por isso precisamos ouvi-los, estar com os senhores, a fim de que a vontade de fazer expandir o gás na matriz energética torna-se possível por meio das políticas do Governo Federal.

Parabenizo o Governo do Estado, a GASMIG, a CEMIG e a PETROBRAS pela solução desse impasse de 11 anos. Como foi dito pelo Diretor Ildo, em apenas oito meses a PETROBRAS conseguiu resolver problemas antigos. Por exemplo, o GNL ficou durante anos sem sair do papel. Agora, teremos gás natural liquefeito em São Paulo e gás natural em Minas Gerais.

Agradeço aos senhores, pedindo desculpas pela ausência da Ministra Dilma, uma mineira, que deixa, por meu intermédio, um abraço para todos os mineiros de Belo Horizonte. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Romero de Oliveira e Silva

Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., e demais integrantes da Mesa. Agradeço o convite formulado pelo Deputado Mauri Torres.

Eu diria, com o que ouvimos nas palestras da Graça, do Ildo e do Brumer, que temos uma noção clara do potencial do gás natural e de quanto ele é importante para nossa matriz energética e como ele estaria sendo tratado em nível nacional. Poderia dizer, como estou nesse segmento desde 1999, que nunca escutei falar tanto em gás natural como tenho escutado agora. As palavras da Graça e do Ildo são sempre entusiasmantes para quem convive com o segmento de gás natural. Como associação, como interessados nesse segmento, não podemos perder a oportunidade de nos agruparmos a esse entusiasmo e, nessa carona, promover as ações que são necessárias para o setor.

As apresentações, em termos de varreduras em níveis mundial, nacional e estadual, já foram brilhantes. Ninguém pode se queixar da falta de informação para se situar nesse quadro do gás natural. Queria chamar a atenção para alguns aspectos nesse setor. Não que os palestrantes tivessem feito com menor ênfase. Não, a Graça e o Ildo, como gestores, foram completos, ao exporem as suas questões e as suas preocupações. Vou enfatizar aspectos que me chamam a atenção, como Presidente da associação brasileira, para que possa ocorrer o desenvolvimento esperado e para que possamos buscar um planejamento mais estruturado e integrado. Sabemos que a militância do gás natural é muito pequena. O nosso exército é pequeno quando comparado a outros setores. Quando vemos a matriz energética dentro das proporções que foram postas, vemos que o petróleo e a energia elétrica desequilibram a ponto de o gás natural ficar com uma fatia que precisa ser muito trabalhada. Como a fatia é pequena e os integrantes do exército são pequenos, é preciso haver um apoio maior, seja ele da PETROBRAS, seja do Governo. Não dá para a indústria andar sozinha diante de um quadro de urgência que o País busca para a questão energética nacional. Diria que, para minimizarmos os esforços e alcançarmos os resultados, precisamos de um planejamento integrado do setor. Insisto em dizer que nunca ouvi falar tanto de gás, principalmente dentro do Ministério, a ponto de termos uma secretária com as atenções voltadas para o gás e os recursos renováveis. Há um bom tempo, a Graça está se dedicando à área do gás. Devemos unir os esforços para abraçarmos essa bandeira que está sendo levantada pelo Ministério e contribuir para que se possa alcançar os êxitos necessários do setor.

Nesse processo de lembrança, gostaria de dizer que, sendo um setor infante, que está atingindo a adolescência, é preciso buscar alguns paralelos do passado para podermos enxergar e delinear o futuro.

O setor elétrico, ao longo do tempo, muito se utilizou do Governo Federal para fazer as expansões de rede de energia.

Conforme disse o Ildo, assim como existem as redes da PETROBRAS, o nosso desafio é fazer as redes de gasodutos; porém, uma vez feitas as redes, é preciso tomar o cuidado de lançar tarifas competitivas, sob pena de não haver uso adequado. No GASBEL, vivemos essa dificuldade, pois, apesar de termos oferta para o produto, havia o empecilho da demanda em função do preço.

Assim, o preço é um componente que não pode ser visto isoladamente, e sim dentro de uma política maior; portanto, precisa ser definido.

Lei do gás e preço são questões que constantemente discutimos com a Graça. Não basta descobrir uma reserva, como descobrimos agora em Santos, se não conseguirmos escoá-la e fazer uso adequado desse produto; caso contrário, estaremos na condição de País rico, mas que não sabe fazer uso de seus recursos naturais.

Apesar do empenho do Ildo e da Graça, o esforço será grande. Assim, é necessário reunir forças para promover o processo.

O Governo Federal precisa abraçar o gás natural de forma mais clara, ou seja, deixar público e notório o seu apoio a ele. Para isso é necessário esclarecer ao público em geral o que é o gás natural. Parece brincadeira, mas isso não está claro. Por se tratar de uma indústria nova, é preciso esclarecer que o gás natural possui particularidades diferentes. Mas isso precisa ser feito de forma intensa, por meio de um processo de comunicação com forte influência na mídia nacional. Não existem recursos nas distribuidoras para fazer uma divulgação maior, ou seja, em nível nacional. Dessa forma, isso deve ser encampado pelo Governo Federal, com a colaboração da PETROBRAS.

A política do gás natural está perfeita, mas precisamos do apoio do Congresso junto ao Ministério, pois a CIDE e a (...) também podem ser utilizadas no desenvolvimento dessa rede. Assim, teremos os benefícios de expansão não só dos gasodutos apresentados pelo Ildo, que estão dentro da visão da PETROBRAS, mas também do gasoduto Gás-I, que faz a interligação do Nordeste com a Bolívia. Dessa forma, passaríamos a ter uma rede integrada de norte a sul. Para isso, conto com a participação ativa de toda a cadeia, a fim de evoluirmos.

Concluirei com uma visão de futuro a ser perseguida por todo o setor de gás. Quando vejo a Ministra falando sobre a universalização do setor elétrico, e o Ildo sobre a massificação, se juntarmos essas duas variáveis, o futuro para o setor de gás será colocar em cada ponto de luz um ponto de gás.

Peço ao Deputado Alencar da Silveira Jr. que entregue ao Deputado Mauri Torres esta lembrança sobre a história do gás em Pernambuco. É muito importante que possamos andar com nossas pernas. Quem não tem história não tem futuro. Procuramos traçar a história do gás em Pernambuco e o desafio é traçarmos a história do gás no Brasil. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Antes de passar a palavra ao Dr. Djalma, quero fazer um agradecimento a ele. Nos últimos quatro anos, todos os aumentos ocorridos no setor do gás veicular foram discutidos no gabinete do Dr. Djalma. Ele sempre atendeu muito bem a todos os empresários, donos de postos, convertedores e ao Presidente do Sindicato dos Taxistas, quando mostravam as dificuldades do setor, fazendo barganhas, diminuindo o ganho da GASMIG e pedindo aos empresários que também diminuíssem seus ganhos. Publicamente, agradeço ao Dr. Djalma Morais esse canal de negociação que temos com a CEMIG, que, por intermédio da GASMIG, é parceira do segmento. Não poderia deixar de dizer estas palavras ao Dr. Djalma, Presidente da CEMIG, a quem agradeço em nome dos representantes do setor de gás, que sabem que temos a pessoa certa no lugar certo. Nos Governos passados, os Presidentes de alguns órgãos eram os donos da verdade, e, na CEMIG, o Dr. Djalma sempre foi um parceiro, um amigo e colaborador e, acima de tudo, uma pessoa que sabe ouvir e discutir com o setor. Esperamos que o senhor continue brilhando junto à CEMIG. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Djalma Bastos de Morais

Deputado Alencar, agradeço as palavras elogiosas e quero estendê-las ao nosso companheiro da GASMIG, que, com seu esforço, tem-nos permitido ajudar no desenvolvimento do Estado.

Na pessoa da Deputada Jô Moraes, cumprimento os demais Deputados e os componentes da Mesa, Secretário Wilson Brumer e demais companheiros da CEMIG e GASMIG. Agradeço a oportunidade de estar presente falando sobre nossos projetos. A GASMIG é um projeto vitorioso, que todos conhecemos.

Quero dizer ao Dr. Ildo Sauer que, se não temos uma utilização maior do gás no Estado, é porque não temos dutos. Se utilizarmos as duas termelétricas que temos em Juiz de Fora e em Ibitité, a capacidade atual do gasoduto, que é de 3.000.000m³, esgota-se. Então, se não temos um consumo maior de gás no Estado, é porque não temos uma rede de dutos com capacidade suficiente para atingir nossos objetivos.

As negociações entre PETROBRAS, GASPETRO, GASMIG e CEMIG serão apresentadas hoje, no Conselho de Administração da GASMIG e, no dia 27, no Conselho de Administração da CEMIG.

Informo que o acordo será viabilizado quando passar pela Casa. O que fazemos é um ajuste de conversas iniciadas há mais de 10 anos. Durante minha permanência na PETROBRAS, aqui estive, por seis vezes, tentando viabilizar o acordo, o que não consegui, mas, graças a Deus, agora estamos conseguindo fechá-lo. O acordo terá ainda o consentimento do Conselho de Administração da CEMIG e, em seguida, será enviado à Casa para sua formalização em definitivo.

Tecerei alguns comentários sobre as propostas aqui elaboradas pela Dra. Maria das Graças e pelo Dr. Ildo. Há um problema complexo que não estamos observando. Com relação a esse bem vital para o País e para todos nós, que é o gás, não vemos, por parte da PETROBRAS, uma divulgação, em tempo hábil, para melhorar, expandir e exemplificar o que é o componente gás. Os perigos que hoje a Argentina está enfrentando, dentro de sua matriz energética, por falta de energia e falta de consumo, devem-se exclusivamente ao problema de prospecção. Está difícil enviar energia para a Argentina especificamente por problemas burocráticos. Não gostaria de ter um problema, como existe na Argentina, de investimentos em prospecção, pondo em perigo a matriz energética tão importante para nós. Não estamos vendo uma prospecção mais ágil na bacia de Campos de tal maneira que tenhamos, em menos de cinco anos, essa utilização. Preocupou-me a chamada bolsa de combustíveis a que se referiu a Dra. Maria das Graças. Preocuparam-me também, apesar de o Dr. Ildo haver explicado que as reservas e disponibilidades de óleo diesel serão remanejadas para os Estados Unidos ou para outro tipo de mercado, alguns pontos específicos, tendo em vista os maciços investimentos que nós, da PETROBRAS, faremos numa rede de dutos. Serão aproximadamente US\$230.000.000,00 até 2006, e mais US\$230.000.000,00 até 2020. A definição de uma matriz energética por parte do Governo Federal é vital para todos nós. Para que vocês tenham uma idéia, investimos em gasoduto para mais de uma empresa, e a PETROBRAS, por excesso de combustível em sua refinaria, oferece um óleo mais barato que o gás que ela mesma vende. Evidentemente, o mercado procura sazonalmente aquilo que melhor lhe é ofertado.

Tivemos a migração de indústrias para o óleo, deixando aquele investimento em gasoduto indispensável para aquela indústria. Quando se fala em bolsa de combustível, é preciso que se dê ao gás, que se propala hoje como sendo o combustível ideal para o consumo, condições de competitividade. Preocupa-me o fato de que, amanhã ou depois, por um problema qualquer do maior consumidor brasileiro desse excedente de óleo combustível, que são os Estados Unidos, ou por um problema político, seja desviada essa aquisição de excedentes para um outro vendedor, talvez do Oriente Médio, dos grandes campos do Iraque, e seria, então, redirecionado esse consumo.

Assim, sobraria óleo "diesel" no País. Então, como ficaria o empreendimento em gás? É preciso definir e equalizar essa nova matriz energética que se quer impor.

Embora na palestra do Dr. Ildo a viabilização do gasoduto para Brasília, passando pelo Triângulo, tenha ficado clara, na da Dra. Maria das Graças não ficaram claras as próximas projeções de gasodutos que serão implantados pela PETROBRAS. O que vimos foi o acesso do gasoduto Brasil-Bolívia para Brasília partindo de Campo Grande.

No nosso futuro acordo é preciso que a PETROBRAS entenda que o gasoduto do Triângulo é de vital importância para todos, até para justificar a viabilização de 40% da participação da GASMIG sem que esse bem tão importante não atinja o Triângulo. Portanto, Dra. Maria das Graças, é necessário tornar público que esse empreendimento é importante e que ele será viável.

Como bem disse o Dr. Ildo Sauer, hoje a GASMIG é uma empresa vitoriosa. Poderíamos falar mais sobre ela, mas não o faremos porque não dispomos de gasoduto. Fazemos o que podemos. Investimos aproximadamente R\$26.000.000,00 no Vale do Aço e até o final do ano teremos a obra executada. Amanhã mostraremos à Ministra os nossos projetos, o que pretendemos fazer e quais as necessidades do Estado. Tenho certeza de que atenderemos a todas as nossas necessidades dentro dos objetivos aqui propostos.

Agradeço a toda a equipe da PETROBRAS, à GASPETRO e à Dra. Maria das Graças. O que não conseguimos fazer em oito anos estamos conseguindo fazer em menos de oito meses. Até então, as dúvidas existentes foram sanadas. Temos certeza de que hoje aprovaremos a proposição no Conselho de Administração da GASMIG e, no dia 27, no Conselho de Administração da CEMIG. Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., certamente o projeto virá para esta Casa antes do recesso. Mais uma vez, agradeço a esta Casa a oportunidade de aqui expor o nosso projeto. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Marco Paulo Dani

Exmo. Sr. Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente desta reunião, em cuja pessoa cumprimento todos os membros da Mesa, bom dia. Estou aqui na qualidade de representante do Presidente da FIEMG, Dr. Robson Braga de Andrade, que, infelizmente, não pôde estar presente e deixa um abraço aos membros desta Casa e a todos os senhores.

É com muita satisfação que a FIEMG participa deste debate. Representando o setor industrial mineiro, a FIEMG representa também o maior consumidor de energia em nosso Estado. Portanto, as decisões ou as conclusões que por acaso surgirem são muito importantes para nós e de grande interesse de todo o setor industrial do nosso Estado.

Faço referência a uma observação do Dr. Romero. Nunca se falou tanto em gás natural no Brasil como falamos agora, o que me fez lembrar de alguns episódios vividos por mim na CEMIG, há uns 20 anos, quando a questão do gás natural canalizado começou a ser discutida no nosso Estado e muito intensamente nesta Casa. Fazíamos os preparativos e os estudos pensando em ter uma companhia de gás no Estado e costumávamos frequentar a PETROBRAS. Quando a delegação de Minas chegava, olhavam-nos um pouco de lado, porque, acredito, o gás feria um pouco a cultura da época, muito ligada ao petróleo e aos combustíveis líquidos. Grande parte do gás produzido na bacia de Campos era reinjetada nos postos para aumentar a pressão para a produção de petróleo. Outra parte era utilizada no consumo interno das próprias plataformas. E muita coisa era queimada nos "flares" das plataformas da PETROBRAS. Hoje essa mentalidade mudou, e o gás vem ascendendo na matriz energética brasileira. Isso é muito alvissareiro, porque estamos sentindo os reflexos do recente racionamento de energia elétrica. Portanto, diversificar nossa matriz, pela incorporação de um energético tão importante quanto o gás, é estratégico e colaborará para a maior flexibilização da disponibilidade dos nossos energéticos. Hoje, 85% de toda a energia consumida no Brasil vem de petróleo e derivados, das fontes hidráulicas e da biomassa, ou seja, há grande concentração em combustíveis fósseis, petróleo e seus derivados, e grande concentração em fontes renováveis. Falamos apenas de três ou quatro energéticos. Portanto, a diversificação dessa matriz virá em boa hora. O gás representa 7,5% da matriz energética brasileira e somente 1,4% da matriz energética mineira.

Pela palestra do Dr. Ildo, verifiquei que a PETROBRAS, finalmente, se posso dizer assim, preocupa-se com o mercado mineiro. Em reuniões com a PETROBRAS, de que participei como representante da FIEMG, cujo tema era o gás natural, ouvi que, se Minas Gerais tiver mercado, haverá expansão da oferta de gás natural no Estado.

Minas Gerais consome aproximadamente 14% de toda a energia consumida no Brasil. O setor industrial mineiro consome cerca de 17% da energia consumida pelo setor industrial brasileiro; portanto, potencialmente, temos condições de ter gás natural no Estado.

Como disse o Dr. Djalma Moraes, é necessário expandir a rede de dutos para que o gás chegue a Minas Gerais. As alternativas para isso já foram apresentadas: ramais do gasoduto da Bolívia; recapacitação do GASBEL e, eventualmente, condução de gás natural do litoral do Espírito Santo para o Vale do Aço, porque se acredita no potencial daquela. É uma alternativa a ser estudada.

Em nome da FIEMG, posso dizer que o grande interesse do setor industrial mineiro é que haja crescimento da oferta de gás natural no Estado. Claro que algumas questões deverão ser estudadas, sobretudo o preço, o que é muito importante.

O setor industrial mineiro tem interesse não somente como consumidor de gás, o que aumentaria a competitividade da indústria e traria muitos outros benefícios, mas também se interessa como fornecedor de bens e serviços para a expansão do setor de gás no Estado e no País.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado a todos.

Palavras do Sr. Rosalino Fernandes

Cumprimento o Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente dos trabalhos; a Sra. Maria das Graças Silva Foster; o Secretário Wilson Brumer; a Deputada Jô Moraes, pela qual cumprimento os demais membros da Mesa, as senhoras e os senhores presentes.

Por força de minha posição no Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, que é ligado à Comissão de Gás Natural Veicular, focalizarei o gás natural veicular na indústria. Esse segmento ocupa hoje praticamente a 3ª posição junto às distribuidoras de gás. Depois de aplicações na área industrial e na área de geração elétrica, vêm também as aplicações na área veicular.

O "slide" que se segue mostra a evolução das frotas de veículos nos cinco Estados que detêm as maiores frotas do Brasil, quais sejam as do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia e de Pernambuco.

O que se nota neste gráfico é que, até 2001, a utilização do gás natural veicular em Minas Gerais cresceu significativamente. A partir de 2001, houve inflexão na curva. O mesmo houve com Pernambuco, na mesma ocasião.

Coincidência ou não, em 2002 houve uma alteração do ICMS nesses Estados, com um aumento significativo.

Segundo esses dados, Minas Gerais tem a 2ª maior frota total de veículos do Brasil - espero ver o Estado em breve com a 2ª maior frota de veículos, a GNV também.

O próximo quadro mostra sinteticamente os números relativos ao ICMS nos diversos Estados da Federação. Nota-se que a média de ICMS na maioria deles é de 12%. Fogem desse percentual alguns Estados do Nordeste, como Pernambuco, a Paraíba e o Ceará, em que é de 17%. Em Minas Gerais, o ICMS é o maior do Brasil: 18%. Foi aí que ocorreu a mudança naquela curva.

A ANP divulgou os preços nacionais de combustível, do final de julho de 2001 até abril de 2004, e notamos que houve uma série de variações nos custos de gasolina e álcool. Quanto ao gás natural, houve uma subida e depois uma estabilidade. Os preços nacionais de álcool caíram significativamente no início de 2004. Neste momento, estão bem abaixo dos preços do gás natural veicular, o que está causando forte retração no mercado. O crescimento de veículos e do mercado de gás natural veicular estão praticamente paralisados. Muitas áreas, especialmente de São Paulo e de Minas Gerais, estão sofrendo bastante com o problema do diferencial de custos. Este gráfico visa a chamar a atenção dos parlamentares para que reflitam sobre a situação que o setor vive no momento.

O próximo "slide" é resultado da experiência que temos tido no Brasil na observação da flutuação de preços e do crescimento da frota de veículos, com acompanhamento. Trago essa informação como contribuição para o debate e para subsidiar propostas que poderão ser apresentadas pelos Deputados desta Casa. Os preços ideais de gás natural relativamente a outros combustíveis estão descritos aqui. Temos aqui a relação ideal de preços do gás natural veicular relativamente ao gás natural e a relação de preços ideal da gasolina em relação ao gás natural veicular. Observa-se que o preço do álcool está bem abaixo da região ideal, o que está causando esse problema enfrentado pelo mercado hoje. A gasolina também está bastante abaixo da região de preços considerada ideal para a concorrência com o gás natural veicular, causando uma forte retração no mercado de GNV.

Com esse rápido panorama, trazemos a esta Assembléia um conjunto de proposições que eventualmente poderão ser transformadas em projetos de lei. A primeira é a necessidade de existir um diferencial favorável de preços do GNV em relação a outros combustíveis. A atração principal do GNV é de natureza econômica, que tem necessidade de existir pelo fato de um veículo a gás natural ser mais caro que outros à gasolina ou a álcool. O proprietário deve investir mais para transformar o seu carro para gás natural. Ele necessita de uma contrapartida do Estado para balancear o custo adicional que teve. Há, então, a proposta de um preço diferenciado favorável ao GNV para essa contrapartida.

A segunda proposta seria a existência de um regime tributário favorável. No caso estadual, o ICMS e o IPVA deveriam ser mais favoráveis, em contrapartida ao investimento do proprietário do veículo.

Há também a questão urgente da expansão da rede de distribuição de gás natural, um dos pontos de estrangulamento no desenvolvimento do setor. O tema já foi abordado extensamente, tanto pela PETROBRAS, por meio do seu Diretor de Gás e Energia, quanto pelo Ministério de Minas e Energia, representando o Governo Federal. Assinamos embaixo do projeto de expansão da rede, que é uma necessidade.

Propomos também a agilização na concessão de licenças para a expansão da infra-estrutura de abastecimento, principalmente as licenças ambientais, que hoje seguram o desenvolvimento do setor. Essa é uma necessidade premente.

Por outro lado, o uso do poder de compra do Estado poderá também fazer parte de projetos de lei nesta Casa. O Estado pode adquirir um percentual de veículos GNV para as frotas dos seus diferentes organismos; aliás, isso seria uma forma de o Estado demonstrar interesse, participação, presença e apoio ao programa.

Quanto ao engajamento permanente de concessionárias em campanhas, isso já foi dito, e agradecemos a concessionária local. No caso, a GASMIG está em via de lançar uma campanha com esse objetivo.

A necessidade de mecanismos apropriados de financiamento para a conversão de veículos foi apresentada como uma visão de estímulos que o setor traz para esta Assembléia Legislativa. Agradeço a atenção de vocês. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Cláudio Arnaldo Lambertucci

Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente desta reunião; Secretária Maria das Graças, em nome da qual cumprimento todos as autoridades presentes; colegas da Federação das Indústrias; companheiros do Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos; convertedores presentes; proprietários dos postos de gás; foi muito importante ouvir as brilhantes considerações das partes que se manifestaram, o Dr. Djalma, a Secretária, o Secretário Wilson Brumer, o Ildo e o Fernandes.

Estamos com um problema muito sério em Minas Gerais. Vou mostrar com um gráfico, daqui a pouco, que vivemos uma situação muito boa até 2001; no entanto, de 2001 para cá, houve estagnação completa. Fomos ao encontro do Dr. Djalma, na CEMIG, e também fomos recebidos pelo Governador em audiência especial. Estamos tentando de todas as formas algo que impulse o setor. Sabemos que existe uma burocracia muito grande no que se refere ao gás natural e não compreendemos isso.

Desde 1997, a inspeção veicular tramita na Câmara, mas nada foi resolvido até hoje. Para se fazer conversão para gás natural veicular, a pessoa é obrigada a ir a um lugar de inspeção onde são verificados até mesmo os pneus do carro. Se houver um pneu careca, o veículo não tem aprovada a conversão para gás. Então, isso tem de mudar. A lei tem de ser feita para todos. Precisamos de mais esforços para que a inspeção veicular seja realmente implantada no País e não fique somente para o gás veicular.

Em 2001, 41% da frota dos táxis eram convertidos. Depois de uma série de fatores, em que se incluem a burocracia e o preço do gás, que não se tornou mais competitivo, esse dispositivo paralisou. Hoje quem tem veículos da frota de táxis convertidos continuam rodando, mas quem não tem não adapta "kit", não faz conversão.

Outra situação difícil diz respeito ao IPVA e ao ICMS. Com a ajuda de Deputados, estamos tentando algum atrativo, alguma modificação, como outros Estados já fizeram, porque realmente custa dinheiro um "kit" de gás. Se não houver outro atrativo, os usuários não vão adaptar em seus veículos "kits" dessa espécie. Por exemplo, no Rio de Janeiro há um desconto de 70% no pagamento do IPVA. Quanto ao ICMS, também deve existir alguma compensação. A proposta foi feita, e os postos aceitaram baixar a sua margem de lucro. No entanto, o ICMS continua da mesma forma.

Gostaria de falar ainda que Minas Gerais possui a única fábrica brasileira de compressores de GNV, uma indústria que, com apenas três anos de funcionamento, possui 140 funcionários. Já está cobrindo todas as encomendas no Estado. Muitas empresas hoje trabalham em função da Junqueira, que é a fábrica desses compressores.

Há também um fabricante de "kit" de gás que vende 90% da sua produção fora do Estado de Minas. Então, temos de oferecer algo para

contrabalançar essa situação.

Agora vou passar para o quadro, para fazer a verificação do dimensionamento econômico do mercado de GNV no Estado. Vamos começar pelo número de conversões: em 1998, início do uso do gás, foram feitas 110 conversões; em 1999, foram feitas 2.910 conversões, devido à credibilidade do gás, na época com um preço altamente competitivo com a gasolina e o álcool; em 2000, fizemos 5 mil conversões; em 2001, 11.580 conversões; em 2002, começando o declínio, foram 7.700 e, em 2003, 6.900. Em 2004, até hoje, foram 1.290 conversões, o que nos leva a crer que este ano o índice não será compensador.

Acumulamos 35.490 conversões nesse período. O percentual começou a declinar em 50% no ano de 2002; em 2003, menos 12%, e menos 44% em 2004. O número de convertedores e empregos caiu, a situação ficou estarrecedora. Em 1998, contávamos com 4 convertedores; em 1999, com 12; em 2000, com 24; em 2001, saltamos para 74; em 2002, para 58; em 2003, para 44 e em 2004, para 41 convertedores.

Em 1998, os empregos diretos eram 24; em 1999, eram 8; em 2000, 192; em 2001, eram 444; em 2002, eram 348; em 2003, eram 264 e em 2004, são 164. Em 2001, os empregos indiretos, multiplicados por quatro, seriam 1.776. Em 2004, são 656 empregos indiretos. Esse problema é sério.

Pela contribuição do nosso setor, em 1998 a arrecadação de impostos foi de R\$31.460,00. Em 1999, saltou para R\$832.260,00. Em 2000, foi de R\$1.430.000,00; em 2001, de R\$3.311.880; em 2002 declinou para R\$2.202.000,00; em 2003, de R\$1.973.000,00 e em 2004, de R\$323.752,00. Acumulamos R\$10.104.552,00 de impostos. Se tivéssemos continuado com a linha de 2001, teríamos arrecadado muito mais para o Estado.

Falei na reunião com o Governador que deveríamos seguir o exemplo de São Paulo, onde caiu a alíquota de impostos para o álcool. São Paulo está arrecadando quatro vezes mais em cima do álcool.

Nos Estados Unidos a gasolina tem baixo custo na proporcionalidade do rendimento do cidadão americano, porque querem os veículos rodando. Assim, haverá consumo no supermercado, nos shoppings, nas fazendas, nas estradas, trazendo grande arrecadação para o Estado, muito maior do que arrecada com combustível.

Pedimos que haja esforço para que em Minas Gerais, por mecanismos de cooperação geral, haja um preço melhor do GNV, tornando seu uso atrativo.

Fala-se hoje em veículos bicombustíveis. Temos o tricombustível. O mesmo veículo roda com gasolina, com álcool e pode rodar com melhor resultado com o GNV.

Meu tempo se esgotou, tinha mais a falar, mas agradeço. Espero sensibilizar os governantes com essa mensagem de alguém que está no setor. Associados do meu sindicato estão sofrendo, e há muita gente envolvida nesse contexto. Muito obrigado. Boa tarde.

Palavras do Sr. Pedro Enrique Zwaal

Sr. Presidente, Deputado Alencar da Silveira Jr., integrantes da Mesa, Deputados, senhores integrantes de sindicatos, colegas empresários, senhoras e senhores. Agradeço ao Deputado o trabalho feito e a oportunidade de hoje compartilhar do seminário do gás natural.

Este é mais um trabalho que conseguimos viabilizar juntamente com o Deputado. É certo que um seminário não resolve tudo, mas o importante é que continuamos trabalhando e batalhando, e hoje o Deputado, que sempre se colocou à nossa disposição, conhece profundamente a crise pela qual passa o sistema de gás natural veicular neste Estado, para a qual precisamos de soluções a curto prazo: convertedoras fechando; postos com baixa média de venda e altos investimentos; indústrias, como a de fabricação de compressores e de "kits", com altos impostos e, com todo o respeito, em situação competitiva muito desfavorável em relação aos Estados vizinhos, como o Rio de Janeiro e São Paulo.

Como disse o Cláudio, fomos recebidos pelo Governador Aécio Neves, que nos disse que desejava a situação do gás natural veicular em Minas na mesma situação de competitividade dos Estados vizinhos. Tivemos a colaboração do Presidente da CEMIG, Sr. Djalma, e do Secretário de Desenvolvimento, e hoje foi exposto um estudo para viabilizar essa possibilidade, mas continuamos aguardando. Há dois anos, a Câmara Setorial do Gás vem lutando pela redução do ICMS do gás natural veicular neste Estado.

Queria apenas fazer essas observações, antes de iniciar nossa exposição, em que, provavelmente, vamos repetir um pouco do que já falaram as pessoas que me antecederam. A Secretária de Petróleo e Gás falou de um planejamento, um programa de investimento, e o Dr. Ildo Sauer nos falou do programa da PETROBRAS. Mas, até agora, esses são planejamentos. Assim, gostaríamos de contribuir para que esses planejamentos sejam efetivados e a produção do gás comece a se desenvolver de maneira mais acelerada neste País.

Falaram aqui da crise na Argentina. Sou argentino e estou no mercado de gás nesse país há 20 anos. Quero dizer-lhes que o que aconteceu e está acontecendo na Argentina, como foi muito bem dito aqui, deve-se muito mais a uma falta de planejamento, de projeção. A rede de distribuição e a de transporte não tiveram manutenção. Não há crise de gás, mas crise de sistema: crise de distribuição, crise de transporte. Isso faz com que hoje muitos lugares, incluindo algumas indústrias, estejam programando o fechamento do gás. Sem entrar no mérito da questão, isso talvez se deva a contratos de privatização mal feitos, falta de manutenção e política de preços muito baixos, que não permitem reservas. Para fazer uma comparação, no Brasil, o preço do gás veicular disponível em bombas está em torno de U\$0,25 o metro cúbico, ao passo que, na Argentina, fica em torno de U\$0,18. O gás industrial no Brasil está em torno de U\$0,20, ao passo que na Argentina fica em torno de U\$0,02(?). Ou seja, a política de preços baixos não é algo bom, pois não nos permite fazer projeções ou criar reservas para continuarmos fazendo investimentos. Esse foi parte do erro da Argentina.

Em minha apresentação, gostaria de reforçar os conceitos que todos expuseram aqui. Como coordenador da Câmara Setorial do Gás Natural Veicular Industrial, estamos trabalhando juntamente com a FIEMG, de forma que todas as classes envolvidas com sistema de gás natural veicular industrial nos mostrem suas preocupações, e tentemos levar as propostas à FIEMG.

O objetivo geral da nossa apresentação neste seminário é o incremento da competitividade da indústria mineira, mediante maior aproveitamento do gás natural.

Os nossos objetivos específicos são a manutenção de empregos existentes e geração de novos; manutenção de indústrias existentes e implementação de novas; implementação de novas tecnologias; diminuição da poluição ambiental; aumento da competitividade da indústria mineira em relação aos outros Estados da Federação; aumento da arrecadação do Estado.

Fizemos um resumo de algumas medidas propostas para o Governo do Estado: criação de incentivos para o pólo industrial mineiro; construção de ramais de distribuição; participação da iniciativa privada na GASMIG - nem que seja com 2%, porque a PETROBRAS já comprou 49% -; implementação de um programa para o transporte de GNV e GNC; tratamento diferenciado do IPVA; igualdade tributária para o GNV; realização de uma campanha de informação.

Abordaremos cada uma das medidas propostas. Benefícios da criação de incentivos para o pólo industrial mineiro: aumento da produção industrial de equipamentos em Minas Gerais; aumento de investimentos no Estado; diminuição da importação de equipamentos; aumento da arrecadação mediante exportação, ou seja, exportação para outros Estados; geração de novos empregos. Ninguém pode desconhecer o que o desemprego custa para um Estado. A diminuição do ICMS e do IPVA gerariam empregos, e o Estado teria menos despesas.

Provavelmente, tudo isso já foi dito. Estou apenas reiterando o que a nossa Câmara propôs, há um ano, ao Estado.

Benefícios da construção de ramais de distribuição: aumento de investimentos no Estado; crescimento da rede de distribuição; radicação de novas indústrias; diminuição de custos operacionais da indústria mineira; aumento de vendas da distribuidora GASMIG.

Benefícios da participação da iniciativa privada na distribuidora GASMIG: aumento do capital da empresa; maior integração entre empresa e mercado; maior agilidade na construção e montagem, com custos mais reduzidos.

Implementação de um programa para transporte de GNV e GNC. No Brasil, somente uma empresa possui autorização de distribuição de gás natural comprimido. Há cerca de três anos várias empresas brasileiras tentam conseguir autorização da ANP para a distribuição de GNV e GNC. Até hoje nada conseguiram. O Secretário de Desenvolvimento, o Dr. Ildo Sauer e a Ministra disseram que existe a necessidade de se implementar o transporte de GNC. Até hoje, somente uma empresa tem autorização para fazer esse tipo de transporte. É preciso que seja implementada uma política de preços para o gás transportado. Sem dúvida, geraria benefícios, como o crescimento da redistribuição em curto prazo. Isso beneficiaria distribuidoras como a GASMIG, que enfrenta grandes dificuldades para conseguir liberações ambientais e levar o programa do gás à frente. O Secretário de Desenvolvimento disse que os investimentos feitos na GASMIG, em 2003, foram de R\$22.000.000,00.

Há dois meses, lemos no Jornal "Estado de Minas" que a rentabilidade foi de R\$38.000.000,00, ou seja, não conseguiu investir o lucro que gerou. A projeção para 2004 era de R\$38.000.000,00 mas, com certeza, alguém poderá perguntar se a liberação ambiental vai deixar investir esse montante. O GNC e o GNV contribuiriam para a popularização do gás natural no curto prazo. Pedimos incentivos para as empresas já existentes.

O tratamento diferenciado do IPVA foi um assunto debatido e que contou com a participação do Deputado Alencar da Silveira Jr. Foram feitas propostas de leis, e até agora estamos batalhando e nada conseguimos. O Rio de Janeiro paga 25% de IPVA para carros movidos a GNV. São Paulo paga 50%. Não vamos falar de outros Estados. Não há dúvidas de que, se conseguíssemos reduzir o IPVA para 50% e o ICMS para 18% a 12%, a frota de carros convertidos para gás em Minas Gerais duplicaria em 100%, geraria uma fonte de emprego muito importante, e o Governo não teria diminuição de arrecadação.

Como último ponto, devemos realizar uma campanha de informação não só de GNV, como também de GNI. É preciso expor para as pessoas a segurança do gás natural e mostrar as diferenças entre o gás natural e o álcool e entre o gás natural e o GLP. Precisamos mostrar o benefício do gás natural para o meio ambiente e a melhoria que o gás natural traz para a qualidade da produção industrial.

Gostaria de agradecer e pedir desculpas pelo meu portunhol, mas acho que deu para entender. A Câmara Setorial não poderia estar fora desse debate, e, como coordenador, deveria falar alguma coisa. Estou à disposição e agradeço a atenção de todos.

Palavras do Sr. Isaiás Pereira

Inicialmente, parabênizo os componentes da Mesa. Não tenho gráfico para apresentar, mas estou saindo com a cabeça ilustrada de tantas coisas que não sabia. Sabia que temos 9.000km de investimento em tubulação. Estou mais do lado prático; estou ao lado do taxista, do condutor autônomo, do transportador escolar.

Esses homens, principalmente os taxistas, são cobaias na implantação do sistema energético do País. Há pouco tempo, ainda como taxista, pois não era representante da minha categoria, participei do projeto do álcool. Que beleza! Que saudade do projeto álcool quando começou! Era baratinho. Quando chegava a casa tinha dinheiro para dar à minha mulher para ir ao "shopping". Mas essa não é a realidade nos dias de hoje.

Naquela época, 90% da nossa frota era de carros a álcool. Um plano espetacular. Mas, um belo dia, quando participava de um debate na TV Minas, juntamente com o Presidente da Federação dos Proprietários de Usinas, ele me disse, em "off": "Isaiás, esse pessoal pensa que está com a bola toda, tem gente comprando até avião a jato, e a política do álcool já foi embora".

Novamente agora, numa outra implantação, o Governo tomou os taxistas como "ratinhos de cobaia" para fazer o teste. Os passageiros nos perguntam como está o gás e se o carro pega bem ao dar a partida pela manhã. Quando havia poucos postos de abastecimento, houve taxistas que dormiram na fila para abastecer os carros, dada a grande diferença de preço da gasolina e do álcool.

Hoje, diante de um projeto dessa natureza, o taxista perde todo o seu estímulo. Há poucos dias, um taxista entrou na minha sala e disse: "Pelo amor de Deus, me salve". Depois fiquei sabendo que ele tinha feito uma inspeção veicular e que 16 itens teriam de ser consertados. Por exemplo, com relação ao freio, a roda esquerda com a roda traseira não davam os 25 ou 30 de pressão pedidos. Existe alguém em Belo Horizonte que consegue regular isso? Então, essas são as burocracias do gás.

Estamos cada vez mais "desincentivados". Dos pouco mais de 50% de veículos transferidos para gás, hoje apenas existem cerca de 30%.

E o preço? O preço é o principal. Todos os taxistas dizem que, numa próxima revisão, irão tirar o gás. Esse cidadão que tinha 16 itens para consertar em seu carro iria gastar R\$1.200,00 com oficina, mais R\$80,00 a serem gastos com a inspeção veicular. Ele deve ter pensado que comprou uma bomba.

Falo como consumidor final, pois não tenho dados estatísticos. Apenas desejo mostrar o que está ocorrendo com o gás, principalmente em nosso setor.

Além do mais, se o preço fosse melhor, a tarifa também poderia sê-lo. Os taxistas estão perdendo os seus veículos porque não estão conseguindo trabalhar, dado o alto preço da manutenção e dos combustíveis. A tarifa pode ser menor.

Por favor, peço à Secretária da Ministra, aqui presente, que leve esse problema para o nosso Presidente Lula.

Estive em São Paulo, numa reunião com todos os representantes dos sindicatos do Brasil, que foram unânimes em dizer que todos estão tirando o gás. Achávamos que o gás vinha para nossa salvação, para diminuir os custos, para termos uma tarifa melhor, prestarmos um serviço melhor, termos mais passageiros e ganharmos dinheiro para sustentar nossas famílias; mas, ao contrário, vemos na televisão - me perdoem se houver algum fabricante de veículo aqui: "Compre um carro "flexpower". Pelo amor de Deus! Eu, particularmente, não assinaria esse documento de burrice. Comprei um carro com um combustível só, pois estou fugindo da gasolina. Por que vou comprar um "flexpower" bicomcombustível? Quero fugir da gasolina, passar para o álcool e para o gás, que são mais baratos. Com o "flexpower", comprarei uma tecnologia moderna, gastarei um dinheiro a mais e ainda não sabemos os problemas que surgirão futuramente. Muitos taxistas estão comprando o "flexpower" e trabalhando somente com o álcool. Pergunto por que não compraram um carro a álcool ou então por que não transformam seu carro em um veículo movido a gás. Respondem que todos, no ponto, dizem que não vale à pena comprar o carro a gás, porque é burocrático.

A segunda burocracia maior é quando recebemos o documento único do DETRAN em épocas divergentes daquela em que fazemos a vistoria veicular. Temos de voltar ao DETRAN, pegar o documento único e trocá-lo, porque a inspeção veicular concede um número que tem de constar no documento, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro. Que burocracia! Pelo amor de Deus! Parece que querem complicar as coisas neste País. Procurei o Diretor do DETRAN, que enviou um ofício ao DENATRAN para que o certificado veicular ficasse anexo ao documento único. Assim, quando o inspetor, guarda de trânsito ou a Polícia Federal parar o veículo, o motorista apresenta o documento. Mas, tenho de gastar mais R\$37,00 ou R\$40,00 para trocar um documento e simplesmente colocar um número. Vemos que o gás está sendo colocado somente no carro de gente pobre: do taxista, do trabalhador que utiliza seu veículo para fazer uma pintura ou para carregar uma escada. Quem tem um Cherokee zero quilômetro não está preocupado com o preço do combustível, os trabalhadores é que se preocupam com isso.

Ficamos horrorizados ao saber que 80% do gás estão sendo usados nas indústrias e em outros setores, e que somente 20% são usados nos veículos.

Os trabalhadores não estão sendo incentivados. Como o Governo quer que usemos o combustível? Só servimos para instruir as pessoas dizendo que é bom, mas, depois, não podemos confiar. Mais uma vez digo para a Secretária, Dra. Maria das Graças: os taxistas estão tirando o gás. O gás corre risco. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões deverão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Solicito aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam sucintos em suas perguntas. A Presidência aproveita a oportunidade para informar aos participantes que a ata deste ciclo de debates contendo a transcrição completa dos expositores e debatedores será publicada no "Minas Gerais" do dia 25/5/2004. Esclarecemos aos interessados em gravar em vídeo o ciclo de debates que ele será reprisado no dia 22/5/2004, sábado, às 9 horas.

Debates

O Sr. Presidente - Tenho algumas perguntas a fazer à Dra. Maria das Graças e ao Dr. Ildo Sauer que poderão ser respondidas no decorrer dos debates.

O gás trazido para Minas pelo gasoduto torna-se mais caro do que se o trouxermos de caminhão-cesto. Por que Minas está pagando tão caro? Faço outra pergunta que me fazemos na rua ou quando conversamos sobre gás. Temos um contrato com a Bolívia. Por que o gás fica queimando? A utilização desse gás que fica queimando não poderia ser alterada para um custo mais baixo para o segmento? Se for incentivado, o setor pode crescer. É por causa da perda que pode haver no diesel ou na gasolina? Será que não é hora de o Governo Federal incentivar e não deixar o gás que já está pago queimando na Bolívia?

Pergunta do Sr. Dalmo, da Cia. Cedro Cachoeira, à Secretária Maria das Graças: "Nossa empresa assinou, em 1988, um contrato de fornecimento do gás natural pela GASMIG, em que uma das cláusulas previa o início desse fornecimento em 2000, o que não ocorreu. Estamos iniciando o recebimento desse gás apenas agora, no princípio de maio. Da assinatura do contrato até agora, o preço do gás natural aumentou aproximadamente 2,4 vezes, enquanto a variação do óleo foi de 1,9. Qual a perspectiva do comportamento desses preços para o futuro? Qual o comprometimento a respeito dessa variação do passado? Estamos preocupados com a realidade e com o que pode acontecer".

Caso mais alguém, no Plenário, queira fazer alguma pergunta à Secretária, que a apresente agora, porque ela tem hora marcada para retornar a Brasília.

A Sra. Maria das Graças Silva Foster - Aproveito a oportunidade para esclarecer alguns pontos extremamente importantes abordados pelos palestrantes. Um deles, abordado pelo Dr. Djalma Bastos de Moraes, refere-se ao gasoduto. Deixo claro que o "slide" exibido tem um caráter meramente ilustrativo. Foi utilizado para mostrar que é política do Governo Federal, e uma de suas prioridades maiores dentro da dimensão do gás natural, a integração energética entre reservas brasileiras, reservas da Argentina, reservas da Bolívia e dos gasodutos dos troncos principais. O "slide" apresentado definitivamente não poderia precisar de onde partem ramais de um ponto para outro nem muito menos a expansão da capacidade de transporte, que ora está sendo concluída pelo Governo do Estado, pela CEMIG, pela GASMIG e pela PETROBRAS. Portanto, foi apenas uma ilustração. Não seria esse tipo de "slide" que poderia ou deveria precisar o traçado. Mas o Governo Federal, especificamente o Ministério de Minas e Energia, apóia as relações comerciais que se desenvolvem entre a PETROBRAS e o Estado de Minas Gerais, em especial a capacidade de transporte e o traçado desenhado pelo Governo Estadual, pela CEMIG, pela GASMIG e pela área de gás e energia da PETROBRAS.

Com relação à bolsa de combustíveis, deixo claro que o Governo faz o seu planejamento exatamente da forma como explicitarei. Seria um absurdo e pouco responsável trabalharmos a maior ocupação do gás na matriz energética brasileira, se não projetássemos esses combustíveis de forma harmônica, sinérgica e complementar entre eles.

O Sr. Isaías Pereira referiu-se, com bastante precisão e de forma totalmente adequada, aos problemas ocorridos com o álcool há alguns anos. Para que o Sr. Isaías fique mais esperançoso e não tão aborrecido com o Governo, não tão descrente da nossa capacidade de fornecer energia a este País de uma forma organizada e planejada, digo-lhe que projetamos e desenvolvemos a política energética dos seus combustíveis. Convido-o, inclusive, para uma visita ao meu gabinete, em Brasília, com números, dados e fatos. É inadmissível que haja uma retração do mercado de gás automotivo já conquistado. Gostaria de saber um pouco mais sobre a questão do GNV, principalmente em Belo Horizonte.

Quanto à questão da queima de combustíveis dentro da política de gás, levantada pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., um capítulo inteiro tratará disso. Infelizmente, a queima de gás faz-se necessária algumas vezes. Isso é admissível no âmbito mundial porque a produção do gás não se dá toda no mesmo campo, em cima do mesmo "cluster" de produção. Na bacia de Campos, por exemplo, a produção e a queima são espalhadas. Segundo acordo específico entre a ANP e a PETROBRAS, há um limite para que o gás seja queimado. Trabalhamos para colocar essa restrição da queima dentro da política de gás.

Quanto ao caminhão-feixe, ao menor preço para se transportar o gás a granel, é importante verificar o volume, a escala e a distância. É inviável fazer o transporte do gás a granel em distâncias acima de 50, 100km, porque o volume unitário transportado é muito maior do que o do gás transportado por gasoduto. No âmbito mundial, 85% do transporte de gás é feito por meio de gasodutos de alta pressão, porque é a tecnologia mais conhecida, além de ser economicamente mais competitiva e atrativa. Portanto, Deputado, é necessário olhar o volume e a distância.

A Deputada Ana Maria Resende indagou-me sobre as atividades exploratórias na bacia do São Francisco. Disse a ela que essa bacia não está prevista, de forma alguma, na sexta rodada de licitações, mas que faria um levantamento junto à ANP para responder a ela com maior precisão.

Sobre o questionamento do Sr. Cláudio, Presidente do Sindicato, sobre a arrecadação do ICMS no Estado, é importante que se ajuste essa questão, pois causa um prejuízo significativo à maior competitividade do gás.

Antes de vir para cá, disse ao Fernandes, do Instituto Brasileiro de Petróleo, que está ao meu lado, que o gás natural veicular automotivo teve uma aceitação rápida e significativa por parte do cidadão, pois, se comparado com a gasolina, o seu preço é altamente competitivo.

Nós, do Governo Federal, numa atuação com a PETROBRAS, fizemos um pacto para que no ano passado e neste ano - em termos da "commodity" produzida na sua origem - não houvesse aumento do gás natural boliviano ou brasileiro, aquele gás que a PETROBRAS entrega no "city gate" da distribuidora. Não seria o caso de congelar esse preço, já que se trata de um mercado de preços liberados, mas de mantê-lo sem aumentos. Então, essa questão passa a ser um trabalho do Estado e é extremamente importante olhar o exemplo positivo que São Paulo vem dando com relação à arrecadação.

No Brasil os combustíveis são uma fonte bastante adequada do ponto de vista da arrecadação, mas tem de ser equilibrada com o pretendido desenvolvimento do mercado do gás.

Já respondi ao questionamento do Sr. Isaías e quero convidá-lo para ir a Brasília a fim de que possamos conversar um pouco mais sobre essa questão.

Quanto ao questionamento do Dalton, da Companhia Cedro Cachoeira, sobre o fornecimento do abastecimento, sobre o aumento de 4,4%, não entendi como calculou isso, mas não discuto.

No Governo praticamos o que é fato. Vivemos em uma companhia de preços livres. Mas o Governo Federal não aceita que em nome do preço livre se aumentem o valor dos produtos de forma absoluta sem uma relação entre os outros energéticos e o próprio desenvolvimento da economia. No ano que passou tivemos essa grande colaboração da PETROBRAS, que não aumentou os preços. Entendemos que as companhias distribuidoras tenham feito algo parecido junto a seus clientes. Dessa forma entendemos que o preço do combustível tem paridade internacional. Hoje o petróleo está a US\$41,00 o barril. Estamos trabalhando intensamente para que nossos combustíveis não sofram essas oscilações. Muito pelo contrário, o preço da gasolina foi reduzido em maio do ano passado. Nessa política de Governo procuramos desenvolver algo muito difícil, sem tabelar, porque não faremos tabelamento. Mas que haja um comportamento das variações de preço sinérgicas entre um e outro combustível, para que possamos ter os carros "trifuel" e que seja decisão do usuário optar por esse ou aquele combustível, a depender de como o mercado se comporta.

Perguntaram se vai acontecer com o gás natural o mesmo que ocorreu com o álcool. As chances de perenidade da política de combustíveis residem no planejamento. Não consigo imaginar que se possa introduzir, incentivar, apoiar, promover o uso de combustíveis sem que haja planejamento. Podemos não planejar da forma mais correta possível; podemos errar no planejamento; mas não planejar é partir do erro absoluto.

Diferentemente do álcool, somos produtores de petróleo. Produziremos 2.200.000 barris de petróleo por dia, o que não depende de descoberta, uma vez que a PETROBRAS já fez as descobertas ao longo dos últimos 10 anos. Dependemos unicamente de concluir, no prazo, as plataformas que encomendamos e que construímos hoje. Para produzir esse petróleo, necessariamente produziremos gás natural. Temos contratos de longo prazo com a Bolívia, temos contrato com a Argentina, em volume muito menor, para abastecer a térmica de Uruguiana, temos produção de petróleo e de gás nas bacias de Campos, Santos e Espírito Santo. Definitivamente, não acontecerá com o gás natural o que aconteceu com o álcool porque, caso acontecesse, o prejuízo à Nação seria absoluto na produção de todos os seus hidrocarbonetos e combustíveis. O Governo do Presidente Lula, o Ministério da Agricultura e o Ministério de Minas e Energia trabalham insistentemente com os produtores de álcool para que tenhamos uma política sustentável, para que, no futuro, não colecionemos lembranças, como vários de nós colecionamos, com relação ao que houve com nosso álcool.

Sou engenheira de perfuração e trabalhei durante anos na área de exploração e produção. Tenho orgulho absoluto de liderarmos a produção de petróleo em águas profundas. Durante essa oportunidade de trabalhar com o Governo tenho visto a projeção do Brasil com base em sua capacidade de produzir, de plantar, de colher cana da melhor qualidade, e o respeito do mundo por nossa capacidade de produzir álcool. Queremos que a sociedade brasileira tenha orgulho disso e que respeite todo o esforço que está sendo feito para sustentar a produção de álcool no Brasil.

Poderíamos ficar falando e trocando idéias com vocês durante muito tempo, mas nosso tempo é limitado.

Agradeço a todos e estou, na Secretaria de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, à disposição para trocar experiências com os senhores e recebê-los, se for o caso. Reitero o convite ao Sr. Isaías para me procurar em Brasília.

O Sr. Presidente - Henrique, do Walver Car Center Automotivo, pergunta a Secretária Maria das Graças: "Por que a indexação do custo do GNV a 55% do óleo diesel não pode ser ampliada a todos os usuários?".

A Sra. Maria das Graças Silva Foster - Sr. Henrique, temos trabalhado para que as indexações sejam resultado de uma política comercial entre os produtores e os refinadores. É preciso que haja sustentabilidade porque o prejuízo pode ser muitíssimo maior, à medida que a indexação não possa mais ser mantida.

A PETROBRAS, diferentemente dos importadores e de outras companhias que refinam no Brasil, fez a análise econômica de seus combustíveis e entendeu que aquela empresa teria fôlego, pulmão e capacidade comercial para sustentar uma relação em que se atrela o preço do diesel ao preço do GNV, de modo a atender a determinado segmento. É uma proposta comercial que tem sustentação econômica.

No desenho atual da política do gás, não pretendemos adotar essa forma de indexação. É possível que se façam estudos futuros, mas no momento, não temos argumentação nem embasamento técnico para fazê-lo. Entendemos que deva ser criada uma política comercial do refinador junto a seus diferentes segmentos de mercado. Aliás, é assim que funciona toda economia aberta de mercado livre.

O Sr. Presidente - Já que há incentivo para o transporte coletivo, seria possível o Governo Federal dar incentivo também aos taxistas na utilização do gás natural?

A Sra. Maria das Graças Silva Foster - Trata-se novamente de política comercial e não de política do Governo.

Um grupo do Governo Federal estuda a diminuição da tarifa do transporte coletivo. Temos procurado soluções para amenizar as dificuldades que aqueles senhores e senhoras de menor renda têm para se deslocar de um ponto para outro.

Estamos avaliando o impacto do diesel sobre a tarifa das passagens. A redução de 20% no preço do diesel ou sua substituição pelo GNV significaria, por exemplo, uma diferença de R\$0,30 no custo final da passagem, que hoje custa R\$1,56.

É dessa forma que o Governo Federal vem trabalhando a questão da bolsa de combustíveis. Repito que, no momento, trabalharmos o subsídio de forma absoluta - para desde aqueles que têm uma Cherokee a gás natural até aqueles que lidam com o transporte coletivo - ainda é algo que não está quantificado em termos de benefícios.

O Sr. Presidente - Tenho uma curiosidade. Não é hora de o Governo Federal colocar o transporte coletivo na cesta básica? O trabalhador sofre muito hoje. Prefere, às vezes, dormir no seu trabalho e ir para casa só no final de semana para economizar o vale-transporte. O Governo não poderia conceder um incentivo maior ao transporte nessa questão do gás natural, para o trabalhador poder ir para casa todo dia? Não é hora de o transporte coletivo ser uma preocupação constante do Governo? O trabalhador, atualmente, prefere dormir na porta da fábrica ou em alguma pensão porque fica mais barato e consegue economizar o vale-transporte para comprar algum alimento. O transporte coletivo é uma necessidade do brasileiro. Não poderia ser incluído na cesta básica da mesma forma que um alimento, não poderia haver incentivo maior nesse sentido?

A Sra. Maria das Graças Silva Foster - Como cidadã, concordo literalmente com a dificuldade do trabalhador optar entre pegar o ônibus ou comprar um pão. A opção por cozinhar comprando o GLP faz com que lhe faltem recursos para comprar o alimento. Tudo isso são dificuldades, e o maior de todos os exercícios é encontrar uma alternativa para reduzir o preço da passagem e do GLP sem tornar inviável o processo e sem colocar em dificuldades os produtores, refinadores e importadores de combustível por causa da generalização.

O Governo está ciente disso, temos feito um esforço gigantesco para que o preço do botijão de GLP não aumente e para que de alguma forma consigamos que as pessoas possam comprar tanto o alimento quanto o GLP, por meio do próprio auxílio-gás. No caso específico do transporte, essa procura é enorme, mas é preciso uma colaboração do Estado com relação ao ICMS. Existe um grupo de trabalho na Casa Civil da Presidência da República que estuda exatamente a questão do transporte coletivo.

O Sr. Marco Antônio - Sou assessor da Presidência do SINCAVIR e gostaria de eliminar a pergunta que encaminhei sobre esse assunto. Essa questão do GNV para o transporte urbano tem uma conotação também ecológica. Considerando que Belo Horizonte tem 6.800 táxis, que São Paulo tem 30 mil e que o Rio de Janeiro tem mais de 20 mil, não seria lógico que o táxi fosse incluído nesse preço especial do gás para o transporte urbano, já que também é um transporte de passageiros? É claro que é seletivo, mas aí o uso do táxi poderia ser bem maior por parte da classe média, o que até criaria mais espaço nos ônibus. E isso facilitaria a vida de milhares de taxistas, sem contar os benefícios para a preservação do meio ambiente das grandes cidades, já que o táxi roda dez vezes mais por ano que um carro normal. Era a minha pergunta.

A Sra. Maria das Graças Silva Foster - Não conheço Belo Horizonte com a mesma precisão com que conheço o Rio de Janeiro, mas o senhor está totalmente certo. Hoje, no Rio de Janeiro, é crescente o número de vans, e não sei se Belo Horizonte tem tantas vans. É extremamente coerente com a política do Governo Lula a possibilidade de o Estado, as distribuidoras e os produtores de gás avaliarem a possível inclusão dos taxistas, vans e transportes coletivos nessa política. Tudo isso ocorrerá do ponto de vista econômico. Somos um mercado de gás que ainda não tem escala. Trabalharíamos para discutir preços diferenciados, quando ainda somos infantes na comercialização do gás. Primeiro devemos ter um gasoduto, e Belo Horizonte, Minas Gerais, muito em breve, conseguirá ampliar a sua capacidade de trazer gás para o Estado e desenvolver mercados menos capilares e com maior âncora, alcançando mais indústrias e aumentando o seu negócio. Dessa forma, essas distribuidoras observariam a possibilidade de tratar os ônibus, táxis e vans, como o senhor sugeriu. Agradeço tantas perguntas e peço licença. Muito obrigada.

A Deputada Jô Moraes - Secretária, em nome desta Casa e, particularmente, em nome do Deputado Alencar da Silveira Jr., Presidente desta Mesa, que teve a feliz iniciativa de propor esse debate, agradeço a sua contribuição. Desde já, faço uma nova proposta. Sem dúvida nenhuma, a discussão sobre o modelo energético que se constrói no Brasil tem um grande impacto em Minas Gerais. Como Estado produtor e consumidor, Minas Gerais deseja contribuir para a construção do novo modelo. A senhora nos trouxe questões importantes e tranquilizadoras quanto ao objetivo proposto pelo modelo energético de nos tornarmos auto-sustentáveis. Essas questões calam fundo em Minas Gerais, que tem a marca da sua contribuição para a independência.

Algumas questões ainda ficaram pendentes, e esta Casa discutirá as medidas que pode tomar para contribuir nesse processo. A sua contribuição foi importante, a senhora está intimada a retornar a Minas para continuar as discussões.

O Sr. Augusto Pizarro - Sou proprietário de postos de gasolina e gás GNV. Gostaria de dizer para o Secretário de Planejamento que o número de conversões em Minas Gerais é lamentavelmente ridículo. E mais ridículo ele se torna, quando a maioria das conversões ocorre na Zona da Mata, especialmente em Juiz de Fora, fazendo com que os mineiros transfiram os seus carros para o Estado do Rio de Janeiro, o que acarreta uma perda de 100% do IPVA.

Pergunto agora ao Dr. Sauer: num passado não muito distante, havia um diferencial de preços entre o gás industrial e o GNV, que tinha um delta um pouco mais baixo, fazendo com que o preço na bomba fosse mais acessível a toda a população mineira. É possível que isso volte a acontecer, Dr. Sauer, pois o programa que o senhor nos mostrou é realmente incentivador. Mesmo com toda essa crise, estou investindo em mais dois postos de gás.

O Sr. Ildo Luiz Sauer - O senhor está no caminho certo. Em face da urgência do tempo, gostaria de responder à sua pergunta juntamente com outras que foram formuladas antes, em relação à estrutura, à política de preços. É necessário recapitular um pouco o assunto, antes de esclarecermos sobre a estrutura institucional e a estrutura empresarial do petróleo e do gás no Brasil, hoje.

Depois de a lei ser sancionada, em 6/8/97, criando a ANP, os preços tornaram-se progressivamente livres, até serem liberados em 2000, 2001. Temos no Brasil, pelo menos legalmente, um regime livremente concorrencial de preços para qualquer derivado de petróleo, incluindo-se o gás natural. A PETROBRAS não é a única a produzir gás no Brasil; aliás, compra gás natural de empresas como a Shell, a El Paso e outras que o produzem. Compramos, colocamos na rede e o vendemos, de forma que existe uma estrutura de preços.

O mesmo ocorre com o gás que importamos da Bolívia: a maior quantidade de gás consumido no Brasil é produzida lá, em parte pela PETROBRAS; mas a maior parte, cerca de 25%, é produzida pela Total, ex-Total-Fina-Elf, de que temos 10%, e pela Repsol-YPF, empresa que

era argentina e hoje é espanhola.

Então, do ponto de vista legal e institucional, temos hoje um mercado relativamente livre. É claro que a PETROBRAS, que detinha o monopólio tanto para o gás natural quanto para o petróleo, tem um comportamento de preços bastante peculiar em função de continuar sendo - e, na minha opinião, deve continuar sendo sempre - uma empresa controlada pelo Governo Federal. Hoje, por exemplo, o petróleo está se aproximando dos US\$41,00 o barril, e a PETROBRAS continua abastecendo o mercado brasileiro com derivados de petróleo como se fosse adquirido por, aproximadamente, US\$30,00 o barril, preço de realização.

Aliás, quanto aos derivados de petróleo, não somos auto-suficientes, principalmente em relação ao GLP, que não é gás natural, e ao diesel. O custo de, preferencialmente, importar óleo leve, necessário para produzir diesel, manter o mercado abastecido com esses preços e internalizá-lo é superior ao preço pelo qual a PETROBRAS está vendendo. Evidentemente, isso faz parte do seu esforço em não tornar o mercado muito volátil. Todos sabemos que, nos Estados Unidos, se o preço do petróleo aumentar, o da gasolina aumentará no dia seguinte em cada região, segundo a estrutura de custos para levar, refinar e entregar o petróleo ao ponto de consumo. Também seguindo a orientação do Governo, a PETROBRAS procura se manter competitiva, porque tem de ter estrutura competitiva e, ao mesmo tempo, mexer nos preços todos os dias.

Preciso lembrar que vendemos o gás a um preço menor do que pagamos pelo que importamos.

O custo efetivo da importação do gás boliviano, somado ao que se paga na Bolívia e ao transporte, seria da ordem de US\$3,60 por milhão de BTUs, uma unidade do gás. No ano passado inteiro, vendemos o gás a uma média de US\$3,36. No fim do ano, anunciamos uma proposta comercial, como disse a Secretária - a PETROBRAS tem liberdade de fazer essas propostas -, de que todo novo volume de gás boliviano poderia ser vendido a US\$2,70. Se uma empresa aumentasse em mais de 40% suas compras de gás boliviano, o preço passaria a US\$3,36. Se dobrasse a compra, o preço total baixaria para US\$2,70 por milhão de BTUs. É uma política temporária de preço.

Temos um contrato chamado "take or pay", que significa pega ou paga; se não pegar, também paga e não retira, podendo retirar depois. Para transporte, há a política de "ship or pay", isto é, transporta ou paga. Se não transportar, também paga. Esses contratos foram assinados em 1996, 1997 e refeitos em 1999, para alimentar o programa de termelétricas, que não deu muito certo. Previa-se a produção de 19.000MW nas termelétricas, com 49 projetos. Estamos com bem menos da metade disso. Essa é a estrutura do preço para o gás boliviano. O gás nacional é diferenciado.

É preciso entender que, de um lado, a PETROBRAS tem um custo para produzir ou adquirir o gás; de outro, é preciso, de acordo com os contratos vigentes, pagar e amortizar os financiamentos dos gasodutos, tanto do Brasil-Bolívia quanto de todos os outros que mostrei há pouco, das várias regiões produtoras, que são, basicamente, além da Bolívia Macaé, Santos, Merluza, o Espírito Santo, várias regiões do Nordeste e a Amazônia.

Produzido o gás, é preciso tratá-lo, transportá-lo e entregá-lo às companhias distribuidoras. Ali acaba a interface inicial da PETROBRAS como produtora principal e praticamente única transportadora de gás no Brasil. Existe um gasoduto no Sul do Brasil de que a PETROBRAS é sócia minoritária, que entrega gás em Uruguaiana para uma termelétrica. Há outro, feito pela Shell e pela Enron, que furou o gasoduto Brasil-Bolívia para atender a uma termelétrica em Cuiabá, no Mato Grosso.

A PETROBRAS é hoje a principal produtora e transportadora de gás. Só transportamos até a entrada da cidade, o chamado "city gate". Hoje, em média, no Brasil, entregamos o gás, na entrada da cidade, por aproximadamente R\$0,30 por metro cúbico. É um número arredondado; são US\$0,10, porque o gás nacional é um pouco diferente do boliviano. É uma média, um número arredondado, inexato.

Comparando, R\$0,30 por metro cúbico de gás equivale a mais ou menos um litro de diesel e um litro de gasolina - também é muito aproximado -, e um pouco mais do que um litro de álcool. Em média, o litro do diesel e o da gasolina custam R\$0,80 pelo preço do petróleo hoje, quase três vezes mais. O álcool custa um pouco menos.

Aí vem o serviço de pegar o gás. É mais difícil transportá-lo do que um líquido, entregá-lo na casa do consumidor, no posto de combustível, na indústria, etc. Isso é regulação estadual. Cada Estado tem autonomia para definir os contratos de concessão para as distribuidoras. Em Minas Gerais é a GASMIG, e esperamos que isso seja feito com a participação da PETROBRAS. Em São Paulo é uma empresa inteiramente privada, a COMGÁS. Há outras, como a Gás Brasileiro, em São Paulo, e, no Sul, há espanhóis, italianos, ingleses e a Shell, que, ou compraram, ou fizeram investimentos em dutos para administrar esse gás.

A estrutura de preço final ao consumidor depende muito do volume. Quem recebe em grande quantidade, como uma termelétrica, o caso da térmica em Ibitiré e Betim, paga uma margem muito pequena para a distribuidora de gás ou não paga. Se for por intermédio da PETROBRAS, fica apenas no uso de passagem. Quando é um consumidor industrial - ocorre também no setor elétrico -, quem recebe em grande quantidade, em alta tensão, paga bem menos pela distribuição do que quem recebe picado, no varejo, na ponta.

O Governo Federal cuida de supervisionar, pela ANP, os preços dos gasodutos. Cada um dos Estados tem sua autonomia, regula o preço a partir da entrada das cidades, os "city gates".

Depois de R\$0,30 por metro cúbico, passa à responsabilidade dos Estados, que fixam o preço de acordo com a estrutura de custos que acreditam haver para a empresa distribuidora.

Bem, os que citei são preços genéricos, mas por que a PETROBRAS tem feito propostas comerciais diferenciadas? Para termelétricas, porque havia uma norma do Programa Prioritário de Termelétricas, um decreto, que fixava um preço - que hoje está em torno de US\$2,70. No ano passado também anunciamos um preço diferenciado - um contrato de segurança, uma garantia de seguro - para as empresas de ônibus. Ora, o proprietário de uma frota de ônibus sabe que o diesel está relativamente baixo, comparado com o preço internacional, e pode subir. Mas, se um dia - e Deus queira que isso ocorra! - o preço do petróleo baixar, o diesel baixa também. Assim, se se assinar um contrato de longo prazo, de 10 a 15 anos, para comprar o gás a determinado preço, sem vínculo com o diesel, futuramente o custo do gás poderia se tornar menos competitivo do que hoje, gerando um problema.

Assim, estamos oferecendo dois tipos de contratos para as transportadoras de passageiros, com alguns já sendo assinados em São Paulo. Pelo primeiro, vendemos para a distribuidora local de gás, que, por sua vez, assina um "contrato-espelho" com o consumidor, porque a PETROBRAS não pode vender gás diretamente para o consumidor final; tem de passar pela distribuidora. No caso de São Paulo, a CONGÁS está junto conosco nesse processo: vendemos para a CONGÁS, que, por sua vez, tem um contrato simétrico, igual, com a transportadora de passageiros, com a empresa de ônibus. Oferecemos, no máximo, em torno de 55%, porque o ônibus, com o gás, percorre mais ou menos 1,8km/m³; enquanto, com o diesel, percorre um pouco mais: 2,2km/m³. Assim, isso compensa mais ou menos 20%, já que o gás deveria custar menos, mesmo com as tecnologias atuais. O resto, essa diferença de 45% a menos - isto é, de 25% -, é para que o empresário tenha margem, possa fazer os investimentos para a conversão da frota e, no futuro, reduzir o custo das passagens. Essa é a política específica para os ônibus.

E os táxis? Por que para os táxis ainda não é assim? Há uma dificuldade de administração, porque o táxi se abastece diretamente no posto livre, no mercado. Então, é difícil vender gasolina para os taxistas, no posto, a um preço, e o gás, a outro. Vou deixar de lado toda essa discussão, muito importante, lembrada pelo sindicato e pelos demais, sobre a burocracia do licenciamento dos veículos a gás, que é discriminatória, ao passar a impressão de que o carro convertido a gás não é seguro, uma vez que a conversão precisa ser revisada todos os anos - ora, feita a conversão adequadamente, é suficiente que a inspeção seguinte seja normal, como a de qualquer veículo, para a garantia da segurança no trânsito. Mas, deixando isso de lado e pensando nos preços do gás, a tendência é que o gás natural tenha um custo menor do que a gasolina ou o álcool, e, com a presença do "flex fuel", acredito que, em médio prazo, o custo do veículo também vá baixar. Na Europa e mesmo no Brasil já há um movimento para que os carros saiam, ou aptos a consumir gasolina, álcool ou gás natural, de fábrica, ou que já venham a gás natural, de fábrica, reduzindo, assim, os custos do veículo, porque, então, o diferencial da conversão será bem menor, em médio prazo. Essa é uma vantagem. Mas há outra. Eu dizia dos preços na bomba. Esse preço não é regulado pela PETROBRAS, mas pelo órgão estadual responsável - se não me engano, em Minas, é uma secretaria de Estado que supervisiona os preços -, juntamente com a GASMIG. O órgão responsável define por quanto a GASMIG venderá para o posto e a margem que o posto poderá ter depois. Isso porque, para o gás veicular, temos de considerar, além dos R\$0,30 pelos quais vendemos o gás até a entrada da cidade; ainda há o custo de levá-lo até o posto, onde a pressão tem de ser elevada para cerca de 200atm - ou seja, o posto tem um custo de compressor, mas a tendência natural é que esse custo diminua à medida que a indústria brasileira de compressores aumente, o qual hoje varia em torno de R\$0,10, R\$0,13 ou R\$0,20 por metro cúbico para a compressão.

Em seguida, vêm os impostos. Conforme as apresentações dos colegas, parece que em Minas Gerais o ICMS é de 18%. Talvez o exemplo de São Paulo mereça ser estudado. O Governo desse Estado reduziu a alíquota de 18% para 12% sobre o álcool e a arrecadação aumentou muito, porque esse produto passou a ser mais vendido. Estão fazendo a mesma coisa com o gás natural.

Nessa área, a PETROBRAS não pode opinar. Somente o Governo do Estado pode estudar a questão e buscar alguns programas audaciosos que incentivem as vendas e aumentem o consumo total no futuro. A GASMIG e a CEMIG precisam trabalhar juntas, buscando infra-estrutura no âmbito do Governo Estadual, que, certamente, está dando a devida atenção a esse problema.

A PETROBRAS não pode definir preços ao consumidor. Isso é feito pelo órgão regulador, que supervisiona a distribuidora. Oferecemos facilidades para que a distribuidora de gás natural compre produtos diferenciados. Além dessa política geral de preços - mais ou menos R\$0,30 por metro cúbico na entrada das cidades -, trabalhamos em direção a políticas de incentivos temporários. Os contratos para ônibus são de dez anos. Quanto à co-geração, oferecemos contratos simétricos às distribuidoras, desde que ofereçam algo ao consumidor final. Temos alguns experimentos na área de matéria-prima para a produção de metanol. Na Bahia, a METANOR recebe um determinado preço de gás para fazer metanol vinculado. Existem preços mínimos e máximos, que flutuam de acordo com o preço do metanol no mercado internacional. São modelos criativos de gestão de preços, usados em muitos países, como a Colômbia, a Turquia e a Espanha, cujo objetivo é dar incentivos e segurança para que novos consumidores possam fazer inversão, ou seja, investimentos nas fábricas, nos veículos e nos equipamentos de consumo, tendo a certeza de que, por um prazo razoável de amortização dessa inversão, o gás continue competitivo. O objetivo do preço do gás para ônibus é garantir a competitividade do produto por um tempo suficiente para que o mercado possa tornar-se maduro. Assim que tais políticas de preços estiverem concluídas, serão anunciadas para as distribuidoras, que, por sua vez, farão o anúncio aos consumidores finais.

O Deputado Sidinho do Ferrotaco - Sr. Presidente, demais autoridades da Mesa. Parabeno o Deputado Alencar da Silveira Jr. pela iniciativa de trazer esse assunto a discussão, nesta Casa.

Farei um apelo. Sempre antes de um apelo vem uma história. A rede de gás passa pela BR-040, próximo de Barbacena. Até minha cidade, São João del-Rei, são aproximadamente 50km, pela estrada. Em linha reta, acredito que a distância seria reduzida em torno de 30% a 40%.

No ano passado, solicitamos os serviços da CEMIG - a que parabeno pela eficiência da sua equipe -, que prontamente enviou técnicos para a minha região. Foi feito um levantamento, a fim de verificar a viabilidade desse investimento em São João del-Rei e no entorno de Campos das Vertentes. O levantamento foi feito levando em consideração as grandes indústrias, que poderiam contribuir para o consumo e justificar o investimento.

Esse levantamento não foi suficiente para que pudéssemos levar adiante um projeto de implementação do gasoduto em minha região. Faço um apelo quanto ao critério de definição do investimento. Acredito muito no varejo. A nossa região é moveleira. Temos muitas serrarias, marcenarias e o gás veicular, que, somado a tantas outras alternativas, poderia ajudar-nos a conseguir um investimento maior, ou seja, o gás em nossa região.

Isso nos preocupa, porque o gás, além de ser um combustível altamente natural e puro, irá inibir o desmatamento que acontece na nossa região. Fica o meu apelo, como representante da região de São João del-Rei, para que possamos somar essas alternativas a outras. Há uma ansiedade na região, e a aceitação do gás foi muito boa. Sei das dificuldades, e a parceria com a PETROBRAS poderá trazer-nos mais recursos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - O Deputado esqueceu-se de falar que São João del-Rei, além de ser a cidade de V. Exa., é a cidade do Governador do Estado. Pergunta para o Secretário Wilson Brumer: "A inclusão da co-geração de energia frio e calor na solução do incremento do consumo de gás é a viabilização de gasoduto. O que pode ser feito em termos de incentivo? A TUMA tem interesse em fabricar sistemas modulares de potências de 40KW e 1600KW."

O Secretário Wilson Brumer - Quero aproveitar a questão do Túlio para responder a outras perguntas. Eu diria, de maneira bastante objetiva, que, talvez pela quantidade pequena do gás como matriz energética em Minas Gerais, não tenhamos ainda uma política mais agressiva de utilização do gás no Estado. Em minha exposição, fica claro que o total de gás disponível para Minas Gerais está em torno de 3.500.000m³ por dia. Entendo que a nova associação que será posta à apreciação desta Casa será permitir-nos uma política de maior utilização do gás em Minas Gerais. Discutiu-se muito o problema do tributo. Esse é um dos pontos que teremos de discutir, mas não necessariamente como a única questão. Proporia que, por intermédio da Câmara, fizéssemos uma discussão a partir de agora. Na minha apresentação, fiz questão de esclarecer que vemos, no nosso planejamento discutido com a GASPETRO, uma utilização no mercado potencial de aproximadamente 10.000.000m³ por dia, o que seria quase três vezes o que temos hoje. E também disse que vejo um potencial muito maior do que conseguimos levantar. Por que não discutirmos todos os aspectos, quando se levanta o que pode ser feito em termos das empresas convertedoras, do que pode ser feito para aumentarmos o consumo de gás? Não podemos ficar limitados apenas à questão do tributo. Ele é um ponto, mas temos outros aspectos a serem discutidos. Por exemplo, um dos pontos de que me lembrei foi o financiamento dessa conversão, formas de motivação para essa transformação, criando escala para que possamos fazer do gás um componente forte na nossa matriz energética.

O Sr. Djalma Moraes - Não temos ainda uma previsão, mas já estamos disponibilizando, para duas empresas que nos procuraram, os meios para que isso ocorra. Mediante solicitação do Deputado, informo que a Companhia Industrial Fluminense, em São João del-Rei, dispõe do gás comprimido, ou seja, do gás liqüefeito, atendendo a algumas cidades onde existe o gasoduto.

O Sr. Marcos Paulo Dani - A minha pergunta é endereçada ao Sr. Ildo e diz respeito basicamente ao preço do gás. O senhor informou que o preço desse gás, no "city gate", é cerca de R\$0,30 por metro cúbico.

Esse preço é uniforme em todo o País? É do meu conhecimento que o gás, em Minas Gerais, tem um preço entre os mais altos do Brasil, em decorrência da composição na formação do preço do gás, uma vez que leva em conta não só o preço da "commodity", mas também o componente distância. Como o senhor vê isso aqui no "city gate" da GASMIG, em Belo Horizonte?

O Sr. Ildo Luiz Sauer - O senhor tem toda razão, por isso fiz questão de frisar que estava apenas fornecendo números aproximados, visto que eles não são exatos para nenhuma cidade do Brasil. De fato, eles são diferenciados.

A indústria do gás, quando foi construída no Brasil, teve dois ou três momentos importantes. Inicialmente, quando o gás começou a ser produzido no Nordeste: em Salvador, Fortaleza, Alagoas, Sergipe, e, especialmente, no Rio Grande do Norte, a PETROBRAS fazia os projetos, calculava o custo do gasoduto e compunha o preço final por meio de um contrato. Ela calculava o custo do processamento do gás e do seu transporte, chegando a um valor final.

Aqui no Sudeste, quando da exploração da bacia de Campos, aconteceu da mesma forma. Tanto que São Paulo possui o maior custo de transporte do Sudeste. Maior até que o do Rio de Janeiro, já que a distância de Campos até o Rio de Janeiro é menor. Então, isso sempre levará em conta o volume a ser transportado e a distância, isto é, o investimento necessário para produzir um custo unitário.

Assim, em Minas Gerais, a soma da "commodity" deve estar em torno de US\$3,00 por milhão de BTUs, ou seja, US\$2,70, mais o custo do transporte que deve estar perto de US\$0,30 por milhão de BTU. Não tenho o número exato, mas é mais ou menos isso, pois 1 milhão de BTUs são 27m³.

Posteriormente foi feito um contrato com a Bolívia, Gasoduto Brasil-Bolívia, com a previsão de assinaturas com as distribuidoras de gás para que o financiamento fosse viabilizado no Banco Mundial e em outros Bancos. As distribuidoras são as seguintes: GASMIG, MSGÁS, no Mato Grosso do Sul, a COMGÁS, em São Paulo, e as do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esse contrato dizia que o preço do gás era composto de duas parcelas: uma "commodity" vinculada ao preço do petróleo no mercado internacional e o preço do transporte, que é vinculado ao dólar.

Hoje temos uma estrutura diferenciada. Em cada uma das distribuidoras locais de gás, há dois ou mais contratos com preços diferentes, de acordo com a época em que foi assinado, com a fonte de gás e o meio de transporte previsto. O preço do gás boliviano é um pouco mais alto, pois custa 3,60 e vendemos a 3,36. O gás nacional tem um preço mais baixo. A tendência a médio prazo é não diferenciarmos mais pela origem, e sim pelo valor que tem no mercado, e que os custos da PETROBRAS se equilibrem, para que ela possa ter uma política de preços que referenciem seus custos para sinalizar a alocação adequada dos recursos. E que, ao mesmo tempo, permitam o desenvolvimento do mercado, de acordo com o valor que o consumidor pode atribuir ao gás.

Nessa estrutura, o que menos importa é o preço do gás na entrada da cidade. Para os consumos pequenos e médios, a distribuição representa o grosso do custo. O gás veicular, em São Paulo, custa cerca de R\$1,00 o metro cúbico. Entregamos a R\$0,30 o metro cúbico. O custo do transporte da COMGÁS, da entrada da cidade até o posto, é de R\$0,70. O custo da compressão varia entre R\$0,10, R\$0,15 ou R\$0,20 por metro cúbico, e há os impostos e a margem da distribuidora. A PETROBRAS fica com 1/3 do preço do gás, e não adianta baixar muito.

Não sei se respondi à sua pergunta. Além de uma política genérica, buscamos políticas específicas voltadas para os setores. A exemplo do que aconteceu na Espanha e em outros países, faz-se um contrato de 10 ou 12 anos, que permite a recuperação dos custos da PETROBRAS e dos demais membros da cadeia produtiva, que são as distribuidoras envolvidas. O consumidor sente-se seguro quando fazemos esse preço vinculado ao valor do que ele produz ou ao combustível alternativo. No caso da co-geração, por exemplo, pensamos em fazer um preço vinculando o valor do gás ao custo atual da energia elétrica. Quando o consumidor faz a co-geração, compra o gás natural, usa uma máquina de 40KW ou 1.600KW e converte o gás em frio ou calor e em eletricidade. Se esse vínculo for criado, o consumidor dificilmente perderá para as outras opções que existem e sentir-se-á inclinado a aderir. Uma vez amadurecido o mercado, muda-se e, no futuro, é possível que todos se beneficiem com um esquema de competição mais forte.

Para amadurecer o mercado, é necessário haver uma espécie de proteção vigiada para o preço do transporte, proteção, regulação adequada para o preço da distribuição e contratos mais flexíveis que dêem segurança aos consumidores e investidores para aderirem ao gás, sem ameaçar a eficiência empresarial do sistema que entrega o gás. Hoje esse sistema é feito principalmente pela PETROBRAS, na produção e transporte, e pelas distribuidoras, das quais a PETROBRAS participa minoritariamente.

Leitura e Entrega de Carta

O Sr. Presidente - Convido o Sr. Ary Fialho Júnior, Presidente da Câmara Setorial de Indústria de Petróleo e de Gás da FIEMG e Vice-Presidente da Associação Mineira de Engenheiros, para fazer a leitura da Carta de Minas e a sua entrega ao Presidente.

Ressalto todo o apoio que tivemos da Presidência desta Casa. O Presidente Mauri Torres fez questão de vir receber a carta, porque a Casa, independente de facção partidária, está na luta com o setor energético, com o compromisso do setor de gás natural.

O Sr. Ary Fialho Júnior - Caro Presidente Mauri Torres, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes da Mesa, prezadas senhoras, prezados senhores, com grande orgulho, fui incumbido, pelo grupo de trabalho que participou da coordenação e preparação deste ciclo de debates, de ler a Carta de Minas, de que participaram várias instituições. Essa Carta foi fruto de centenas de horas de debates e reuniões, em que fizemos um investimento para apresentar, neste debate altamente importante para a indústria e para a sociedade mineira, um fato concreto, uma carta sintetizando todos os pontos que julgamos importantes, reforçados pelos excelentes debates e apresentações de hoje. Sem dúvida nenhuma, todos aprendemos muito com este ciclo de debates e verificamos que a questão energética transcende a simples leitura do ponto de vista eminentemente técnico, fazendo-se importante sua abordagem estratégica para a Nação. Minas Gerais, Estado que tem o maior consumo industrial do Brasil, quando do recente episódio do apagão, ficou extremamente prejudicado. É necessário dar ao assunto a atenção que merece, nos âmbitos regional, nacional e internacional. Tanto é que, nos Estados Unidos, somente de cinco a dez anos há energia fóssil renovável. Desde 2003, existe um esforço por parte dos Estados Unidos para encontrar energia fóssil, não só dentro como fora de suas fronteiras.

Reforço as palavras de todos no elogio ao Deputado Alencar da Silveira Jr., que nos propiciou um ambiente democrático para o debate de um assunto altamente tecnocrático. A questão já estava bem avançada no tocante à discussão das indústrias e da sociedade com o Poder Executivo de Minas Gerais. Mas é de grande importância a discussão desse importante tema na Casa do Povo de Minas Gerais.

Chamamos a atenção para o fato de que tudo o que aqui discutimos visa não só ao desenvolvimento econômico, mas ao desenvolvimento social que adivirá da maior participação do gás natural na matriz energética.

As instituições que participaram da realização deste ciclo de debates vêm expressar a sua convicção de que o gás natural é uma alternativa fundamental para a composição da matriz energética brasileira. Por suas conhecidas vantagens comparativas, esse combustível pode contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento nacional e para que não corramos o risco de novas crises no setor, como a que gerou, recentemente, as incômodas medidas de racionamento.

Os benefícios que a utilização em larga escala do gás natural podem trazer ao País serão particularmente oportunos para Minas Gerais, em vista das peculiaridades e das potencialidades econômicas do nosso Estado. Estudos técnicos de órgãos governamentais e entidades empresariais mostram que o incremento do uso do gás natural, em suas vertentes industrial e veicular, dariam forte impulso a diversos setores econômicos.

Contudo, para que essas possibilidades se concretizem, é necessário esforço conjunto do Governo Federal, do Governo Estadual, das entidades vinculadas ao setor e da sociedade civil como um todo, para que se quebrem as barreiras que estão limitando o consumo do gás natural no País, particularmente em Minas Gerais.

É preciso, por exemplo, que se aperfeiçoe a legislação referente ao uso do combustível, que se adote uma política de preço competitiva para o setor, e que se façam muitos investimentos na infra-estrutura de transporte e distribuição. Enfim, que se tomem medidas efetivas de estímulo ao emprego do gás natural, de forma a dar segurança aos setores empresariais e aos consumidores em geral.

O documento que ora passamos às mãos das autoridades presentes contém os fundamentos do nosso pleito e propostas concretas para que o gás natural torne-se, de maneira planejada e contínua, um fator de desenvolvimento para o Estado de Minas Gerais e para o Brasil. Assinam esta Carta a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG -; a Sociedade Mineira de Engenheiros - SME -; o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG -; o Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais - SENGE-MG; o Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais - SINDREPA-MG -; o MINASPETRO; e o Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Minas Gerais - SINCAVIR-MG. (- Lê:):

"Carta de Minas

Gás Natural para o Desenvolvimento: Uma Visão Estruturante

É promissor o futuro do gás natural no país. Dentre todas as alternativas energéticas, observadas as perspectivas mundiais, este combustível deverá apresentar os maiores índices de crescimento. Além de ser uma alternativa segura e econômica de energia, o produto é também o menos impactante para o meio ambiente.

A média de utilização do gás natural na matriz energética mundial é de cerca de 20%. O Brasil tem como meta aumentar a participação do gás natural, em sua matriz energética, dos 7,5% atuais para 10% em 2006 e 12% em 2010.

O Governo brasileiro está envidando esforços para a criação de uma legislação específica para o gás natural, capaz de assentar sólidas bases legais e regulatórias, envolvendo todos os agentes, com vistas a estabelecer as condições necessárias à expansão do mercado para o combustível no país e buscar soluções para as áreas de infra-estrutura, de transporte e de distribuição. Um dos resultados previstos é a retomada dos investimentos e financiamentos, possibilitando a expansão da oferta de gás pela construção de gasodutos e de redes de distribuição.

Minas não poderia ficar de fora deste esforço nacional porque, dentre outras razões:

é o segundo maior Estado consumidor de energia no País; conta com grande potencial para aumentar o fornecimento de energia elétrica, seja pela implantação de termelétricas, seja pela complementaridade de co-geração, aumentando a eficiência energética e melhorando a operação de suas barragens, especialmente a do lago de Furnas, com benefícios para dezenas de municípios;

precisa incrementar a competitividade de seu parque industrial, com destaque para as indústrias de extração e transformação, notadamente as de minério de ferro (77% da indústria nacional), siderurgia (37%), ferro-gusa (54%), laminados (35%) e cal virgem (40%), que sustentam parte considerável das cadeias produtivas da economia nacional, inclusive da própria indústria de gás natural;

conta com a segunda maior frota de veículos do país e importante malha viária;

abriga montadoras que podem desenvolver e produzir novos veículos, tecnologicamente adaptados ou já projetados para uso do gás natural, além de veículos que possam usar mais de um combustível.

Entretanto, estão sendo percebidas dificuldades em Minas, comparativamente à situação de Estados vizinhos. Detectam-se grandes perdas, bem como riscos de novos e significativos prejuízos, num momento em que decisões importantes sobre investimentos estão sendo tomadas. O País necessita ampliar a malha de gasodutos em 5.000km e as termelétricas. Caso Minas não seja contemplada nesse processo, corre-se o risco de o mercado mineiro, o maior consumidor percentual de energia para fins industriais, ser obrigado a importar energia de outros Estados. Os seguintes fatos são fortemente ilustrativos:

inexistência de um tratamento sistêmico nas políticas públicas para o setor energético, incluindo toda a cadeia do gás natural, particularmente o Gás Natural Veicular - GNV -, o que dificulta a ação dos agentes no desenvolvimento da indústria do gás e suas atividades no Estado e afasta o consumidor da alternativa do gás veicular;

falta de atendimento a importantes regiões do Estado, como o Vale do Aço, o Sul de Minas e o Triângulo;

grande vulnerabilidade quanto à segurança no fornecimento, devido à existência de apenas uma fonte de suprimento;

falta de visão de futuro sobre a questão da alíquota de ICMS definida pelo Estado, com elevada base de cálculo sobre insumos como o gás natural, deixando Minas Gerais menos competitiva em relação aos Estados vizinhos;

falta de incentivo à continuidade das conversões de veículos para o uso do gás natural, pelo aumento da carga tributária e pela não-redução do IPVA para os carros convertidos. Os índices de reajuste de preços do GNV nos últimos anos foram superiores aos dos demais combustíveis líquidos;

preferência de conversão de motores pelos proprietários de veículos em outros Estados, em especial no Rio de Janeiro;

menor crescimento do consumo de gás em Minas Gerais - no período de agosto a dezembro de 2003, a taxa foi de 13,3%, enquanto em São Paulo foi de 20,6% e no Rio foi 24,6%;

menor percentual de veículos convertidos para o gás natural em Minas Gerais - 8% da frota -, enquanto em São Paulo e no Rio os índices são, respectivamente, de 23% e 37%;

maior impacto ambiental pelo uso de combustíveis mais poluentes.

O Governo de Minas Gerais deve continuar atuando para viabilizar e incrementar as atividades econômicas em seu território, e não apenas nos Estados vizinhos. Deve fomentar o desenvolvimento da indústria do gás, gerando aqui as riquezas decorrentes desta atividade. Decisões e ações imediatas para corrigir as tendências adversas trazem outras possibilidades de ganhos imediatos, como:

fortalecimento da competitividade das empresas mineiras no fornecimento de produtos e serviços demandados pelos projetos de infra-estrutura e pela implantação de novas empresas;

inserção de Minas no esforço de introdução de novas tecnologias voltadas para a eficiência de processos industriais e para a conservação de energia;

continuidade dos estudos para análise da viabilidade econômica de exploração do gás natural na bacia do rio São Francisco;

criação de novos empregos, com o conseqüente aumento da renda e da riqueza;

aumento das conversões e estímulo à produção de veículos a gás no Estado, pela redução da alíquota do IPVA, fazendo crescer o consumo de gás e a geração de empregos, a exemplo do que ocorre em outros Estados; implantação do programa de substituição do óleo diesel utilizado em coletivos urbanos pelo gás natural, a exemplo de convênio assinado entre a PETROBRAS, a SPTrans e a Prefeitura de São Paulo; estímulo às conversões na indústria (substituição de óleo combustível, diesel, GLP), pela criação de linhas de crédito através do BDMG; capacitação técnica de pessoal, com incremento das parcerias entre os agentes do setor, a GASMIG, o SENAI, o Centro Tecnológico de Gás - CTGAS - e universidades; substituição da lenha de origem nativa como combustível, evitando desmatamentos e gerando maior produtividade, por meio de tributação específica; redução do Custo Minas; otimização e diversificação do custo da matriz energética mineira; aumento do PIB mineiro; aumento da receita tributária, numa visão de médio e longo prazos, com o crescimento da indústria do gás em Minas Gerais; diminuição dos impactos ambientais, tanto no cerrado e na Mata Atlântica quanto nos grandes centros urbanos.

O momento é particularmente oportuno para as possibilidades e oportunidades de desenvolvimento existentes, tais como:

aumento de R\$1.500.000.000,00 em investimentos (gasodutos para o Sul de Minas, Belo Horizonte e Vale do Aço, atendimento ao Triângulo, as fases 2 e 3 da Termelétrica Ibiritermo e a conversão e recapacitação da Termelétrica de Igarapé), o que irá promover a inserção do gás natural nessas regiões, dando-lhes grandes benefícios socioeconômicos; políticas de incentivo, via revisão da política tributária, na cadeia do gás natural (IPVA e ICMS), aos níveis hoje praticados pelos Estados vizinhos; conversão de frotas não tradicionais, como as de transporte coletivo e de carros oficiais, que podem viabilizar a construção de gasodutos até cidades de menor porte, com a vantagem adicional da redução de emissões; incentivo ao desenvolvimento e à produção de veículos que possam usar mais de um combustível, incluindo garantia das montadoras; interiorização da indústria do gás natural no País; demanda das indústrias para substituição do GLP, do diesel, de energia elétrica, com redução de custos e maior eficiência energética nos processos nos quais se possa inserir o gás natural; condições favoráveis para a atração de novos empreendimentos e investimentos.

A estruturação da indústria do gás natural no Brasil, conduzida de forma a garantir sua sustentabilidade, passa pelo fortalecimento de todos os elos do processo, incluindo produção, transporte, distribuição e comercialização. Pelas características do segmento, seu desenvolvimento depende de uma atuação sistêmica, em que todos trabalhem de forma articulada, e de enormes investimentos para a consolidação da infra-estrutura.

É gratificante perceber a visão estratégica embutida em orientações comandadas pela ministra de Minas e Energia, tais como: restrições à exportação do gás natural, pelo menos até que toda a demanda reprimida no Brasil seja atendida; liderança nos trabalhos de elaboração de diretrizes, visando à definição da nova política e de um novo modelo regulatório do setor do gás natural, um setor em fase de desenvolvimento e que necessita, ainda, de incentivos para a expansão das redes e da formação de um mercado consumidor sólido; estímulo às negociações da PETROBRAS para participar do capital da GASMIG, o que acarretará investimentos da ordem de R\$1.500.000.000,00, com os projetos de suprimento para o Vale do Aço e o Sul de Minas.

Entretanto, questões relevantes demandam outras ações nesse esforço coletivo. As principais são: do Governo Federal: ação efetiva do Conselho Nacional de Política Energética, presidido pela Ministra de Minas e Energia, para que a política energética do País insira o gás natural como importante indutor do desenvolvimento. O processo deve se dar de forma harmônica com o setor elétrico, definindo-se papéis para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE -, Aneel e ANP, de sorte que o planejamento do novo modelo do setor elétrico, de forma integrada, considere o novo marco regulatório para o setor do gás, visando a uma efetiva inserção do gás natural na geração de energia elétrica, em bases econômicas e sustentadas, para os agentes investidores e para a sociedade;

- Definição dos investimentos a serem realizados, bem como dos cronogramas que possam sinalizar com clareza as disponibilidades de gás para o mercado no Estado, incluindo a implantação de gasodutos para o Vale do Aço e o Sul de Minas. Para o Triângulo, é imperativo que sejam disponibilizados recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;

- Definição de políticas para a criação de um mercado secundário de gás que venha a absorver as naturais oscilações de consumo, num sistema energético concebido com despachos pelas usinas hidrelétricas e termelétricas - despachos hidrotérmicos, que garantam o funcionamento seguro do sistema e o efetivo desenvolvimento da indústria do gás no Estado e no País, sem os desconfortos para a sociedade brasileira como o ocorrido em 2001;

- Políticas ambientais que estimulem a utilização do gás natural, a agilização e a simplificação do processo decisório quanto às licenças ambientais para os investimentos definidos, incluindo dispensa para as usinas termelétricas com potência instalada inferior a 60MW;

- Diligência junto ao Ibama para que sejam concedidas, de forma rápida, as necessárias licenças para construção dos gasodutos entre São Paulo e Sul de Minas e Triângulo Mineiro.

- Apoio à adequação das empresas às normas estabelecidas pelo Protocolo de Kyoto a partir da implantação de políticas de substituição de óleos pesados pelo gás natural, visando à obtenção de créditos de carbono susceptíveis de serem comercializados em outros países. Essa comercialização, além de propiciar uma melhoria do meio ambiente, constitui-se em fonte de receitas para as empresas e contribui para o aumento da participação do gás natural;

- Definição urgente da regulação do transporte do Gás Natural Comprimido - GNC -, ampliando o alcance de sua utilização através de "gasodutos virtuais", possibilitando, desta forma, o fornecimento antecipado do energético em regiões que ainda estão por alcançar os níveis de consumo com a mínima concentração necessária para viabilizar gasodutos e redes de distribuição;

- Política específica para consolidação da complementaridade e da maior eficiência energética pelo uso da co-geração de energia elétrica com o gás natural (os gases combustíveis, ao ocuparem esse espaço térmico na matriz brasileira de usos da eletricidade, se apresentam como a principal arma para o País combater uma nova crise energética). A utilização do gás natural para reduzir o uso térmico inadequado da eletricidade é uma das estratégias mais competitivas à disposição do Brasil;

- Políticas públicas de incentivo à utilização de carros movidos a GNV, terceiro maior segmento de consumo de gás natural, com 13,5% das vendas totais no País, e que se constitui numa âncora essencial para a capilarização da rede de distribuição de gás natural, viabilizando o atendimento dos setores comercial e residencial. Como ação de reforço, utilização do poder de compra do Governo para conversão de sua própria frota;

- Implementação de uma política específica de preços competitivos de longo prazo, tanto para o gás importado (renegociação dos contratos de suprimento) quanto para o gás nacional (desvinculação dos efeitos das oscilações cambiais da cesta de óleos no mercado internacional, com diferencial em relação ao preço da gasolina que incrementa o ritmo das conversões);

- Estabelecimento de condições de preços especiais para uso do GNV no transporte urbano, para que as frotas possam ser convertidas, com benefícios como a redução de poluentes (a Petrobras já dispõe de uma política, recém-aprovada, para substituição do diesel em ônibus movidos a GNV, com garantia de preços por dez anos);

- Revisão das tarifas de transporte do gás de origem nacional e boliviana, visando à redução dos valores praticados.

b) Do governo estadual:

decisões com relação ao resgate do equilíbrio (recuperar e no mínimo nivelar) das políticas de incentivo tributário (ICMS e IPVA), comparativamente aos Estados vizinhos;

políticas ambientais que estimulem a utilização do gás natural e agilização e simplificação do processo decisório quanto às questões ambientais;

diligência para que a concessão de licenças ambientais para a construção e operação dos novos gasodutos seja feita de maneira mais rápida;

forte e decisiva participação junto ao Governo Federal quanto às definições dos marcos regulatórios, bem como quanto aos novos investimentos em gasodutos e termelétricas;

planejamento estratégico com definição de ações mais concretas para o aumento da participação deste combustível na matriz energética de Minas Gerais;

políticas públicas de incentivo à utilização de carros movidos a gás natural no Estado, inclusive com a conversão da frota da administração direta e indireta;

aperfeiçoamento dos procedimentos e redução dos prazos para a legalização dos veículos convertidos;

concessão de diferimento do ICMS dos equipamentos e materiais necessários para a construção dos novos gasodutos no Estado de Minas Gerais.

c) Da sociedade mineira:

mobilização para abraçar, com coragem e criatividade, essa iniciativa que visa à ampliação do uso do gás natural e ações coordenadas com as empresas que constituem o setor, com os consumidores de energia que podem migrar de forma competitiva para o gás e com o poder público. A consolidação da indústria brasileira do gás natural, no sentido de contribuir para a redução dos efeitos do racionamento de eletricidade, passa por esse esforço difuso, coordenado e liderado pelo setor público;

continuidade do processo de articulação e coordenação das empresas, entidades, órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal, visando à integração e facilitação dos trabalhos, de sorte a inserir o gás natural, de forma efetiva, nos diversos segmentos econômicos do Estado;

ampliação dos fóruns de debate, para que as informações sobre os benefícios do uso do gás natural sejam difundidas e possam proporcionar maior participação da sociedade na priorização dos investimentos".

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as demais instituições que participam deste ciclo de debates, ao entregarem este documento aos representantes do Governo Federal e do Governo Estadual, buscam abrir novas perspectivas para o segmento do gás natural, ao sugerir opções e soluções emergenciais, mas coerentes com as necessidades de médio e longo prazos. Por meio dele esperam dar uma efetiva contribuição para que o esse combustível cumpra seu papel como alavancador do processo de desenvolvimento de Minas Gerais e implementador de uma matriz energética mais diversificada, mais competitiva e mais eficiente para o País.

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg)/Câmara Petróleo e Gás, Sociedade Mineira de Engenheiros - SME -, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais CREA-MG -, Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais SENGE-MG -, Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Minas Gerais - SINDIREPA-MG - Câmara Setorial de Gás Natural Veicular e Industrial, MINASPETRO, Sindicato Intermunicipal dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Taxistas e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado de Minas Gerais - SINCAVIR-MG.

- Procede-se à entrega de carta.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - A Presidência agradece a presença dos convidados e autoridades e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 17/5/2004

Presidência do Deputado Mauri Torres

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Elmiro Nascimento - Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro - Palavras do Sr. Luiz Alberto Garcia - Palavras do Sr. Luiz Alexandre Garcia - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Execução do Hino da Algar - Lançamento de carimbo comemorativo e selo personalizado - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Mauri Torres - Arlen Santiago - Elmiro Nascimento - Jayro Lessa - José Henrique - Laudelino Augusto - Luiz Humberto Carneiro - Mauro Lobo - Paulo Piau - Sebastião Navarro Vieira - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

O Deputado Laudelino Augusto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a mesa os Exmos. Srs. Clésio Andrade, Governador do Estado em exercício; Luís Alberto Garcia, Presidente do Conselho Administrativo da Algar e Presidente da CTBC; Deputados Federais Ibrahim Abi-Ackel, Nárccio Rodrigues; Odelmo Leão Carneiro, Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ex-Deputado Geraldo Rezende, representando o Prefeito Municipal de Uberlândia, Zaire Rezende; Ver. Sérgio Lúcio, Presidente da Câmara Municipal de Uberlândia; Robson Braga de Andrade, Presidente da FIEMG; José Alves, Diretor Regional Adjunto dos Correios; e Deputados Elmiro Nascimento e Luiz Humberto Carneiro, autores do requerimento que deu origem à homenagem.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos a presença dos Srs. José Augusto Teixeira Baptista, assessor do Presidente da ANATEL; Marita Areas Souza Tavares, Vice-Presidente da SME; Eduardo Bernis, Presidente da ACM; Inácio Franco, Prefeito Municipal de Pará de Minas; Carlos Alberto Araújo, executivo da TV Globo Minas; Hélio Ferraz, Vereador à Câmara Municipal de Uberlândia; Gilman Viana Rodrigues, Presidente da FAEMG; Heleni de Mello Fonseca, Diretora da CEMIG; Luiz Alexandre Garcia, Presidente da ACIUB; ex-Senador Arlindo Porto; Marilda Dias da Silva, Presidente do PFL - Mulher de Patos de Minas; Maria Isabel Rezende Dutra, Presidente da Associação dos Diplomados da Universidade Federal de Itajubá; Stefan Salej; Arthur Lopes Filho, Presidente da FEDERAMINAS; Públio Chaves, Prefeito Municipal de Ituiutaba; Caio Múcio, Vice-Presidente da SME; Luís Alberto Rodrigues, Presidente do PPS de Uberlândia. Registramos telegrama do Deputado Federal Anderson Adauto, com os seguintes dizeres: "Congratulo-me com os Deputados Elmiro Nascimento e Luiz Humberto Carneiro no requerimento pela justa homenagem em comemoração dos 50 anos da CTBC."

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à comemoração dos 50 anos da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, interpretado por Silvana Gasques.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Elmiro Nascimento

Exmos. Srs. Presidente Mauri Torres, Dr. Clésio Andrade, Ibrahim Abi-Ackel, Geraldo Rezende, Sérgio Lúcio, Odelmo Leão, Robson Braga, José Alves, Deputado Luiz Humberto Carneiro, Deputados, Diretores e funcionários do grupo ALGAR, senhoras e senhores, Minas abre a Casa representativa de seu povo para, solenemente, comemorar o jubileu da CTBC. Jubileu tem origem na antiguidade hebraica: solenidade pública celebrada a cada 50 anos. Esta reunião especial, que requeira juntamente com o Deputado Luiz Humberto Carneiro, vem enaltecer o Jubileu de Ouro da CTBC, com sede em Uberlândia. Originária da empresa telefônica Teixeira S.A, ligou a região do Brasil Central a todo o País, sendo hoje o carro-chefe do grupo ALGAR e a primeira empresa brasileira com condições de fornecer soluções completas e de forma integrada no setor de telefonia, sem limites geográficos. Em poucas e significativas palavras, o Eng. Luiz Alberto Garcia, Presidente do grupo, define esse complexo empresarial: "A CTBC e o Grupo Alexandrino Garcia - ALGAR - têm a tradição de entender e atender bem o cliente, de antecipar o futuro, de fazer o bem".

Permitam-me voltar à minha terra, Patos de Minas, e mais, realizar regresso no tempo. Por feliz coincidência, neste ano celebra-se também o cinquentenário da fundação da Companhia Telefônica de Patos de Minas S.A., entre eles meu avô materno, Abner Afonso de Castro, e meu pai, Sebastião Alves do Nascimento, que morreu como membro desta Casa, instalando em 31 de outubro daquele ano os 500 primeiros aparelhos urbanos da cidade. Em janeiro de 1967, a Companhia foi incorporada pela CTBC, em virtude da venda de 70% do total de ações ordinárias pertencentes ao Dr. Herbert Engler. Pouco depois, em 24/5/68, o Comendador Alexandrino Garcia, com sua capacidade de trabalho e de realizações, sempre sonhando interligar todo o Triângulo através da comunicação telefônica, dotava Patos de Minas de um dos seus maiores anseios, inaugurando o serviço de telefonia interurbana, por meio da nova concessionária, a CTBC. Com justiça, é importante mencionar o trabalho do então Prefeito de Patos de Minas, Ataídes de Deus Vieira, para que a companhia telefônica uberlandense encampasse a patense e a dotasse do serviço interurbano, passando a prestar relevantes benefícios a toda a população.

Por acreditar num sonho, o de ligar a região do Brasil Central a todo País, e, principalmente, por acreditar no potencial de região até então desconhecida pela maioria dos empresários brasileiros, o fundador da CTBC, Comendador Alexandrino, empreendedor nato, resistiu a todos os desafios político-econômicos impostos pela sociedade brasileira. Tão forte foi esse sentimento, que até hoje está presente nos valores do grupo ALGAR e de todos os seus associados, forma como os seus funcionários são carinhosamente tratados, pois trabalham incessantemente para manter o pioneirismo de suas empresas.

Ao completar o seu jubileu de ouro, meio século de fundação, a CTBC continua primando pela busca constante da excelência na prestação de serviços e no compromisso com o País. Atendendo a vasta região do Brasil Central, que inclui Triângulo, parte do Noroeste de Minas, o alto Paranaíba, o alto São Francisco, encostando nas proximidades da RMBH, até Pará de Minas, Sul de Goiás e Oeste de São Paulo, a CTBC e todo o grupo estão em plena expansão, desenvolvendo soluções de acordo com as necessidades de seus clientes, foco principal da empresa. A verdade desse foco está impressa na diversidade dos serviços que presta aos brasileiros. Em março deste ano, ao receber autorização da ANATEL para atuar em novas áreas, ampliou seus serviços em Belo Horizonte para empresas que já utilizavam soluções em banda-larga, comunicação de dados e "data center", e passou a oferecer soluções em voz, como os serviços do 0800, ligações locais por DDR a seus clientes, como o Banco Bonsucesso, a Federação das UNIMEDs, a Fundação Dom Cabral, a RODOBAN, entre outros.

Graças a sua rede de fibra óptica e de milhares de quilômetros de redes metropolitanas, a CTBC se faz presente em várias localidades e disponibilizará, a partir de maio deste ano, o código 12 para efetuar ligações de longa distância, nacionais e internacionais, de qualquer lugar do País. Presente no setor institucional, com a implantação em Uberaba do Projeto Memória Local, que, em parceria com oito escolas, envolve alunos e professores do ensino fundamental no resgate cultural da história da cidade, a proposta vem produzindo balanço positivo e há estudos para ampliação em outras escolas e cidades.

Além da CTBC, de onde tudo se originou, como prestadora de serviços de comunicação multimídia, compreendendo operações em telefonia fixa e móvel, banda-larga, "data center", Internet e TV a cabo, o grupo ALGAR, em sua expansão, divide-se em outros empreendimentos que demonstram claramente sua visão empresarial. Possui a ACS, que opera um dos mais modernos "contact center" do País, e a ENGESET, capacitada a oferecer engenharia e infra-estrutura no segmento de telecomunicações. No campo alimentar, a ABC Agricultura e Pecuária está entre os maiores produtores de soja e milho do Brasil, e a ABC Indústria e Comércio opera um dos mais modernos parques industriais de beneficiamento de soja do País. No setor de serviços, a ABC Propaganda, focada em criação e planejamento estratégicos, oferece aos clientes o que existe de mais completo e eficiente em comunicação. No transporte de passageiros e cargas leves, a ABC Táxi Aéreo é empresa de aviação civil executiva e prestadora de serviços de revisão e manutenção de aeronaves. O Consórcio Nacional ABC administra recursos para a formação de grupos de consumidores interessados na aquisição de bens por meio de sistema. A Sabe Serviços de Informação, empresa atenta às novas tecnologias e exigências do mercado, utiliza o que há de mais moderno em serviços gráficos e de pré-impressão. A SPACE atua nas áreas de gestão documental, vigilância e segurança, monitoramento eletrônico de alarmes residencial, comercial e veicular e monitoramento de imagens a distância. A Pousada do Rio Quente, um dos destinos turísticos mais visitados do Brasil, famoso pela água quente natural que abastece as piscinas do complexo localizado na serra de Caldas, com seis hotéis, dois parques aquáticos e toda uma estrutura preparada para melhor lazer e entretenimento.

O grupo ALGAR, presidido pelo Eng^o Luiz Alberto Garcia, empresário dinâmico e competente que herdou do seu pai, Comendador Alexandrino Garcia, a marca do empreendedor, faz com que a CTBC continue contribuindo valiosamente para a evolução das telecomunicações no Brasil. Além disso, a geração de empregos e o comprometimento com programas de responsabilidade social demonstram a importância do grupo nos relevantes serviços prestados ao Brasil.

E hoje, nesta reunião especial que presta homenagem à CTBC, pelo cinquentenário de sua fundação, pode-se, de forma concreta e palpável, contemplar seu trabalho no desenvolvimento da telefonia brasileira. E essa empresa, que nesses 50 anos ajudou o progresso do País, continua empreendedora, comunicando, dando empregos diretos e indiretos a milhares de brasileiros, sobretudo aos mineiros. Essa é uma data importante, que deve ser comemorada efusivamente. Por tudo isso, percebe-se a influência constante de valores como inovação, solidez, busca constante pela excelência e, principalmente, a crença no Brasil, que ensejaram o reconhecimento e a homenagem à CTBC e aos seus Diretores e associados, desejando-lhes outros tantos jubileus como o que ora se comemora.

A CTBC tem sua força expressa nas palavras de seu fundador, Comendador Alexandrino Garcia: "Os sonhos crescem com o passar dos tempos; e os nossos, além de crescerem, aumentaram, diversificaram-se, e muito trabalho ainda nos espera. Novas frentes estão abertas à nossa espera, para que as executemos. Não é hora de olhar para trás, porque o futuro exige muito mais do que o passado. Não é hora de descansar, porque o ideal ainda não foi atingido, se bem que muitos dos nossos sonhos já conseguimos transformar em realidade". Muito obrigado.

Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro

Exmos. Srs. Presidente Mauri Torres; Clésio Andrade, Governador em exercício; Luiz Alberto Garcia; Deputado Ibrahim Abi-Ackel; Geraldo Rezende; Ten. Lúcio, em cuja pessoa cumprimento o Vereador Hélio Ferraz; Secretário Odelmo Leão; Robson Braga; José Alves; Deputado Elmiro Nascimento, co-autor do requerimento que suscitou a reunião; ex-Senador Ronan Tito e ex-Deputado Waldir Melgaço, demais autoridades, a homenagem desta noite, pela passagem dos 50 anos da CTBC, é uma dessas ocasiões maravilhosas para Minas Gerais, como um todo, e particularmente sua Capital, Belo Horizonte, conhecerem melhor a potencialidade, a riqueza e o valor do interior.

A CTBC é muito mais do que uma empresa bem-sucedida, com trajetória extensa de serviços prestados ao Estado, a todo o Brasil Central e a várias outras regiões de nosso País. A CTBC é uma demonstração autêntica do valor do brasileiro, que não tem medo porque acredita na força do trabalho e na recompensa de fazer o bem; de gente como Alexandrino Garcia, que enfrentou até mesmo a ditadura militar para não abrir mão do direito de lutar pelo que sempre acreditou - a contribuição da iniciativa privada nos serviços de telecomunicações, uma crença que quase 30 anos depois foi referendada e ratificada pelo Governo de nosso País; de Luiz Alberto Garcia, que nunca recuou diante da gigantesca ameaça e da pressão da concorrência estrangeira e que, juntamente com seus irmãos Walter, de saudosa memória, e Eleuza sempre colocou seu patrimônio a serviço da geração do trabalho e da contribuição maior ao nosso povo; de Luiz Alexandre Garcia, representante da terceira geração que, igualmente com muito idealismo e competência, está trazendo a confiança de que as crenças e valores da CTBC continuarão cada vez mais vivos e fortes.

Nesta solenidade, conheceram ou ainda conhecerão muito da CTBC e da ALGAR, grupo empresarial a que deu origem. Assim, vou declinar aqui de falar do seu pioneirismo, da inovação de seus serviços, do seu histórico de realizações. Como uberlandense que nasceu, cresceu e viveu ligado, muito de perto, com a CTBC, quero destacar o que acho de mais valioso nessa organização: o seu profundo respeito por gente. É por respeitar e valorizar as pessoas que a CTBC e o grupo ALGAR são hoje referência do que de melhor temos de brasilidade. Para eles, pessoas

não são recursos, mas talentos. Colaboradores não são funcionários, mas associados. Não é à-toa que há cinco anos estão entre as 100 melhores empresas para trabalhar no Brasil, e agora também na América Latina; e, ainda, entre as melhores em gestão de pessoas. Por isso, seus serviços e produtos são da melhor qualidade, porque são frutos de quem ama o que faz.

Quem é cliente da CTBC ou das empresas ALGAR é tratado com o maior respeito e atenção. A CTBC foi a primeira empresa de telecomunicação em toda a América Latina a receber a certificação ISO9000 em atendimento de clientes. Através dos seus conselhos de clientes, tem elo permanente de orientação e de envolvimento com o nível de seus serviços. Aliando qualidade com simplicidade, sempre se preocupa em oferecer acesso à tecnologia para a população de baixa renda, promovendo a inclusão digital e social. Ousada, inovadora, mas mineira, tem um jeito todo seu de entender e de atender seus clientes.

Nestes 50 anos, a CTBC, além de toda a beleza e riqueza de sua história de contribuição no desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, ainda proporcionou a constituição do Grupo Algar. Com atuação em agronegócio e entretenimento, além de telecomunicações, a ALGAR é hoje referência em tudo que faz, sendo grande geradora de empregos, principalmente para os jovens. Para satisfação e orgulho de todos nós, mineiros, uma de suas empresas também oriundas da CTBC, a ACS, além de referência em "contact center", agora está exportando capital intelectual. Na nossa querida terra, Uberlândia, nossos jovens dão "show" de atendimento no idioma inglês, seduzindo clientes nas mais diferentes cidades dos Estados Unidos. Outra demonstração de seu respeito às pessoas é o trabalho que realiza por meio do Instituto Algar, com foco na educação de crianças.

Por tudo isso, queremos, juntamente com o colega Elmiro Nascimento, que, como nós, conhece e convive com a CTBC, registrar o reconhecimento por tudo que essa organização fez, faz e fará por nosso Estado e País. E a você, particular amigo Luiz Alberto Garcia, além dos cumprimentos, o nosso desejo sincero de que consiga trazer para Belo Horizonte, onde a CTBC começa a atuar, o atendimento e serviço com que há 50 anos somos distinguidos em nossa região. Já estava na hora de Belo Horizonte conhecer a CTBC. Parabéns e sucesso!

Palavras do Sr. Luiz Alberto Garcia

Sr. Presidente, Vice-Governador, Deputado Federal, amigos Luiz Humberto Carneiro e Elmiro Nascimento, Secretário, Presidente da FIEMG, companheiros de trabalho, amigos, colegas de Itajubá e da SME, sociedade esta que permitiu minha entrada em Belo Horizonte, amigos Prefeitos de Ituiutaba e Pará de Minas, peço licença porque, dentro da minha fala, há pequeno vídeo de 3 minutos. Há 18 anos, nesta Casa, meu pai, o Comendador Alexandrino, recebeu o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Aquela solenidade nos tocou tão forte que ainda vibra e revibra dentro dos nossos corações.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

É ou não é uma maravilha a tecnologia? Vejam que 18 anos se passaram, e estamos com tudo ainda vivo diante dos olhos. Receber homenagem é sempre muito gratificante, ainda mais quando se trata de entidade que representa todo o povo da nossa querida Minas Gerais, Estado em que, durante vários mandatos, atuou nosso cunhado, o ex-Deputado Waldir Melgaço Barbosa. Somos muito agradecidos à Assembléia mineira por esta honraria concedida à CTBC na passagem dos seus 50 anos.

Também há outra razão que faz desta noite momento especial para nós. Há exatamente 18 anos, no dia 16/5/86, aqui mesmo nesta Casa, vivemos alguns dos momentos mais felizes de nossas vidas, quando nosso pai, o fundador da CTBC e do Grupo Algar, Alexandrino Garcia, recebeu o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Vinte anos depois, estamos aqui vivendo outra noite memorável pela gentileza de todos vocês e graças a iniciativa dos amigos Elmiro Nascimento e Luiz Humberto Carneiro. Muito obrigado pela generosidade e pelo carinho. Faço este agradecimento em nome dos clientes e associados da CTBC e dos acionistas da ALGAR, aqui representados, os da ELGAR, por minha irmã Eleuza Garcia Melgaço; os da WALGAR, por Marianna e Marielia, netas do meu saudoso irmão Walter Garcia; e os da LAGAR, por meu filho, Luiz Alexandre Garcia.

Nestes 50 anos, trabalhamos duro, lutamos muito, apanhamos um bocado, mas sobrevivemos e crescemos. E queremos continuar crescendo cada vez mais, porque não chegamos aos primeiros 50 anos de vida para comemorar o que conquistamos, mas para nos habilitar e credenciar para ir em frente, cada vez mais longe, mais alto. A CTBC não chegou aos seus 50 anos para comemorar o que passou, mas para preparar, sinalizar e construir trajetória muito mais bonita ainda: a do que vamos fazer nos próximos 50 anos.

Peço licença para chamar meu filho, Luiz Alexandre Garcia, para completar esta mensagem. Porque caberá a ele a parte mais bonita da história da CTBC: os próximos 50 anos.

Palavras do Sr. Luiz Alexandre Garcia

Apesar de ainda não ter 50 anos, acompanhei quase todos os passos da CTBC. Há 40 anos nasci. Naquela época, vivia na central telefônica em Uberlândia, onde meus pais moravam. Os alarmes das centrais telefônicas, que não eram muitos, talvez um ou dois, tocavam na sala do único engenheiro.

A CTBC é a empresa de telecomunicações mais antiga do Brasil e passou por todos os processos de telecomunicações. Seu fundador, Alexandrino - tenho certeza de que está nos vendo -, iniciou, 50 anos atrás, o processo de levar as telecomunicações para o interior do País. Naquela época, tínhamos meio circuito para falar com São Paulo. O objetivo era levar o desenvolvimento do País para o interior. Passamos pela fase da estatização das telecomunicações e conseguimos sobreviver por prestarmos os melhores serviços de telecomunicações do País e contarmos com o apoio do nosso principal patrimônio, os clientes. Lutamos firmemente, sempre defendendo o propósito de implantar a competição entre as empresas de telecomunicação do País. Fizemos isso. Foi árdua batalha, podemos dizer, do saudoso Ministro Sérgio Motta. Hoje, as empresas brasileiras de telecomunicação são das mais modernas e avançadas do mundo.

Estamos passando pelos 50 anos, como acabou de dizer meu pai, Luiz Alberto Garcia, que é o Presidente. Temos pela frente imensa revolução nos serviços de telecomunicação. Temos a imensa satisfação de dizer que o mundo das telecomunicações não tem a mínima idéia do que será nos próximos 50 anos - diria até nos próximos 5 anos. Sem dúvida, esse é um mercado excitante, extremamente dinâmico. É dentro dessa dinâmica que os nossos associados, a família CTBC cuidará muito bem do nosso maior valor, que são os mais de 1 milhão de clientes. Cuidaremos deles de perto, buscando entender suas necessidades e, com isso, desenvolver cada vez mais nosso País. A CTBC é formada de pessoas que sempre confiaram no Brasil, sempre acreditaram que o trabalho é a melhor forma de engrandecer o homem. Estamos dispostos a elevar, cada vez mais, o nome do nosso País no cenário internacional. Começamos a fazer agora, desta Casa, a trajetória para os próximos 50 anos. Obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste momento será exibido vídeo institucional da CTBC.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - O Presidente Mauri Torres fará a entrega ao Sr. Luiz Alberto Garcia de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "Fundada em 1954, a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC -, empresa ALGAR, assumiu papel de destaque na integração e no desenvolvimento da região central do Brasil. O pioneirismo e a coragem de seus fundadores se aliam hoje à excelência na prestação de serviços e ao compromisso com o desenvolvimento do País. A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais à CTBC pelos seus 50 anos, ao reconhecer o valor daqueles que, mais do que grandes empreendedores, dedicaram-se à construção de uma grande nação."

- Procede-se à entrega de placa.

Execução do Hino da ALGAR

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o hino da ALGAR, interpretado por Silvana Gasques.

- Procede-se à execução do hino.

Lançamento de Carimbo Comemorativo e Selo Personalizado

O locutor - Daremos início ao lançamento do carimbo comemorativo e do selo personalizado dos 50 anos da CTBC. O carimbo comemorativo retrata com a sua marca o desenvolvimento de um país, de um município. Documenta história, fatos e realizações que, por sua importância, formam a vida nacional em seus diversos aspectos. O selo personalizado é o selo postal acrescido de espaço destinado à divulgação de imagens definidas pelo cliente. Documenta acontecimento especial, pessoas, logomarcas de empresas, entre outros fatos que podem ser registrados. O carimbo comemorativo será apostado sobre o selo personalizado. A CTBC está utilizando desse produto dos Correios em suas correspondências, para divulgar a seus clientes e parceiros seus 50 anos de fundação. Dessa forma, a mensagem da CTBC estará sendo veiculada de Belo Horizonte para todos os lugares.

Convidamos o Sr. José Alves para se aproximar da mesa. Convidamos o Presidente Mauri Torres para a primeira obliteração na cartela oficial de lançamento do carimbo comemorativo e do selo personalizado e assinatura do livro de eventos; o Governador em exercício, Clésio Andrade, para a segunda obliteração; o Sr. Luiz Alberto Garcia, para a terceira.

- Procede-se à obliteração.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Clésio Andrade, Luiz Alberto Garcia, Deputado Federal Nárcio Rodrigues, ex-Deputado Geraldo Rezende, Ver. Lúcio, Secretário Odelmo Leão, Robson Braga de Andrade, José Alves, Deputados Elmiro Nascimento e Luiz Humberto Carneiro, Luiz Alexandre Garcia; Eleuza Garcia Melgaço; colegas ex-Deputados Estaduais e Deputados Federais, ex-Senadores Ronan Tito e Arlindo Porto, Srs. Prefeitos, minhas senhoras e meus senhores, funcionários do grupo ALGAR, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tem a grande satisfação de promover esta reunião especial em comemoração ao cinquentenário da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC -, a requerimento dos Deputados Elmiro Nascimento e Luiz Humberto Carneiro.

A CTBC é braço importante do grupo ALGAR, um dos mais representativos no cenário econômico nacional, sediado em Uberlândia, e que se caracteriza pelo domínio de novas tecnologias e por alta performance em todos os seus negócios. O grupo, genuinamente nacional e com seu foco principal nas telecomunicações, também atua com destaque nos ramos de agroalimentos, serviços, entretenimento e lazer. Essa sólida experiência operacional, que completa cinco décadas, projeta-se decididamente para o futuro. Sua trajetória desde o início foi marcada pela incorporação de tecnologia de ponta em seus produtos e serviços, dotados simultaneamente de qualidade e inovação constantes. Assim, a CTBC, além da telefonia fixa e celular, oferece serviços de "call center" e redes óticas para interconexão de longa distância. Foi a primeira no Brasil a oferecer o serviço de celular pré-pago e, mais recentemente, o de telemedicina, além de ser pioneira na comercialização da tecnologia de reconhecimento de fala.

Todo o grupo reflete a pujança e a força do interior, onde se constrói o Brasil com que todos sonhamos, gerando empregos e riqueza. Foi essa crença em nosso País que sempre alimentou o impulso de seu fundador, o Comendador Alexandrino Garcia. Seu objetivo significava ligar a região do Brasil central a todo o País, apostando no potencial de região até então desconhecida pela maioria dos nossos empresários. Seu herdeiro, o Eng. Luiz Alberto Garcia, dono de iguais dinamismo e competência, vem promovendo a geração de empregos dentro de um comprometimento com responsabilidade social. Marca sua ação à frente do grupo a valorização dos talentos humanos, o respeito aos investidores, o zelo por sua reputação empresarial e inabalável crença no futuro. Os investimentos previstos pela CTBC para este ano são da ordem de R\$60.000.000,00, e sua meta de expansão prevê a ampliação da cobertura de 330 localidades para 950 cidades. São empresas e empresários que não procuram o lucro fácil do investimento financeiro, mas por meio do trabalho e da produção.

Portanto, esta é homenagem de justiça e reconhecimento aos que buscam constantemente a excelência, desenvolvendo soluções de acordo com as necessidades de seus clientes, resistindo a todos os desafios dos diversos momentos políticos e econômicos. Que este exemplo, vindo de Minas e do Triângulo, possa ser incessantemente seguido. Estes são nossos votos, na alegria deste auspicioso cinquentenário. A Presidência manifesta às autoridades e demais convidados os agradecimentos pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 18, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 18/5/2004.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para EMITIR PARECER SOBRE A PROPOSTA De EMENDA À CONSTITUIÇÃO nº 57/2003, em 23/10/2003

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Márcio Passos e Marília Campos, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Zé Maia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Passos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a

apreciar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2003, da Comissão Especial do Tribunal de Contas. O relator, Deputado Antônio Carlos Andrada, faz a leitura do seu parecer, que conclui pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 1. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares; informa que a próxima reunião será convocada por edital; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2004.

Antônio Júlio, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Márcio Passos.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2003, em 27/11/2003

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, André Quintão e Jayro Lessa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente, o Vice-Presidente e a designar relator para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2003. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas e convida o Deputado André Quintão para atuar como escrutinador. Feita a votação e a contagem dos votos, o escrutinador anuncia que foram registradas três cédulas de votação, devidamente rubricadas, sendo que o Deputado Ermano Batista obteve três votos para Presidente e o Deputado Jayro Lessa obteve três votos para Vice-Presidente. A seguir, o Presidente "ad hoc" faz a proclamação dos eleitos, declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Jayro Lessa e passa-lhe a Presidência. O Deputado Jayro Lessa declara empossado como Presidente o Deputado Ermano Batista, a quem devolve a direção dos trabalhos. O Deputado Ermano Batista agradece a escolha de seu nome e designa o Deputado André Quintão relator da matéria em 1º turno. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, com edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2004.

Ermano Batista, Presidente - André Quintão - Gustavo Valadares.

ATA DA 7ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Participação Popular NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 6/5/2004

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Leonardo Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovada, em turno único, a Proposta de Ação Legislativa nº 8/2003 (relator: Deputado Leonardo Quintão, em virtude de redistribuição), em que se solicita a realização de uma reunião desta Comissão com a Comissão de Educação, Cultura Ciência e Tecnologia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2004.

André Quintão, Presidente - Ivair Nogueira - Gustavo Valadares.

ATA DA 8ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Ronaldo, Fábio Avelar, José Milton e Leonardo Quintão, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Ronaldo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Ilmar Bastos Santos, Presidente da FEAM, em que informa que a etapa de discussão da viabilidade ambiental do empreendimento PCH Cachoeira Grande se encerra no momento da licença prévia, concedida pela Câmara de Infra-estrutura do COPAM. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.415/2004, no 1º turno (Deputado Leonardo Quintão), e 1.477/2004, em turno único (Deputado Doutor Ronaldo). Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.369/2004 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Leonardo Quintão). Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.797/2004. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2004.

Maria José Haueisen, Presidente - Fábio Avelar - Doutor Ronaldo - Leonardo Quintão.

ATA DA 7ª REUNIÃO da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 12/5/2004

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Leonídio Bouças, Sidinho do Ferrotaco, Dalmo Ribeiro Silva e a Deputada Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio e Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos acerca da não-nomeação da Profa. Horizontina Aparecida Leite C. Ramos, Diretora eleita da Escola Estadual São Francisco de Paula no Município de Divinópolis e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento das seguintes correspondências: ofícios das Sras. Viviane Alves Nogueira, Diretora da SRE de Poços de Caldas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.682/2003, e Vanessa Guimarães Pinto, Secretária de Estado da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.578/2003. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.047/2004, turno único (Deputado Adalclever Lopes); 1.494/2004, turno único

(Deputado Leonídio Bouças); 1.535/2004, turno único (Deputada Ana Maria Resende); 1.544/2004, turno único (Deputado Weliton Prado); 1.507/2003, turno único (Deputado Sidinho do Ferrotaco). O Projeto de Lei nº 1.166/2003 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sidinho do Ferrotaco, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.784, 2.786, 2.794, 2.798, 2.802, 2.805, 2.817, 2.828, 2.830, 2.833 e 2.834/2004. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão para debater os cursos técnicos ministrados pela Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - UTRAMIG -; Adalclever Lopes, Sidinho do Ferrotaco e Deputada Maria Tereza Lara (2), em que solicitam a realização de audiência pública desta Comissão para debater o plano de carreira dos servidores da educação; e seja solicitada à Secretária de Estado da Educação informações sobre pendências quanto à nomeação e posse de Diretores eleitos nas escolas estaduais e que têm impedido a posse dos eleitos; Adalclever Lopes (2), em que solicita seja realizada audiência pública para debater os processos de credenciamentos de cursos de nível superior, oferecidos por fundações privadas, pelo Conselho de Educação; seja enviado ao Conselho Estadual de Educação e à Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia, pedido de informação sobre a autorização por esse órgão para a implantação de cursos de nível superior no Estado, nos últimos dez anos; Maria Tereza Lara, em que solicita seja agendada visita desta Comissão à Secretária de Estado da Educação, para obter informações sobre as Diretoras eleitas e que não foram empossadas; André Quintão, Gustavo Valadares e Leonardo Quintão, em que solicitam seja realizada audiência pública desta Comissão e da Comissão de Participação Popular para debater, com a comunidade, a questão da qualidade do ensino e da segurança nos estabelecimentos de ensino estaduais do município. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto da reunião. Registra-se a presença da Sra. Horizontina Aparecida Leite C. Ramos, a qual é convidada a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, para suas considerações iniciais, a qual justificou a ausência do Deputado Weliton Prado, autor do requerimento. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2004.

Ana Maria Resende, Presidente - Maria Tereza Lara - Sidinho do Ferrotaco.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/5/2004

Às 9h44min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gil Pereira, Padre João, Doutor Viana, Paulo Piau e a Deputada Ana Maria Resende, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matérias constantes na pauta e a discutir, em audiência pública, os processos de reintegração de posse das propriedades rurais que foram invadidas no Estado. A seguir, comunica o recebimento do Ofício nº 521/2004, do Secretário da Fazenda, publicado no "Diário do Legislativo" de 8/5/2004. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.391/2004 é retirado de pauta por determinação da Presidência, por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 2.803/2004, da Deputada Vanessa Lucas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Padre João e Laudelino Augusto, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão com o intuito de obter, junto aos órgãos e autoridades competentes, informações sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Padre João, em que solicita seja convidada a Sra. Marcilene Aparecida Ferreira, membro da Comissão Pastoral da Terra - CPT -, para participar dos trabalhos dessa reunião; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para debater a situação da bataticultura sul-mineira e os destinos dessa cultura naquela região; e do Deputado Gil Pereira, em que solicita seja convidado o Sr. Carlos Luiz Franco Nunes, representante da Sociedade Rural de Montes Claros, para participar dos debates dessa audiência pública. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir os convidados que discorrerão sobre os processos de reintegração de posse das propriedades rurais que foram invadidas no Estado. Registra-se a presença dos Srs. Luiz Antônio Chaves, Diretor-Geral do ITER-MG e representante do Secretário de Estado Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária; Marcos Abreu e Silva, Chefe do Departamento Jurídico da FAEMG; Marcos Helênio Leoni Pena, Superintendente do INCRA-MG; Renato Luís Dresch e Marcelo Fonseca, respectivamente, Juiz e assessor da Vara de Conflitos Agrário do Fórum Lafaiete; Major PM Jader Mendes Lourenço; Marcilene Aparecida Ferreira, representante da Comissão Pastoral da Terra - CPT -; e Carlos Luiz Franco Nunes, representante da Sociedade Rural de Montes Claros, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2004.

Padre João, Presidente - Doutor Viana - Luiz Humberto Carneiro.

ATA DA 3ª REUNIÃO Extraordinária da comissão do trabalho, da previdência e da ação social NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA, em 13/5/2004

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Alberto Bejani, Alencar da Silveira Jr., André Quintão e Elmiro Nascimento, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Alberto Bejani, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre a multa aplicada a empresa GTech do Brasil, bem como sobre o contrato celebrado entre a referida empresa e a Loteria do Estado de Minas Gerais. Logo após, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Marilza Geralda do Nascimento, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, justificando sua ausência na reunião destinada a debater a situação dos 108 funcionários da CEASA-MG; e do Deputado Adelmo Carneiro Leão, encaminhando correspondência do Sr. Marcelo Correia de Moura Baptista, Diretor-Geral do SINDIELETRO-MG, na qual informa denúncia de precarização das condições de trabalho na CEMIG e solicita providências para que novos acidentes com vítimas fatais não mais ocorram. Prosseguindo, o Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.483, 1.504, 1.522, 1.536, 1.543/2004, em turno único (Deputado André Quintão); 1.464, 1.485, 1.493, 1.549, 1.565/2004, em turno único (Deputado Elmiro Nascimento); 1.474, 1.499, 1.521, 1.526, 1.527, 1.539, 1.563/2004, em turno único; 953/2003, em 2º turno (Deputado Marília Campos); 1.478, 1.502, 1.547/2004, em turno único (Deputado Alencar da Silveira Jr.), e avoca a si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 1.475, 1.476, 1.500, 1.505, 1.534, 1.542/2004, em turno único. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão, em que solicita seja convidado o Sr. Jorge Alberto Gouvêa Prado, Diretor do SINDADOS-MG, para participar de reunião desta Comissão; seja requisitada à Sra. Maria Celeste Morais Guimarães, Auditora-Geral do Estado, cópia da exposição dos fatos referentes à GTech do Brasil, apresentada nesta reunião; Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República sejam enviadas a esta Comissão informações relativas ao contrato celebrado entre a GTech do Brasil e a EMBRATEL. O Deputado Alberto Bejani transfere a direção dos trabalhos ao Deputado André Quintão e apresenta requerimento em que solicita sejam convidados os Promotores de Justiça que prestarão esclarecimentos sobre a auditoria realizada no mencionado contrato. Colocado em votação, é o

requerimento aprovado. Reassumindo a Presidência, o Deputado Alberto Bejani destina esta parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Maria Celeste Morais Guimarães e Henrique Hermes Gomes de Morais, Diretor da Superintendência Central de Auditoria Operacional. Registra-se a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente, como autor do requerimento que motivou esta reunião, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de maio de 2004.

Alberto Bejani, Presidente - Marília Campos - André Quintão.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2004

Às 9h45min, comparecem no auditório da CREDINOVA, em Nova Serrana, o Deputado Sidinho do Ferrotaco (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BPSP), membro da supracitada Comissão. Está presente, também, o deputado Paulo Cesar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sidinho do Ferrotaco, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a segurança pública no Município de Nova Serrana e comunica o recebimento de ofícios das Sras. Vânia Farnades Soalheiro, Juíza de Direito de Nova Serrana, e Sra. Aléssia A. de Alvarenga Santa Barbara Souza, Promotora de Justiça da Comarca de Nova Serrana, justificando ausência na reunião. A Presidência destina esta parte a ouvir os convidados que discorrerão sobre o assunto objeto desta reunião. Registra-se a presença dos Srs. Lúcio Urbano da Silva Martins, Secretário de Defesa Social, Marcelo Gonçalves, Secretário Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, Ten. Cel. PM Alcides Raimundo da Silva, representando o Cel. PM Sócrates Edgar dos Anjos, Comandante-Geral da PMMG, Joel Pinto Martins, Prefeito Municipal de Nova Serrana, José Nonato da Silva, Delegado da 47ª Delegacia Regional, José de Arimatéia Luciano, Delegado Titular da Comarca, Capitão Eurípedes da Silva, Comandante da 100ª Companhia de Nova Serrana, e Ailton Célio Duarte, Presidente do Conselho de Segurança de Nova Serrana, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Paulo Cesar, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente - Rogério Correia - Zé Maia.

ATA DA 7ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 18/5/2004

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ricardo Duarte, Carlos Pimenta, Célio Moreira e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ricardo Duarte, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Célio Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter informações sobre o incidente ocorrido na madrugada do dia 19/5/2004 entre as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros e o Atendimento Móvel de Urgência - SAMU - e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Superintendente de Atenção à Saúde, Sr. Benedito Scaranci Fernandes, informando à Comissão de Saúde que o fornecimento de medicamento para fibrose cística se encontra regularizado. A Presidência distribui os Projetos de Lei nºs 1.566 e 1.570/2004, em turno único, respectivamente, aos Deputados Carlos Pimenta e Fahim Sawan. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os seguintes convidados: Srs. Alcy Moreira dos Santos Pereira, Coordenador do Programa de Urgência e Emergência da Secretaria de Estado da Saúde; Anselmo Dornas Moura, Coordenador Médico do SAMUR, representando o Secretário Municipal de Saúde; Paulo Eduardo Behrens, Conselheiro Corregedor do Conselho Regional de Medicina - CRM -; Ten.-Cel. Celso Novais Borges, Chefe da 3ª Seção do Corpo de Bombeiros, representando o Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais; Sra. Cláudia Amorim Costa, enfermeira do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU -, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Célio Moreira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, pela ordem acima mencionada, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados três requerimentos, todos de autoria do Deputado Neider Moreira a saber: enviar ofícios ao Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; ao Sr. Marcus Pestana, Secretário de Estado da Saúde de Minas Gerais e ao Cel. BM. Osmar Duarte Marcelino, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, todos com o seguinte teor: solicitando que se enviem esforços para se regulamentar a logística de atendimento a acidente e traumas, evitando-se a sobreposição de atuação entre o SAMU e o Corpo de Bombeiros, com vistas à racionalização do sistema de atendimento a emergências, urgências e resgates. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente - Carlos Pimenta - Neider Moreira.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da CPI DO CAFÉ , em 19/5/2004

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Sargento Rodrigues, Adalclever Lopes e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida por ser a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina à eleição do Presidente e do Vice-Presidente e à designação do relator. O Presidente solicita seja feita a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Adalclever Lopes para atuar como escrutinador. Procedida a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Sebastião Navarro Vieira e para Vice-Presidente o Deputado Sargento Rodrigues, ambos por unanimidade. O Presidente declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Sargento Rodrigues e passa a ele a Presidência da reunião. O Deputado Sargento Rodrigues empossa como Presidente o Deputado Sebastião Navarro Vieira e retorna a ele a direção dos trabalhos. O Presidente agradece a confiança nele depositada e, na oportunidade, designa o Deputado Rogério Correia para ser o relator. O Deputado Rogério Correia convida o Deputado Adalclever Lopes para auxiliá-lo, atuando como relator parcial. Ouvidas as sugestões dos colegas, o Presidente determina que as reuniões ordinárias da Comissão serão realizadas às 9h30min, às quintas-feiras. O Presidente esclarece que o inteiro teor desta reunião consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2004.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia 37ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 25/5/2004

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 2.497/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais cópias das auditorias realizadas nos contratos da Loteria com a firma GTech do Brasil. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.498/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais o resultado da auditoria que está sendo realizada nos contratos celebrados entre esta autarquia e a GTech do Brasil. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.499/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas cópia do processo que se encontra em análise naquele órgão, envolvendo a empresa GTech do Brasil e a Loteria do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.511/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Secretário de Transportes informações sobre a atual situação da malha rodoviária estadual e dos trechos das rodovias conveniadas com o Estado, com as especificações que menciona. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 2.528/2004, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita à Advocacia-Geral do Estado as seguintes informações: o montante da dívida ativa do Estado inscrita até dezembro de 2003; as execuções propostas pela Advocacia-Geral do Estado de 2001 até 2003 e o percentual efetivamente executado ou pago pelos devedores de 2001 até 2003. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Votação da indicação dos nomes da Professora Marinêz Fulgêncio Murta e dos Professores Paulo José de Araújo, Stéfano Barra Gazzola, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Cid Veloso, Fuad Haddad, Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes para comporem o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 a 9 que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 360/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 431/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 438/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 743/2003, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação preferencial dos apartamentos térreos nos edifícios construídos pelos programas de habitação do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade

do projeto. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.075/2003, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Weliton Prado, que define a composição do Conselho Estadual de Educação e estabelece realização da Conferência Estadual de Educação. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.312/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Pontas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.395/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 521/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Barroso. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 919/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que determina notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.199/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.222/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Grupiara o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 25/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 144/2003, do Deputado Carlos Pimenta; 1.350/2004, do Governador Aécio Neves; Projetos de Lei Complementar nºs 38/2003, do Tribunal de Contas; 47/2003, da Deputada Marília Campos; 52/2004, do Governador Aécio Neves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.865/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.871, 2.908 e 2.909/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Finalidade: debater a falta de provimento do cargo de magistrado nas comarcas mineiras e as conseqüências desse fato na distribuição da justiça, bem como a estrutura do Poder Judiciário no Estado, suas limitações estruturais e orçamentárias e a legislação constitucional e complementar sobre a matéria.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.829, 2.832 e 2.897/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.843/2004, do Deputado João Bittar; e 2.872 e 2.884/2004, do Deputado Antônio Andrade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.357/2004, da Deputada Ana Maria Resende; 1.431/2004, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.454/2004, do Deputado Antônio Júlio; 1.464 e 1.500/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.474 e 1.475/2004, do Deputado Miguel Martini; 1.478/2004, do Deputado Padre João; 1.483/2004, do Deputado Antônio Andrade; 1.485/2004, do Deputado Dimas Fabiano; 1.493 e 1.563/2004, do Deputado Zé Maia; 1.502/2004, do Deputado Doutor Ronaldo; 1.505/2004, do Deputado Leonardo Moreira; 1.534/2004, do Deputado Roberto Carvalho; 1.536/2004, da Deputada Vanessa Lucas; 1.543/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 1.547/2004, do Deputado Elmiro Nascimento; 1.549/2004, do Deputado André Quintão; Requerimentos nºs 2.866 e 2.900/2004, do Deputado Doutor Viana; 2.889/2004, do Deputado Weliton Prado.

Finalidade: ouvir os convidados que menciona para obtenção de esclarecimentos sobre a auditoria realizada no contrato celebrado entre a Empresa GTech do Brasil e a Loteria do Estado de Minas Gerais, a requerimento do Deputado Alberto Bejani.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 751/2003, do Deputado Paulo Piau; 1.471/2004, do Deputado Doutor Ronaldo.

Requerimentos nºs 2.827/2004, do Deputado Antônio Andrade; 2.869 e 2.870/2004, do Deputado Gil Pereira; 2.904/2004, do Deputado Sebastião Helvécio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 25/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 1.516/2004, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 2.901/2004, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a

realizar-se às 9 horas do dia 26/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, com a presença de convidados, esclarecimentos sobre denúncias de prática de tortura por parte de autoridade policial em Abaeté.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 26/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.415/2004, do Deputado Jayro Lessa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.470/2004, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Redação Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia Na 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 26/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.437/2004, do Deputado Célio Moreira; 1.507/2004, do Deputado Mauri Torres; 1.535/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira; 1.544/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 1.567/2004, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimentos nºs 2.902/2004, do Deputado Ricardo Duarte; 2.911/2004, do Deputado Carlos Pimenta.

Finalidade: debater com convidados a segurança do patrimônio histórico do Município de Mariana, que foi objeto de ação civil ajuizada pelo Promotor de Justiça da Comarca de Mariana, Dr. Antônio Carlos de Oliveira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO do Café, a realizar-se às 9h30min do dia 27/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Depósitos de Veículos Apreendidos, a realizar-se às 10 horas do dia 27/5/2004

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 25/5/2004, destinada ao encerramento do Ciclo de Debates O Eucalipto.

Palácio da Inconfidência, 24 de maio de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 25/5/2004, destinada, I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Requerimentos nºs 2.497/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais cópias das auditorias realizadas nos contratos da Loteria com a firma GTech do Brasil; 2.498/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais o resultado da auditoria que está sendo realizada nos contratos celebrados entre essa autarquia e a GTech do Brasil; 2.499/2004, da Comissão do Trabalho, em que solicita ao Presidente do Tribunal de Contas cópia do processo que se encontra em análise naquele órgão, envolvendo a empresa GTech do Brasil e a Loteria do Estado de Minas Gerais; 2.511/2004, da Comissão de Transporte, em que solicita ao Secretário de Transportes informações sobre a atual situação da malha rodoviária estadual e dos trechos das rodovias conveniadas com o Estado, com as especificações que menciona; e 2.528/2004, do Deputado Leonardo Quintão, em que solicita à Advocacia-Geral do Estado as seguintes informações: o montante da dívida ativa do Estado inscrita até dezembro de 2003; as execuções propostas pela Advocacia-Geral do Estado de 2001 até 2003 e o percentual efetivamente executado ou pago pelos devedores de 2001 até 2003; e da Indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes dos Professores Paulo José de Araújo, Stéfano Barra Gazzola, Marinêz Fulgêncio Murta, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Cid Veloso, Fuad Haddad, Alexandre Magno Leão dos Santos e Arthur Eugênio Quintão Gomes para comporem o Conselho Estadual de Educação; e, 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 50/2004, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 360/2003, do Deputado Bilac Pinto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica; 431/2003, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poço Fundo o imóvel que especifica; 438/2003, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Indianópolis; 521/2003, do Deputado Luiz Fernando Faria, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Barroso; 743/2003, do Deputado Gilberto Abramo, que dispõe sobre a destinação preferencial dos apartamentos térreos nos edifícios construídos pelos programas de habitação do Estado; 919/2003, do Deputado Ivair Nogueira, que determina notificação compulsória de violência contra a mulher atendida nos serviços de urgência e emergência; 961/2003, da Deputada Maria Tereza Lara, que dispõe sobre o Conselho de Participação e Integração da Comunidade Negra, define políticas, e dá outras providências; 1.075/2003, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Weliton Prado, que define a composição do Conselho Estadual de Educação e estabelece a realização da Conferência Estadual de Educação; 1.126/2003, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre a exploração econômica do turismo nas regiões de represas e lagos artificiais localizados no Estado; 1.199/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Belo Horizonte os imóveis que especifica; 1.222/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Grupiara o imóvel que especifica; 1.312/2003, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Pontas o imóvel que especifica; 1.395/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Aiuruoca o imóvel que especifica; e 1.396/2004, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG - o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de maio de 2004.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Irani Barbosa e Roberto Carvalho e a Deputada Vanessa Lucas, membros da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte; os Deputados Célio Moreira, Djalma Diniz, Adalcleber Lopes, Gil Pereira e Laudelino Augusto, membros da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, para a reunião a ser realizada em 25/5/2004, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater com convidados a questão do credenciamento, junto ao DETRAN-MG, de clínicas de psicologia e medicina do trânsito, e a questão de auto-escolas e de serviços de despachantes.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2004.

Lúcia Pacífico, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Biel Rocha, Célio Moreira, Gilberto Abramo, Gustavo Valadares e Padre João, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2004, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2004.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 74/2004

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Jô Moraes, os Deputados Célio Moreira, Luiz Humberto Carneiro e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2004, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2004.

Paulo Cesar, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Domingos Sávio, Paulo Piau, Leonídio Bouças e Márcio Passos, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/5/2004, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer sobre a Emenda nº 2 à Proposta de Emenda à Constituição nº 66/2003, da Comissão Especial da UEMG, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2004.

Ricardo Duarte, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alberto Bejani, Leonardo Moreira, Rogério Correia e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/5/2004, às 9h30min, na Câmara Municipal de São Francisco, com a finalidade de se debater, em audiência pública, o esquema de substituição infantil nessa cidade.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2004.

Sargento Rodrigues, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/5/2004

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, gostaria de abordar a questão da URV. Por medida acertada desta Mesa, a Assembléia estava pagando, mensalmente, as parcelas de URV devidas aos servidores. Elogiamos e destacamos o fato, porque, há quatro anos, esta Assembléia decidiu dar o aumento referente à URV. Os servidores receberam duas parcelas, mas a terceira não foi paga no último mês. Procuramos a Mesa Diretora, juntamente com uma comissão de servidores, e o Presidente informou que só tomaria alguma medida se não houvesse ações na justiça. As entidades representativas deveriam retirar as ações, que envolvem pouco mais de 800 servidores.

Comunico que ontem a Presidência, em função de uma decisão judicial, manifestou a impossibilidade de continuar fazendo o pagamento da URV se as ações permanecerem na justiça. Na mesma ocasião, o Presidente se comprometeu e solicitou aos representantes dos servidores que levassem a eles uma ata da Mesa Diretora, na qual consta o compromisso da Mesa de continuar o pagamento após a retirada das ações. Estamos aguardando. Ademais, depois da retirada das ações da justiça, a Mesa procederá ao pagamento das parcelas atrasadas.

Sr. Presidente, sabemos do empenho que V. Exa. tem demonstrado nessa questão. Que essa ata venha o mais rápido possível, para nos dar tranquilidade de ter em mãos um documento legal. Que realmente haja a suspensão das ações. Hoje os servidores passam por dificuldades. O pagamento da URV estava trazendo tranquilidade para muitos que, aliás, possuem dívidas ligadas à própria Assembléia, como as referentes à FUNDHAB e à COFAL.

Comunicamos também que a Comissão de Direitos Humanos vai apurar a denúncia, veiculada pelos jornais na sexta-feira da semana passada, de que o Deputado Alencar da Silveira Jr. teria agredido uma repórter desta Casa, a jornalista Sávaia. Essa questão foi noticiada pela imprensa e precisa ser esclarecida. Por isso, na próxima semana, a Comissão discutirá esse problema. Para tanto, convidará o Deputado e a jornalista. Se essa denúncia for comprovada, não ficará sem consequências. A Comissão solicitou o registro da ocorrência policial, o exame de corpo de delito da servidora e as fitas da TV Assembléia.

Sabemos que o relacionamento entre Deputados e servidores desta Casa é o melhor possível. Assim tem de ser. Eles são profissionais. Nós também somos empregados, funcionários do Estado. Um Deputado tem de ser um funcionário público por excelência. Não podemos permitir que haja excessos nessa relação. Deixamos claro que a Comissão tratará dessa questão. Se houver, por parte do Deputado, qualquer ato que o desabone, daremos notícia a este Plenário e cobraremos providências à Corregedoria. Se se tratar apenas de um mal-entendido, o problema poderá ser resolvido por meio de uma conciliação na própria Comissão. Entendemos que os servidores desta Casa prestam um trabalho inestimável, e nós, Deputados, somos gratos.

Finalmente, Sr. Presidente, hoje, dia 18 de maio, conforme estabelece lei federal, é o Dia Nacional de Combate à Exploração, ao Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes. Lembramos que neste dia, infelizmente, não temos muito a comemorar. Esperamos que no próximo ano a ação dos órgãos públicos seja mais efetiva e que se crie a rede de proteção à criança e ao adolescente. Dessa forma, em um dia como o de hoje, poderemos ter mais motivos para comemorar. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos das galerias e da TV Assembléia, caríssimos assessores que aqui se encontram, imprensa, amigos da Casa. 'Minas em movimento': esse é o título do artigo publicado no jornal 'Estado de Minas', no último domingo, da lavra do ilustre Hindemburgo Pereira Diniz, que retrata, com clareza e objetividade, o momento virtuoso que vive o nosso querido Estado.

É a respeito das considerações do articulista, revestidas da isenção necessária para analisar os fatos, as ações e os empreendimentos levados a efeito pelo Governador Aécio Neves, que desejamos, com os caríssimos pares, fazer uma ligeira e necessária reflexão.

De fato, o nosso Estado caminha a passos largos para a retomada de um ciclo contínuo de progresso e de desenvolvimento, calcado na execução de uma política econômica local, que permita recuperar os investimentos do Estado em ações essenciais à qualidade de vida da população mineira.

Na verdade, todos os atos, iniciativas e políticas formulados e em execução pelo Governo mineiro afirmam, em primeiro lugar, o necessário respeito à Federação, postulando a dignidade de nossos elevados valores políticos e históricos, que se sustentam no direito das populações do Estado-membro, afastada a asfixiante tutela do Executivo Federal.

É sob esse primado que o Governo Aécio Neves elaborou a realização, para a qual avança, dos projetos estruturadores, que informam as prioridades de sua administração e que já recolhem, como resultado de sua ação gerencial tipificada preliminarmente no chamado 'choque de gestão', a redução do déficit nas contas do Estado, cuja evolução já permite projetar o equilíbrio entre despesa e receita, ainda antes de findo este exercício.

Elemento de fundamental importância para o êxito dessa gigantesca missão, as parcerias construídas pelo Governo Aécio Neves já consolidam investimentos que ultrapassam os R\$20.000.000.000,00, em setores estratégicos da nossa economia.

Exemplo recente dessa sintonia entre governo e iniciativa privada é a formulação do Programa FIEMG Exporta Minas - FIEEX -, que constitui a mais importante e ousada ofensiva comercial planejada e executada pelo empresariado mineiro, em busca da presença definitiva no mercado internacional.

Aliás, a ausência de nosso Governador do solo mineiro hoje é decorrente de vários projetos que o comandante maior do Estado procura fazer, não somente como está fazendo na França, na Alemanha e nos Estados Unidos, mas também ao aguardar a comitiva do Presidente Lula, na China, para reivindicar ações e planos importantes para o Estado.

Dando curso a essa disposição, o nosso Governador tem participado - e de forma muito atuante - do Fórum das Américas; anteontem, fez o seu pronunciamento em Londres, apontando, acima de tudo, a ousadia, a determinação e o empreendimento das empresas mineiras, que, com certeza, serão as grandes catalisadoras do emprego e da gestão de grandes momentos para Minas Gerais.

De Londres seguirá para a China e a Coreia do Sul, buscando ampliar as relações comerciais de nosso Estado principalmente com o mercado chinês, que já é hoje um dos mais importantes para as exportações mineiras, acumulando uma participação de 14% no total de nossas vendas para o exterior, no primeiro trimestre deste ano.

Merecem ser repetidas aqui as palavras do articulista: "Posso e devo dizer (...) que os anúncios nos marcos com que tenho contato vêm sendo edificados com o rigor da seriedade e da tempestividade".

Essa seriedade, aliada ao senso de oportunidade, ingredientes essenciais a qualquer Governo, gera credibilidade e abre portas e caminhos para o Estado conquistar novos parceiros comerciais.

Na realidade, a seqüência das ações efetivadas pelo Governo mineiro obedece a um ordenado e criterioso programa, que se fundamenta na permanente interlocução com a sociedade mineira, identificando o potencial existente em cada segmento e avaliando os retornos possíveis, tendo sempre em vista o bem-estar do povo mineiro.

Assim, orientado pelo conhecimento prévio das demandas da sociedade, o Governo elabora, com exemplar eficiência, os projetos que respondem a tais reivindicações, com a vantagem de que eles simplificam a vida de quem pretende investir e mesmo ampliar empreendimentos em nosso Estado.

É o caso do programa Empresa Mineira Competitiva, que esta Casa conheceu em primeira mão, em audiência pública realizada no ano passado, na Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, atendendo a nosso requerimento. Nesse programa, o empresariado mineiro tem acesso aos recursos que lhe permitirão agregar inovações tecnológicas e, conseqüentemente, elevar o valor competitivo de seu produto nos mercados interno e externo.

Já está também em execução o programa das parcerias público-privadas - PPP -, que esta Casa aprovou pioneiramente e que hoje já serve de modelo para outros Estados, bem como para o próprio Governo Federal. As PPPs são, pois, uma via moderna para a superação do déficit dos grandes projetos estruturadores em áreas essenciais como transportes, saneamento, saúde e educação.

Nesse sentido, ainda merece destaque o projeto de pavimentação de ligações e acessos rodoviários aos municípios, que irá permitir à população de 224 municípios de pequeno porte melhora do acesso aos mercados e aos serviços básicos, com a pavimentação dos acessos rodoviários totalizando cerca de 6 mil quilômetros.

A regionalização da assistência à saúde é outra ação decisiva, que irá adequar a oferta do serviço à demanda de saúde da população, possibilitando ao cidadão o atendimento mais próximo de seu município, de sua residência.

Temos, pois, delineado um conjunto de medidas que, sem dúvida alguma, irá alavancar o crescimento da economia mineira com a desejada melhora da qualidade de vida da nossa população.

Quero, portanto, neste momento, manifestar a nossa alegria saudando o Governador Aécio Neves e sua equipe pela elaboração e pela efetiva execução de projetos tão arrojados, que, a exemplo da ousadia empreendedora de Juscelino Kubistchek, concretizada em seu plano de metas, também possui uma importante meta-síntese: a construção do centro administrativo, que irá congrega todos os órgãos da administração em um espaço comum, agilizando os atos administrativos e, sobretudo, possibilitando a redução de custos, com a máxima eficiência".

São essas nossas considerações, caríssimos companheiros, neste importante momento em que o nosso Governador, distante de Minas, tem procurado enaltecer o trabalho do mineiro pela sua inteligência e sua conquista, particularmente nesse segmento tão importante, o das indústrias, como grande instrumento catalisador e gerador de empregos.

Conhecemos a frase do Governador: Minas Gerais é o melhor lugar do Brasil para fazer investimentos. Minas tem dado prova disso por meio de grandes parcerias com o BDMG, com o INDI e com outros segmentos importantes, fazendo com que os investidores de outros Estados conheçam as condições essenciais de recepção de Minas e instalem aqui suas empresas.

Nesse aspecto e nessa esteira, acompanhamos a participação da equipe econômica, dos Secretários Anastasia, Fuad e José Carlos. Enfim, trata-se de um escol de grandes cabeças, todas imbuídas de um único propósito. E como o Secretário Herculano Anghinetti, que tem feito um trabalho direcionado ao turismo, todos os demais fazem com que suas secretarias prestem um excelente serviço a Minas e ao Brasil.

Por essas razões, não deixarei passar em branco esse magnífico artigo publicado no domingo: "Minas em Movimento". O articulista faz uma reflexão profunda, mostrando que Minas está no caminho certo, pela sua seriedade e transparência.

Ressalto o trabalho da Assembléia Legislativa. Vejo nosso Líder da Maioria, Deputado Miguel Martini, e o Deputado Doutor Ronaldo, que participam conosco das grandes discussões. Quando os projetos são remetidos para cá, nós os estudamos e analisamos com um sentimento de mineiridade, buscando alcançar esse desenvolvimento tão esperado para o nosso Estado.

A Assembléia Legislativa tem sido uma grande parceira nesse momento de desenvolvimento. Nas áreas econômica e da saúde, é palco de discussão em várias Comissões, recepcionando Secretários de todas as pastas, de todas as áreas, trazendo uma palavra de seriedade e desenvolvimento, afirmando, mais do que nunca, que Minas está em movimento. Trabalhamos e temos um compromisso com nossa sociedade, nosso povo e nossa gente.

Enalteço nosso sentimento de solidariedade em relação a todos os servidores da Casa, no que se refere ao pagamento da URV. O Deputado Durval Ângelo trouxe uma notícia a esse respeito e estamos solidários com os servidores, com quem temos uma responsabilidade. Se a Assembléia Legislativa de Minas Gerais é a melhor do Brasil, isso se deve aos seus funcionários, que são da mais alta capacidade, profissionais de grande porte, inteligentes, dedicados e, sem dúvida alguma, merecedores da nossa solidariedade e apreço. Temos certeza de que, com essa notícia, encontraremos uma solução o mais rápido possível. Faço um apelo ao Presidente Mauri Torres e à Mesa Diretora para que o assunto seja encaminhado da melhor forma possível, resgatando o direito líquido e certo de todos os servidores, pois todos são destinatários do nosso respeito, da nossa confiança e nossa admiração. Muito obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa, pessoas que nos acompanham das galerias e por meio da TV Assembléia, estamos atravessando um momento ímpar na atual conjuntura econômica brasileira e talvez na história que afeta não só a União, mas atinge também Minas Gerais, que sente com profundidade as repercussões negativas da economia, no desemprego de nossos concidadãos, principalmente pela falta de eficiência do Governo Federal em transformar o seu discurso em realidade.

O PIB brasileiro no ano passado foi 0,2% menor que o de 2002. Segundo o IBGE, essa queda atingiu o montante de R\$3.000.000.000,00. Em 2002, éramos a 12ª economia do mundo. Caímos e, hoje, ocupamos a 15ª posição, sendo ultrapassados pela Índia, Holanda e Austrália. O pior de tudo é que o horizonte desponta sombrio, pois o Brasil segue com altos índices em suas taxas de desemprego - mais de 12%. Ao invés de providenciar os milhões de empregos prometidos, o Governo Federal ainda está tropeçando e aumentando o desemprego. O povo quer trabalho, não "empreguismo".

Nesse ritmo, o espetáculo do crescimento não vai a lugar nenhum. Os desníveis sociais, aplicados na lógica do Palácio do Planalto, continuarão aumentando. A concentração de riquezas está nas mãos de cada vez menos pessoas. Já os Bancos que operam no País continuam sendo muito favorecidos pelo Governo. Ao menor sinal de que um Banco não vai bem, ele tem o privilégio de um empréstimo para sanar suas dívidas. E o povo?

A construção civil, que sempre foi um grande empregador em nossa economia, também vem caindo. Em 2003 despencou 8,6% em relação ao ano anterior. A Região Metropolitana de Belo Horizonte apresenta um dos mais altos índices de desemprego do País - quase 20%.

De acordo com a socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa, em artigo publicado no jornal "O Tempo", em 19/4/2004, o ano passado foi o ano da paciência, e este está sendo o ano da desilusão e do desgoverno. Completa referindo-se ao escândalo Waldomiro Diniz: "Por mais abafado que siga, conspirou o partido que se supunha imaculado. E a ocultação dos fatos, sob o sorriso debochado do ex-assessor, que privava da intimidade do Ministro José Dirceu e que sempre conviveu com próceres da República, como o Ministro Palocci e o Ministro Gushiken, faz supor que Waldomiro sempre foi bom companheiro". Citei o referido artigo porque acho relevante destacar que o caso atual, envolvendo o jornalista americano do "New York Times" e o Governo do Brasil, não deve fazer calar a voz daqueles que ainda desejam que o "escândalo Waldomiro Diniz" seja apurado e esclarecido.

Em contrapartida, o Governo Aécio Neves comemora momento vivido pelas exportações mineiras, que, no primeiro trimestre de 2004, apresentou volume de US\$2.100.000.000,00, com um aumento de 29% em relação ao mesmo período de 2003.

Os índices foram discutidos no lançamento do FIEMG Exporta Minas - FIEEX -, em 27/4/2004, tendo o Exmo. Sr. Governador anunciado a meta de, com o apoio do FIEEX, o nosso Estado superar o resultado das exportações de 1988, quando atingiu o pico de US\$9.000.000.000,00. Para isso, aproximadamente 1.400 empresas exportadoras de Minas estarão preparando-se para o desafio, com o apoio da FIEMG, parceira constante de Minas Gerais.

O fantasma da moratória, decretada pelo Governo anterior, desapareceu, e Minas Gerais continua buscando retomar o seu habitual lugar de destaque no Brasil.

A Prefeitura de Belo Horizonte anuncia para o próximo dia 21 de maio a inauguração do Parque Ecológico da Pampulha. A nossa indignação e perplexidade vem do fato de que o Ministério Público entendeu que as obras da Lagoa da Pampulha, executadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, feriram a legislação ambiental e ofereceu denúncia pelo cometimento de fato delituoso. O processo encontra-se em tramitação na 10ª Vara Criminal, sob o nº 024.03.135985-4.

O IEPHA é um órgão que tem a prerrogativa legal de autorizar quaisquer intervenções na lagoa da Pampulha, como bem tombado que é. O IEPHA defende todos os bens tombados, o que lhe é dado pelo Decreto nº 23.646/84. Como o IEPHA permite que a Prefeitura de Belo Horizonte continue a agir de forma a afrontar toda uma legislação vigente, passando por cima das leis que vigoram em nosso País? Com tanto desrespeito e arrogância, onde iremos parar?

Preparamos um ofício para a presidência do IEPHA, que será enviado ainda hoje, questionando os procedimentos adotados pelo órgão, pois não podemos concordar com atitudes desse tipo, provenientes da atual administração municipal.

Gostaria de falar sobre a URV. Destacamos o trabalho do Deputado Rêmoló Aloise, que defende o que é de direito do funcionário da Assembléia. Queremos que haja entendimento e confiança do funcionalismo. Os Deputados que desejam solucionar o problema devem entrar em entendimento com a Presidência desta Casa, para que os funcionários possam receber a URV, que há quase dez anos lhe é devida, o mais rápido possível.

Na condição de Deputado Estadual e de médico pediatra, é minha obrigação ressaltar o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate à Exploração e ao Abuso Sexual da Criança e do Adolescente.

Tudo que fizemos foi pouco para coibir esse crime hediondo que acontece com as nossas crianças. Somos solidários com a Subsecretaria de Direitos Humanos, com a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e com os movimentos que se somam à luta de combate à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes.

Registro nosso repúdio e protesto contra quem vem praticando esse ato desrespeitoso e criminoso de abuso da confiança, da inocência e até da necessidade por que passam as famílias carentes do nosso Estado e do nosso País. Muitas vezes, essas crianças e adolescentes trocam por qualquer bem material o seu corpo ou são submetidos a diversas maneiras de exploração sexual.

Somamo-nos a todas as atividades que estão sendo realizadas. Esperamos que, no próximo ano, possamos comemorar uma grande vitória da sociedade brasileira, a redução ao máximo do número de casos de exploração sexual e abuso contra as crianças e os adolescentes. Se Deus quiser, talvez consigamos ceifar definitivamente da nossa sociedade esse absurdo que acontece com as nossas crianças.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essas eram as minhas considerações para a tarde de hoje.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, convidados e povo mineiro, de maneira especial, trago os meus cumprimentos ao Vereador Eustáquio, do SESC de Januária, ao Diretor do CAIC e aos companheiros de Januária que vieram a Belo Horizonte nos procurar para ajudarmos essa grande cidade.

Tenho tido oportunidade de anunciar a presença de Vereadores nesta Casa. Na semana passada, registrei a presença do Vereador de São João do Paraíso e, hoje, a do Vereador de Januária. A presença das lideranças em Belo Horizonte, de maneira especial, na Assembléia Legislativa, é uma forma muito boa de nos ajudar na legislação e na fiscalização do nosso Estado e na busca de alternativas para construirmos o grande Estado de Minas Gerais. Ninguém melhor do que um Vereador para conhecer as minúcias dos problemas dos seus municípios. O Vereador é o maior representante da sua cidade, junto aos seus companheiros e à Câmara Municipal, seja da Situação, seja da Oposição. O Vereador Eustáquio está de parabéns. Estaremos empenhados em fazer o que for necessário para ajudar a nossa querida Januária, proporcionando uma melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Sr. Presidente, abordarei um assunto polêmico e preocupante, para os quais, devido ao empenho de algumas pessoas, soluções são encontradas. Refiro-me à violência e ao policiamento do nosso Estado, principalmente da nossa cidade de Montes Claros.

Faço coro com as palavras dos companheiros que me antecederam quando faziam alusão ao 18 de maio como o Dia de Combate à Prostituição e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

De fato, esse assunto merece uma reflexão. Há alguns anos, criamos a CPI da Prostituição Infantil nesta Assembléia Legislativa, da qual fizemos parte. Aliás, funciona uma CPI igual a essa na Câmara Federal. As constatações óbvias que hoje saltam aos olhos foram enumeradas na época. Os companheiros Wanderley Ávila e Miguel Martini, aqui presentes, acompanharam atentamente os trabalhos. Concluímos que, para se combater o problema, são necessárias ações coibitivas da polícia, que sabe perfeitamente onde acontecem as verdadeiras explorações sexuais e infantis e os pontos de encontro, conhece as pessoas que arrematam crianças, colocando-as nas mãos dos grandes marginais - pessoas sem escrúpulos que usam e abusam dos corpos de crianças de 10, 11, 13 ou 14 anos. Portanto, a polícia conhece perfeitamente a situação e sabe como combatê-la. A assistência às jovens adolescentes é tão importante quanto a ação das Polícias Militar, Civil e Federal. Uma das maiores causas da prostituição e do abuso sexual infanto-juvenil é a falta de assistência psicológica e social a essas crianças. É preciso fazer com que elas se sintam gente. Muitas trocam seus corpos por um prato de comida, por roupa ou por pouco dinheiro. Medidas assim devem fazer parte das ações de qualquer governo.

Parabenizo a Comissão de Direitos Humanos e o nosso companheiro João Batista de Oliveira, ex-Deputado desta Casa, que desenvolve uma campanha fantástica, mostrando até mesmo a pena destinada às pessoas que não ligam para a prostituição, que usam e abusam dos corpos de crianças. Está sendo realizado trabalho extraordinário que aponta as conseqüências dessa situação, como o elevado índice de gravidez indesejada entre as adolescentes, por não terem a orientação adequada; o crescente número de abortos criminosos feitos em clínicas que não têm a mínima estrutura para a prática do menor ato médico; as doenças sexualmente transmissíveis que arrebentam a juventude, como o número crescente da AIDS, devido ao contato sexual feito sem preservativo; além da degradação da vida. Então, esse folheto chama bastante a atenção de todos.

Parabenizo ainda as pessoas que se preocupam com o problema, a Comissão de Saúde, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados. Precisamos

fazer com que essas medidas integrem as ações do Governo, e não campanhas de distribuição de preservativos ou outras esporádicas, que procuram aqueles que buscam os pontos de encontro, ou ainda as que conscientizam caminhoneiros, como a denominada Campanha Caminhoneiro Cidadão. Há muitos envolvidos, incluindo-se autoridades.

Recentemente, vimos um Prefeito promovendo verdadeiras orgias com a presença de adolescentes, verdadeiras crianças. Fazemos coro e nos irmanamos com o companheiro João Batista de Oliveira, com a Comissão de Direitos Humanos e, principalmente, com aquele cidadão consciente que se preocupa verdadeiramente com a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por último, Presidente, nos 6 minutos que me restam, quero aqui mostrar que muitas vezes, quando se sai da retórica do discurso, quando se sai do campo virtual e das hipóteses para a prática, as coisas se resolvem, principalmente quando se parte para a prática no combate à violência no nosso Estado. Tenho aqui um dos maiores exemplos de que é possível combater a violência no nosso Estado, principalmente na Capital, nos grandes centros, em cidades como Montes Claros e Januária, com poucos recursos e mais criatividade. Devemos apoiar ações dessa natureza. O 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros nos apresentou um projeto de prevenção e repressão ao crime de roubo a mão armada com motocicleta nessa cidade. Esse projeto mostra dados estatísticos. Há poucos meses, a Polícia Militar de Montes Claros conseguiu montar, numa cidade de quase 400 mil habitantes, uma patrulha preocupada com a prevenção e a repressão de crimes de roubo à mão armada, com vigilância sistemática dos marginais, aquelas pessoas que perambulam livremente pela cidade, impunes, fazendo com que o cidadão se sinta preso dentro de casa. Apenas quatro motocicletas doadas pela comunidade de Montes Claros estão fazendo patrulhamento, principalmente nos horários e nos locais de maior índice de assaltos, que são os postos de gasolina, as padarias e o comércio, e conseguiram diminuir quase em 80% o número de crimes e roubos que acontecem em Montes Claros. Está lá o policial militar com um radiotransmissor, a motocicleta, devidamente caracterizado, passando à porta dos locais mais visados. Padarias que eram assaltadas quatro vezes por mês não tiveram um assalto sequer. Isso prova que a presença do policial militar é, sem dúvida alguma, o fator mais eficiente para coibir o crime. O policial tem que estar lá presente. O policial tem que mostrar sua cara. Tem que fazer como faz em Belo Horizonte a Polícia Montada, que percorre o Centro de Belo Horizonte, o Mineirão por ocasião dos grandes jogos de futebol. Por apenas R\$189.000,00, esse projeto prevê a aquisição de 20 novas motocicletas e 20 rádios de comunicação para Monte Claros, a contratação de 20 policiais treinados. Não podemos dizer que o crime vai desaparecer, mas certamente irão desaparecer aqueles malandros que ficam pelas ruas da cidade intimidando, que não têm respeito pelo comerciante, que, muitas vezes, por causa de R\$30,00 na caixa registradora da padaria, colocam um revólver no ouvido do cidadão, não temendo disparar esse revólver; aqueles vagabundos que ficam à porta das escolas vendendo drogas e atentando contra a nossa juventude. Esperamos que com esse projeto a Polícia Militar possa cumprir essa grande missão que, sem dúvida alguma, é uma das maiores reivindicações do nosso povo.

Há pouco tempo, falava-se em saúde, educação, esporte e lazer como prioridade, mas, atualmente, devemos colocar a segurança pública em primeiro lugar. O que mata e causa dor e agonia no coração de um pai de família é ver sua filha sair de casa e ir à escola, pensando que poderá ser molestada, estuprada ou espancada, como aconteceu com um jovem na Savassi. Os "pitboys", verdadeiros vagabundos, espancaram, chutaram e causaram traumatismo craniano num cidadão, que se encontra no CTI. Esperamos que sejam apresentadas soluções para situações como essas. Os recursos giram em torno de R\$189.500,00, quantia insignificante diante dos gastos de Prefeitos corruptos, de ladrões, de safados que usam e abusam do dinheiro público, de empresas e de Bancos que faturam bilhões sem se importar com as causas sociais.

Portanto nós, a Deputada Ana Maria Resende, os Deputados Wanderley Ávila, Gil Pereira e Arlen Santiago, comprometemo-nos a levar esse projeto adiante, colocá-lo nas mãos das autoridades para conseguir os recursos, apesar de parcos. Montes Claros é um exemplo vitorioso, pois, apenas com quatro motocicletas, diminuiu 80% dos roubos, o que deixou a população aliviada. O mesmo poderá ocorrer em Januária, tão apreensiva com marginais e traficantes, e em Pirapora, cidade turística, que se preocupa com a violência da juventude e o tráfico de drogas.

Parabenizo o Cel. Eli José Gonçalves, natural de Diamantina, que chegou a Montes Claros recentemente e assumiu o 10º Batalhão, e o Ten. Franklin, que tem prestado grande assistência. Em ação suprapartidária, colocaremos o projeto nas mãos do Secretário de Segurança e o levaremos a Brasília, para mostrar que, quando se fala muito, pouco se resolve; todavia, quando se parte para a prática, alcançam-se resultados importantes e significativos, como os obtidos em Montes Claros, um grande exemplo para outras cidades mineiras.

Agradeço a atenção e cumprimento os companheiros de Januária. Estamos em busca de qualidade de vida, segurança, saúde, educação e, principalmente, respeito para com os mineiros. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna para cobrar o posicionamento da Mesa sobre a instalação da CPI da Mina Capão Xavier, já que o processo encontra-se paralisado pela Justiça Federal.

O Governo disse que não havia interesse do Estado nem dos órgãos de licenciamento do meio ambiente, mas foi autor de uma ação para revogar a liminar que conseguimos no TRF. Não entendemos esse posicionamento do Governo, que disse não ter nada a ver com o processo de licenciamento da Mina Capão Xavier, pois havia muitas dúvidas. No entanto, o Governo tentou revogar a liminar. E o processo continua parado em Brasília. Isso precisa ser esclarecido. Por isso insistimos para que os Deputados assinem o pedido de instalação da CPI. Estamos apenas com 28 assinaturas. Esperamos que engrossem a lista, para trazermos à tona a realidade dos fatos. Não estamos levantando suspeitas, apenas temos dúvidas sobre a forma de licenciamento. Infelizmente o processo está parado.

Portanto, pedimos ao Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, que determine a leitura da CPI, para que os partidos indiquem os membros e comecemos a trabalhar no processo.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Caro Deputado Antônio Júlio, Deputados e Deputadas, estranhamos o fato de a AMDA, uma associação que diz defender o meio ambiente, entrar com um processo contra a construção da sede da Justiça Federal. Será que é uma forma de pressionar a Justiça Federal para liberar a Mina Capão Xavier?

Portanto, pedimos apoio aos parlamentares e à população de Belo Horizonte. Temos de verificar não apenas a questão de Capão Xavier, mas o monopólio de transporte da Vale que comprou todo o meio de transporte para, com mais facilidade, conseguir comprar as mineradoras. Ora, a instalação dessa CPI será talvez a melhor coisa para Belo Horizonte e para os exportadores de minério. Mostraremos que há monopólio no transporte de minério, que sai daqui a R\$4,00 e é vendido lá fora a R\$40,00.

Senhores, isso é um absurdo, uma falta de respeito com Minas Gerais e Belo Horizonte. Por isso solicitamos aos parlamentares que engrossem a fileira junto com o PMDB e o PT, que também assinou a CPI, e vários outros parlamentares. Temos de defender o essencial à nossa vida: a água de Belo Horizonte, que abastece 500 mil habitantes. Temos de proteger todas as serras e o minério do Estado, para que não seja explorado e tomado do Estado. Temos de verificar a questão da água, que é a mais importante, pois é fundamental para a sobrevivência dos mananciais de abastecimento, e também o monopólio do transporte.

Vejo estranhamente essa proposição da AMDA. Temos de descobrir, por meio da CPI, o tutu. Debaixo desse tutu, há muita lingüiça. Queremos saber a verdade. Portanto, imploramos a V. Exa. que leia e instale imediatamente a CPI da MBR de Capão Xavier. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Complementando, Deputado Adalcleber Lopes, a posição da AMDA nessa situação foi duvidosa. Ela apoiou o projeto da Mina Capão Xavier. O que gera mais dúvida nesse processo é que, em 1975, houve uma CPI nesta Casa, em pleno regime militar. Os Deputados da época fizeram um relatório fantástico, que está sendo distribuído aos gabinetes, em que se denunciava o monopólio do transporte ferroviário. Chegava-se ao absurdo de a empresa MBR receber multas da Rede Ferroviária Federal, porque o contrato foi mal feito.

Em 1973 a 1975, a RFF já transportava o minério para a MBR. A RFF, que era do contribuinte e do povo brasileiro, pagava a MBR para transportar o minério da MBR.

Deputado Leonardo Quintão, retornamos com a mesma dúvida. Neste País, quanta coisa mudou para melhor nestes 30 anos? Há denúncias de corrupções, que estão diminuindo. Porém, quanto à MBR continua a dúvida. É preciso esclarecê-la. Que o Governo do Estado, que diz ser honesto e transparente, entre nessa briga e levante na Secretaria de Meio Ambiente como passou o processo de licenciamento.

Sr. Presidente, por que o processo de licenciamento da MBR foi publicado, entre linhas, na véspera do Carnaval? O Secretário de Meio Ambiente diz estar tudo correto. Acreditamos nele, até que se apure o contrário. Por que foi publicado quando todos estavam de férias, inclusive a Justiça Federal? No dia 30 de dezembro, ele foi revogado pela Justiça Federal às 18h30min. A publicação foi complexa e, no meio, encontrava-se o licenciamento de operação da Mina Capão Xavier.

Se tudo está correto e dentro dos parâmetros legais que regem a legislação do meio ambiente, como eles dizem, por que se utilizar de malandragem e de esperteza para publicar o licenciamento de operação de maneira camuflada, ou seja, para que ninguém tomasse conhecimento? Estamos atentos a essas jogadas.

Deputado Leonardo Quintão, se tudo estava correto, não precisavam utilizar artimanhas. Há 14 anos sou Deputado nesta Casa. Conhecemos todo esse tipo de manobra, pois já participamos de toda forma de governo, tanto na Oposição quanto na Situação e até de maneira independente. Por conhecê-lo, levantamos essas dúvidas. Nestes 14 anos de vida pública como parlamentar e 6 anos como Prefeito da minha cidade, nunca vi absurdo de tamanha gravidade. Na verdade, nunca havia me preocupado com o meio ambiente até quando visitei a Mina Capão Xavier. Todos os Deputados foram convidados a visitá-la, mas poucos lá estiveram.

Deputado Wanderley Ávila, desde a minha visita à Mina Capão Xavier, alertei para a gravidade da exploração mineral em cima do manancial de água. Em 1994, aprovamos nesta Casa uma lei do Deputado Mauro Lobo, que foi sancionada pelo Governador Hélio Garcia. Ela proíbe a exploração em cima dos mananciais. A FEAM, o COPAM e a Secretaria de Meio Ambiente não reconheceram essa lei, que está em vigor.

Deputada Lúcia Pacífico, quando o Governador Itamar Franco iniciou as obras de Irapé, havia o mesmo problema. Aprovamos uma lei aqui que criava uma APA onde se iria construir a usina de Irapé. Se essa lei não tivesse sido revogada, eles não poderiam construí-la e estariam na mesma situação da mina Capão Xavier.

Portanto, essas são as nossas preocupações. Não estamos acusando ninguém, mas apenas levantando dúvidas. A CPI de 1975 deixa todas as dúvidas em cima da MBR, que, até hoje, não se explicou no processo. É preciso que o Governo Municipal explique por que autorizou a exploração depois que os Prefeitos Célio de Castro e Patrus Ananias a impediram. Logo, essas questões ficaram sem explicação.

Sr. Presidente, solicitamos a V. Exa. que, pelo amor de Deus e pela vida do povo de Belo Horizonte, instale essa CPI, pois ela é necessária. V. Exa. tem consciência da preocupação da população de Belo Horizonte. Não estamos aqui somente fazendo política. Se carregamos uma bandeira, não negamos que fazemos política.

Não se trata apenas de política. Quinhentas mil pessoas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ficarão sem água. Fizemos várias manifestações, trouxemos um balde para simbolizar a falta de água daqui a cinco anos, mas as pessoas pensam que a exploração da mina é mais importante.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)* - Comunico o falecimento do ex-Deputado Carlos de Faria Tavares, que exerceu mandato nesta Casa na 3ª Legislatura, entre 1955 e 1959. O sepultamento será às 17 horas no Cemitério do Bonfim. Obrigada.

O Deputado Leonardo Quintão (em aparte)* - Peço a esta Casa que esclareça as dúvidas sobre o processo da MBR, levantadas há mais de 15 dias. Admira-me que alguns parlamentares venham aqui, no calor da geração de poucos empregos, defender um processo que acabará com a água que serve a 500 mil pessoas. Há sérias dúvidas sobre esse processo, as quais devem ser esclarecidas à sociedade de Belo Horizonte, de Minas e do Brasil. O terreno de Capão Xavier, doado ao Município de Belo Horizonte, na época serviria para a criação de um parque ecológico, do qual toda a sociedade iria usufruir. Com a exploração da mina da Mutuca, que já se exauriu, querem usar esse terreno para exploração mineral. Questionaremos isso também, se necessário em uma CPI, na Justiça Estadual ou na Justiça Federal. Um terreno doado para o patrimônio ecológico não pode retornar para a empresa fazer exploração mineral. O que acontecerá com a Mutuca? Adiarão o processo de recomposição do meio ambiente para fazer o processamento do minério na região. Já pedimos à FEAM e à Secretaria de Meio Ambiente que nos informem quais as medidas mitigadoras, de responsabilidade da MBR, para a região da Mutuca.

Ontem, um jornal de grande circulação publicou uma reportagem mostrando o que a empresa fará. É estranho, pois a MBR deve mais de R\$10.000.000,00 ao Estado. Existem várias multas por desrespeito ao meio ambiente e por desastres ecológicos. Levantaremos questões sobre a CPI de 1975, sobre a recomposição do meio ambiente e sobre Capão Xavier, uma área doada ao Município de Belo Horizonte para a construção de um parque, e da qual a empresa quer tomar posse, novamente em prol do capital. Obrigado.

O Deputado Antônio Júlio* - Gostaria de alertar os Deputados para uma questão. Hoje ou amanhã, aprovaremos um acordo com o Bloco PT-PCdoB sobre dois projetos. Um deles é o Projeto nº 1.201 do Micro Geraes, que aumentará a contribuição. Agora, mudou tudo. Não é mais imposto. Ademais, desconto agora é chamado de bônus. Então, vai aumentar a contribuição do empresário que paga imposto no Micro Geraes. Da segunda faixa em diante, haverá um aumento de 40%. Tenho discutido sobre isso, mas o pessoal não se manifesta. Ontem, tivemos uma reunião na Secretaria da Fazenda, quando essa dúvida foi posta. A União dos Varejistas está expondo essa dúvida. Quando, fizermos as contas, veremos esse aumento excessivo para os que pagam impostos.

O outro é o Projeto nº 1.466, que precisa ser revisto pelos Deputados. Temos de ficar alertas, pois, Deputada Jô Moraes, nesse projeto foi inserido um artigo, segundo o qual o Governo vai fazer o parcelamento, mas quem vai operacionalizar é o setor financeiro. Não podemos concordar com isso. Se o Governo dará dinheiro ao setor financeiro para bancar as negociações, por que não concede desconto ao inadimplente, ao contribuinte? Por que, mais uma vez, o setor financeiro está de boca aberta nesse projeto?

Deputado Alberto Pinto Coelho, não sei por que o projeto sobre o Micro Geraes está em regime de urgência. Li o substitutivo e, apesar de ter dúvidas, vi que somente entrará em vigor a partir do dia 1º/1/2005. Logo, temos sete meses para analisar, fazer as contas, discutir. Esse projeto não foi discutido. Fizemos uma audiência pública, mas, na verdade, assistimos a uma aula teórica sobre o projeto. Falou-se muito bonito, mas, quando a reunião encerrou, fizemos a pergunta: e daí? E daí que vai haver um aumento da carga tributária. No Projeto nº 1.466,

mais uma vez o setor financeiro está com a boca aberta esperando que o Governo proceda à renegociação, para que ele possa operacionalizar e, em seguida, obter lucros absurdos.

Para terminar, Sr. Presidente, suplico a V. Exa. que instale a CPI de Capão Xavier, pois talvez ela seja mais importante que esses dois projetos que ora discutimos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, Deputado Rêmoló Aloise, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembléia, inicialmente refiro-me ao dia de combate à prostituição infantil, focalizando dois aspectos, além dos que já foram mencionados. Um deles é o papel desempenhado pela educação. Sabemos da importância da escola em tempo integral. Os ensinamentos infantil, médio e universitário são importantes. Vimos que o Governo Federal está debatendo o assunto e enviou à Câmara dois projetos visando oferecer aos jovens trabalhadores da classe operária a chance de ingressarem na universidade. Os critérios estão mudando. O objetivo é fazer com que 50% das vagas destinem-se a jovens oriundos da escola pública.

Ademais, há a questão das bolsas nas universidades particulares. Sabemos que o investimento na educação, em todos os níveis, possibilitará à criança, ao jovem e à família meios de construção da cidadania. Além disso, esse fator atua como meio de erradicação da violência, especialmente no que se refere à prostituição infantil, uma das mais graves formas de violência existentes no País.

Menciono que o dia 18 de maio é também o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Desde quando era Vereadora, acompanho esse movimento. Sabemos que essa é uma forma de se combater a violência. Quantas vezes hospitais psiquiátricos, ao utilizarem pedagogias atrasadas, feriram os direitos humanos dos nossos irmãos que têm problemas mentais?

Mas, felizmente, já existe um grande avanço e, em muitas cidades, já estão implantados os hospitais-dia, e os doentes mentais podem ter um tratamento digno e continuar convivendo com suas famílias.

Contudo, ainda se trata de um processo em construção, e podemos ver que o Movimento Nacional de Luta Antimanicomial - MNLA - é um movimento social existente há 17 anos e disseminado por todos os Estados do Brasil. Tem como metas o fechamento de hospícios e manicômios do País e a promoção de uma cultura de tratamento, convivência e tolerância, no seio da sociedade, com as pessoas portadoras de sofrimento emocional de qualquer tipo.

Hoje, a denominação correta é a de pessoas com sofrimento mental ou emocional. Lembro-me bem que, em Betim, quando o PT estava na Prefeitura, na gestão da Deputada Maria do Carmo e, depois, com o Jesus, a área de saúde mental passou por um avanço significativo, por causa da equipe que lá estava, da vontade política que tinham de realmente investir na saúde. A saúde mental tornou-se referência para o País inteiro. Não só Betim, mas muitas outras cidades têm feito esse trabalho. Aqui em Belo Horizonte, por vários anos, participei de caminhadas em defesa da luta antimanicomial, no dia 18 de maio. Também há, na Prefeitura de Belo Horizonte, trabalho avançado na área da saúde mental.

Nestes anos de luta, foi possível constatar a viabilidade de nossa proposta, por meio de experiências de tratamento substitutivas do hospital psiquiátrico, com êxito e sem excluir o indivíduo da sociedade, do convívio familiar, do exercício de direito de sua cidadania. A partir da atuação do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, foi deflagrado, em nosso País, um processo de reforma psiquiátrica, do qual os tratamentos substitutivos são fruto. Se muitas conquistas houve, muito ainda se tem a fazer pelas pessoas que deparam com a experiência do enlouquecimento. Ainda hoje há mais de 60 mil pessoas encarceradas em hospitais no Brasil, em condição de descaso e abandono, trancadas, mas não tratadas.

Esse grave desrespeito aos direitos humanos, como outros tantos em nosso País, passa longe da percepção do cidadão comum, pois não é notícia, mas continua enchendo os bolsos dos empresários da loucura. A população em geral, incluindo-se aí as classes mais favorecidas, é carente de informação sobre como procurar ajuda em caso de uma crise emocional na família ou na comunidade, e a idéia da internação psiquiátrica ainda é a primeira que aparece como alternativa.

Esse é atualmente o desafio que nos colocamos: ampliar essa discussão para parcelas mais amplas da sociedade, garantindo acesso à informação e à assistência nas necessidades, pressionando Governo e a iniciativa privada a investirem na transformação desse cenário vergonhoso.

Cumprimento todos os profissionais da área de saúde que trabalham com saúde mental, assim como todas as famílias que têm contribuído, organizando-se para conseguir um tratamento digno e respeitoso a essas pessoas.

Desejo que, nesta Casa, possamos contribuir, por intermédio da Comissão de Saúde, de discussões, para que os projetos que já existem em defesa da luta antimanicomial possam efetivamente ser cumpridos.

Cumprimento, ainda, todas as pessoas de Minas Gerais que passam por esse processo de sofrimento mental. Não desanimem, unam-se para que possam participar das unidades de tratamento. Organizem-se, juntamente com suas famílias, e criem condições para a construção da cidadania, a fim de que possam ter seus direitos respeitados e conseguir dos governantes, em todas as esferas, o tratamento a que têm direito. Muito obrigada.

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/5/2004

A Deputada Jô Moraes - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, caros Deputados, queridas Deputadas, esta Casa hoje está impactada. O Governador Aécio Neves terá de ter consciência de que, para governar o Estado, é preciso escutar esta Casa, os servidores e aqueles que dão contribuição decisiva ao processo de recuperação da igualdade social, que estão literalmente jogados às traças.

Ao entrarmos na Assembléia, hoje, deparamo-nos com manifestação muito simbólica. Os Defensores Públicos do Estado lançam, na porta desta Casa, um apelo dramático: a campanha SOS Defensoria Pública. Isso nos choca, porque já nos deparamos com manifestações as mais diversas possíveis ao redor desta Casa. Já assistimos a manifestações de trabalhadores e aposentados.

O Deputado Chico Rafael convida todos para nos solidarizarmos com os manifestantes, daqui a pouco, no Hall das Bandeiras. Trabalhadores, policiais civis e militares realizam hoje uma assembléia reivindicatória. Estamos assistindo aqui à manifestação de um apelo dramático dos

Defensores Públicos. Trata-se daqueles que representam, para a sociedade brasileira uma grande conquista. A Defensoria Pública é o instrumento de realização da cidadania para aqueles que, desconhecendo seus direitos, não dispoem de informações sobre eles ou não possuindo condições de acesso à justiça, podem contar com essa instituição.

Pasmem senhores e senhoras, Deputados e Deputadas, mineiros e mineiras! Encontram-se aqui aqueles que estão a serviço da cidadania popular, apresentando um manifesto que gostaria de trazer aos senhores e às senhoras para que possam ver a sua dimensão e compreender a crise por que passa o serviço público em nosso Estado. Temos de compreender isso e levar ao Governador a consciência da dimensão dessa crise.

O manifesto da Defensoria Pública contém as seguintes questões: "A Defensoria Pública é o único meio de acesso à justiça para o cidadão carente. No entanto, no Estado de Minas Gerais, quem atualmente está carente de recursos é a própria Defensoria Pública, onde faltam Defensores, funcionários e material de escritório".

Pasmem, Srs. Deputados e queridas Deputadas, falta até material de escritório. Segue o manifesto: "A estrutura deficitária levou ao colapso no atendimento, comprometendo os serviços prestados, e poderá levar à paralisação do atendimento".

Atendem para isto, Srs. Deputados e Sras. Deputadas: (- Lê:) "Dos 918 cargos, apenas 416 estão providos. Em decorrência, mais de 150 comarcas em Minas Gerais estão sem Defensor Público."

Reconhecemos a crise social que se desenvolve em nosso País como fruto de uma política macroeconômica herdada do Governo anterior, que ainda teima em sustentar desigualdades, crise essa que aprofunda as desigualdades sociais e os impasses da população, que fica sem um Defensor Público, no interior do Estado, para ter reconhecidos os mínimos direitos.

Mas continua o manifesto da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais: (- Lê:)

"Além da falta de recursos humanos, a falta de material dificulta o atendimento: faltam computadores, impressoras, livros, papel, tinta de impressora e até mesmo lâmpadas".

Como é possível, diante de tanta modernidade tecnológica, em que o capital voa pelo mundo afora, passando de casa em casa, de Capital em Capital, buscando recursos, a Defensoria Pública deste Estado não ter sequer acesso às condições mínimas para seu funcionamento?

"Mesmo assim, a Defensoria Pública atendeu, apenas no ano de 2003, cerca de 2 milhões de pessoas, acompanhando milhares de ações em todos os fóruns do Estado de Minas Gerais. No entanto, esse trabalho corre o risco de parar.

A campanha SOS Defensoria Pública visa a arrecadar materiais por meio de doações dos mais diversos setores da sociedade que se sensibilizem com o quadro caótico atualmente estabelecido.

Paralelamente à campanha, caminha o movimento pela implementação da Lei Orgânica da Defensoria Pública, promulgada em janeiro de 2003, visando a obter o cumprimento do que foi ali disposto, com a criação da estrutura necessária para o funcionamento da instituição e a fixação do subsídio do Defensor Público, eliminando a posição discriminatória e vergonhosa do pior vencimento das carreiras jurídicas do Estado de Minas Gerais e o último lugar em remuneração entre os Defensores Públicos de todo o Brasil.

Sem o Defensor Público, não há cidadania, porque não há acesso à justiça nem defesa dos direitos do cidadão pobre. A Defensoria Pública é, antes de tudo, um dever do Estado, mas a sua existência é um direito da sociedade."

Fiz questão de trazer esse manifesto da Defensoria Pública, porque é parte de um movimento coletivo que todos nós devemos abraçar, para melhorar a qualidade dos serviços públicos em nosso Estado.

Já me referi aqui que estamos enfrentando dificuldades em todo o Brasil, mas também buscamos soluções para sair desse impasse, herdado de uma situação em que fomos reféns de armadilhas advindas dos mercados internacionais.

Contamos agora, também, com a manifestação dos aposentados, que estão assustados, com justa razão, em virtude de duas ameaças. A primeira ameaça sofrida pelos aposentados, que estão às nossas portas pedindo nossa solidariedade - o Deputado Chico Rafael muito insistiu para que ali comparecêssemos -, é a redução de um salário mínimo que se limita a R\$260,00. A segunda ameaça que os aposentados temem é a proposta, que começa a circular em setores do Governo, à qual outros setores do Governo são contrários, assim como os partidos da base de sustentação do Governo, como é o meu partido, o PCdoB, de que se desvincule o salário mínimo do salário dos aposentados. Não se pode permitir essa lógica. Não é achatando o salário mínimo, deixando-o no nível de R\$260,00, nem o desvinculando para desacreditar mais ainda o salário dos aposentados que iremos retomar o desenvolvimento do País.

Caros Deputados e caras Deputadas, sabemos que estamos sendo atacados por uma especulação sem limite. Quando se fala em aumentar o salário mínimo, os mercados endoidam. O risco-país subiu exatamente no momento em que tivemos um superávit bem acima do exigido pelo FMI. As bolsas despencam, e o HSBC tira o dinheiro todo e manda para o exterior fazendo chantagem com o Governo Lula.

Temos de fazer o que os Defensores Públicos e os aposentados estão fazendo: dar um grande "lexotan" nas ruas, fazendo manifestação contra essa chantagem de mercado. Não podemos aceitar que não se tome nem uma medida sequer de distribuição de renda, como seria aumentar o salário mínimo, dando-lhe condições mais adequadas. Com aumento digno, o povo compraria produtos, e assim a indústria produziria, e, a indústria produzindo, o comércio se expandiria, e, o comércio vendendo, as Prefeituras arrecadariam.

Em Minas Gerais, o Governador Aécio Neves afirma que não tem recursos. Sabemos que vivemos uma crise. Temos de ter a coragem de romper com essa falácia de garantir o equilíbrio das contas fiscais com o tal do déficit zero. A manter-se essa política de déficit zero, de equilíbrio das contas fiscais, obteremos zero na segurança, zero na saúde, zero nas condições de funcionamento da Defensoria Pública e zero na qualidade dos serviços públicos.

Neste momento, estamos dispostos a discutir com o Governador Aécio Neves. Temos de ter coragem de fazer um grande combate à sonegação fiscal. Precisamos aparelhar a Secretaria da Fazenda para que os seus servidores possam adequar-se. Em Minas Gerais, quem sonega não são os pequenos proprietários, agricultores e comerciantes. Quem sonega são os grandes grupos de combustíveis, do fumo e da bebida. São as grandes empresas que têm a capacidade de sonegar. É dessas empresas que temos de arrancar recursos para pagar os servidores e sobretudo adequar a Defensoria Pública.

Nesta tarde, estamos todos preocupados com a situação. Já questionamos o Governador do Estado: por que não coloca em discussão a sua pauta de renúncia fiscal? Há muitos subsídios e incentivos fiscais. A Casa aprovará o projeto da Deputada Marília Campos, o qual permite o impulsionamento sobretudo da microempresa, que ao desenvolver-se cria empregos e gera recursos.

Uma coisa é o projeto da Deputada Marília Campos, que assegura efetivamente apoio à microempresa; outra coisa, caros Deputados e caras Deputadas, é dar incentivos fiscais a grandes empresas que nem sequer ampliam a arrecadação. Recentemente, vimos setores que tiveram redução de 6% do ICMS, mas nem US\$1,00 ou R\$1,00 a mais foi obtido para que se pudesse ampliar as possibilidades de investimento do Estado.

Por isso, o Governador Aécio Neves tem de ter a coragem de enfrentar essa lógica fiscalista e assegurar, aqui, a discussão da sua agenda de incentivos fiscais, para garantir àqueles que necessitam dos incentivos reais possibilidades de desenvolver-se. Aqueles que não precisam que paguem, porque já ganharam muito, e se assegure aumento para os salários dos servidores, adequação da estrutura das polícias e sobretudo readequação da Defensoria Pública.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte) - Deputada Jô Moraes, ouvi atentamente suas palavras, e a nobre colega tem toda razão. Há pouco, dei uma entrevista sobre os aumentos abusivos que vêm acontecendo em indústrias e empresas. O aumento previsto para o pão de sal, o pão nosso de cada dia, é de 10%, ou seja, o que é essencial, básico para o trabalhador, tem esse aumento, enquanto o salário mínimo subiu 1%. Corrijam-me, se estiver errada. Não há como o orçamento familiar absorver esses reajustes.

Colega Jô Moraes, grande parte desses reajustes se deve às agências reguladoras, que atuam de costas para os consumidores. As empresas não ficam com o prejuízo e repassarão os aumentos para a população. A ANATEL, a ANEEL, a ANP e tantas outras deixam subir o gás de cozinha, remédios, telefonias - fixa e celular - e energia elétrica, que é o grande impulsionador da inflação neste País. Elas têm competência para autorizar a elevação de preços. Os salários não subiram, e o poder de compra cai tremendamente, seja para funcionários ativos, seja para inativos. Por meio de entidades civis, é preciso buscar uma solução e até levá-la ao Presidente Lula, para que a situação mude. É uma cadeia. Sobe a energia elétrica. Logo, as empresas concluem que, se o Governo autorizou o aumento, elas também não ficarão com o prejuízo. E o pobre coitado do consumidor paga, enquanto a qualidade de vida desce. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde! Gostaria de parabenizar a Deputada Jô Moraes pelo seu pronunciamento, que, de forma especial, saudou os Defensores Públicos.

Conforme dizia ao Deputado Biel Rocha, o papel da Defensoria Pública é de fundamental importância, pois defende os pobres, as pessoas que não têm condições financeiras. Estão lutando para que uma lei seja cumprida - a Lei Orgânica da Defensoria Pública. Ficamos indignados de ver não ser cumprida pelo Governo do Estado lei aprovada por esta Casa. Às vezes, o pobre só é lembrado na hora de pagar taxas.

Venho a esta tribuna fazer avaliação da educação neste um ano e quase cinco meses do Governo Aécio Neves. Segundo nossa avaliação, a situação da educação pública do nosso Estado não condiz com as divulgações feitas pelo Governador, que está fazendo muito "marketing", muita publicidade. Infelizmente, existe hoje um caos na educação em Minas Gerais. Apesar de o Governo Aécio Neves divulgar no âmbito nacional seus investimentos e programas da área de educação, não há dúvidas de que um caos está instalado na educação de nosso Estado. As medidas do Governo mineiro têm comprometido o desempenho dos trabalhadores da rede estadual de ensino e o dia-a-dia dos estudantes.

Aos trabalhadores - professores e servidores escolares - faltam estímulo, reajuste salarial e condições dignas de trabalho. Não bastasse isso, o Governo Aécio Neves tem-se valido do autoritarismo e do esvaziamento da representação política dos fóruns de discussão com o funcionalismo público, como escudo para promover o retrocesso do ensino. A edição de resoluções tem dado o tom da relação entre o Governo do Estado, a comunidade escolar e os trabalhadores em educação, condenando as escolas a amargarem a volta de práticas viciadas, há muito banidas da educação em nosso Estado.

Em vez de implantar política de melhoria da educação pública, por meio da valorização dos trabalhadores, de investimento nas condições de trabalho e de implementação do plano de cargo e carreira, conforme compromisso assumido em campanha, o Governo do Estado cria artifícios jurídicos para retirar direitos adquiridos pela categoria. A ditadura das resoluções tem promovido sucessivos ataques às legislações, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Constituição Federal.

Logo na largada, o Governador Aécio Neves pôs na berlinda o concurso público para Auxiliares de Serviços Gerais, realizado em 2001. Mesmo tendo sua legalidade reconhecida pelo Ministério Público, que atestou a lisura do processo, tal medida gerou a indignação de milhares de trabalhadores, que, apesar de aprovados e classificados no número de vagas existentes, ainda não foram nomeados. Em detrimento da nomeação, 18 mil vagas estão sendo preenchidas por contratações precárias".

Gostaria de dizer que o Governador faltou com a verdade, pois falou que não nomearia enquanto não houvesse decisão judicial, e, mesmo após tal decisão, não tomou nenhuma providência.

O Governo adiou durante todo o ano de 2003 a nomeação dos aprovados no concurso e fugiu do debate com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE - sobre os critérios para a designação dos trabalhadores. Logo depois, fez nova manobra na contratação, impondo à categoria o critério para as designações, por meio da Resolução nº 466, publicada em 22 de dezembro, em pleno recesso escolar. A portaria trouxe de volta o preenchimento dos cargos, diretamente nas escolas, com base em critérios ultrapassados, como a vantagem do "tempo de escola" sobre o "tempo de Estado" na escolha dos candidatos. Apesar da existência de cargos vagos, tal medida condenou ao desemprego pessoas que trabalhavam há muitos anos na rede estadual e que já tinham sido aprovadas no concurso.

Até hoje, o Governo do Estado não tem previsão para a homologação do concurso para os auxiliares e interrompeu as nomeações para os demais cargos.

A Secretaria de Educação também tem retirado direitos de quem já está na sala de aula. A atual administração retirou um abono de R\$45,00 pago aos professores que têm dois cargos na rede e tem negado aos professores nomeados no último concurso direitos adquiridos, como o biênio e a adicional por pós-graduação.

Os servidores que possuem dois cargos têm de pagar o abono de R\$45,00. Antes, recebiam o abono dos dois cargos, mas hoje recebem só de um. Quem tem dois cargos deve pagar o IPSEMG dos dois cargos. E, de quem está no interior e não tem atendimento à saúde, é descontado todo mês em folha de pagamento.

Apresentamos um requerimento para que o Governador resolva o problema do IPSEMG, uma antiga luta dos Deputados do Bloco PT-PCdoB. Continuaremos pressionando para que os servidores sejam tratados com dignidade e para que o abono de R\$45,00 seja pago pelos dois cargos.

A eleição direta para a escolha da direção das escolas, implantada na rede estadual de ensino em 1991, como fruto da organização dos pais, alunos e dos trabalhadores da educação, também vem sendo demolida pelo Governo do Estado. O processo, da forma como foi conduzido este ano, levou às eleições feitas à toque de caixa, apenas uma semana após a volta às aulas, baseadas em critérios que excluíram parte significativa da categoria de participar do processo, por meio da formação de chapas. Não houve debate sobre o processo eleitoral com os representantes dos trabalhadores e com o sindicato.

Como consequência de falta de debate nas escolas e da restrição às candidaturas, os primeiros balanços das eleições nas 2.755 escolas estaduais de Minas Gerais comprovaram a pouca participação de pais, alunos e funcionários no processo, e a continuidade de várias gestões. Em 1.170 escolas onde não houve eleição, a nova direção terá mandato de três anos e será indicada pela própria Secretaria de Educação. Tal situação certamente promoverá um retrocesso no exercício democrático dentro das escolas, com afirmação das indicações políticas para o cargo. Serão indicações políticas, e não eleição democrática, com a participação de todos os setores. Infelizmente, ocorreu a volta dessa prática no Estado de Minas Gerais.

Finalmente, depois do conturbado processo de designação, o Governo do Estado atrasou o pagamento do salário dos trabalhadores contratados. Apesar de estarem na ativa desde o início de fevereiro, sem receberem o vale-transporte, milhares de trabalhadores foram informados pelos jornais de que iriam receber o pagamento de fevereiro em abril. Esse problema atingiu cerca de 80 mil servidores do Estado.

Para os estudantes, o quadro não é muito diferente. A medida que proíbe que os estudantes maiores de 18 anos se matriculem no ensino regular, obrigando-os a ingressar em regimes especiais de educação supletiva, mesmo contra sua vontade, tem sido mantida pela Secretaria de Educação, apesar de a Secretária Vanessa Guimarães ter-se comprometido, várias vezes, a revogá-la. Infelizmente, essa promessa ainda não virou realidade.

Enquanto isso, o Governo de Minas Gerais diz que há motivos para comemorar. Coloca propaganda, em jornais, televisão e rádios, de que, em Minas Gerais, as crianças entram na escola com 6 anos de idade e que o ensino fundamental passou de 8 para 9 anos. Mas ele se esquece de dizer que essa medida, que é realmente importante, fica sob a responsabilidade dos municípios, e não do Estado, que, após a municipalização do ensino fundamental, ficou com a menor parte das vagas nessa modalidade.

Ele joga toda essa responsabilidade para as Prefeituras, pois as escolas do Estado, em sua grande maioria, foram municipalizadas. Atualmente, a responsabilidade pelo ensino fundamental é dos municípios.

A falta da merenda escolar, ocorrida no início de 2003, foi outra prova da falta de compromisso do Governo Aécio Neves com os estudantes. Simplesmente, recursos no valor de R\$2.300.000,00, já liberados pelo Governo Federal, estavam retidos, enquanto milhares de estudantes passavam fome nas escolas. Além disso, em Minas os estudantes do ensino médio não têm direito à merenda escolar. Isso representa um desestímulo para que os jovens carentes permaneçam na escola. Há um projeto tramitando nesta Casa para garantir a merenda escolar também aos alunos do ensino médio.

Além disso tudo, o Governo não cumpre a promessa realizada em campanha de implementar os cursos técnicos profissionalizantes no Estado. Esses cursos, encerrados no Governo tucano de Eduardo Azeredo, propiciavam uma formação técnica importante para os estudantes se integrarem no mercado de trabalho em melhores condições. Sem o recurso dos cursos profissionalizantes e com as poucas vagas do ensino superior público, resta, à grande maioria dos jovens, o desemprego. E o Governo, que prometeu criar o Programa Primeiro Emprego, reservou apenas R\$50.000,00, no orçamento deste ano, para contratar em torno de 200 jovens, gastando-se, apenas com publicidade e com divulgação, muitos milhões.

No ensino superior, a realidade também é caótica. O Governo não cumpre a Constituição do Estado, que determina o repasse de 1% da receita do Estado para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG -, e ainda intenta promover alterações em seu estatuto, para concentrar poderes da Secretaria de Ciência e Tecnologia, retirando-os da comunidade científica.

A UEMG foi outra promessa do Governo, que garantiu descentralizá-la, inserindo vários campos avançados em todo o Estado. Infelizmente, isso não ocorreu até hoje. A UEMG e a UNIMONTES vivenciam o sucateamento das instalações físicas, das propostas político-pedagógicas e da qualidade do ensino. Trata-se de universidades públicas que cobram mensalidades, em alguns casos exorbitantes, e que não asseguram mecanismos justos de ingresso e permanência dos alunos nessas instituições.

Diante disso, a UEMG deve resgatar o seu histórico compromisso com uma escola pública, gratuita, democrática e de qualidade, que é direito de todos os cidadãos de Minas Gerais. Nesse direito inclui-se a valorização profissional dos servidores. Isso foi promessa do Governo, inclusive o investimento em políticas públicas e a garantia de condições de acesso e permanência dos estudantes nos ensinos fundamental, médio, profissional e superior.

Procedemos aqui a uma importante análise do caos em que se encontra a educação no Estado, uma das áreas mais atingidas pelos cortes do Governo do Estado, que demitiu mais de 10.200 funcionários não efetivos da Secretaria de Educação, causando impacto na qualidade da educação, com a redução de turmas, com a superlotação de salas de aula e com o agravamento das condições de trabalho.

Continuaremos a nossa luta em defesa da educação e da população de Minas Gerais. Não nos acovardaremos, pois sempre estaremos aqui denunciando as alterações. Conseguimos realizar várias mudanças na reforma tributária, ou seja, no "tarifaço" de Aécio Neves e impedir a cobrança do chamamento da polícia. Travamos uma incessante luta contra a taxa de incêndio - absurda, inconstitucional, imoral, injusta e ilegal. Aguardamos a decisão do Tribunal de Justiça relativamente à ação direta de inconstitucionalidade protocolada pelo nosso bloco. Sabemos que a nossa luta continuará firme e com muita combatividade. Essa é a nossa cara.

Neste momento, convoco toda a juventude do Estado para somar fileiras e realmente lutar por transformações, principalmente com relação à educação pública, que é de péssima qualidade. Sabemos que não se trata de uma responsabilidade somente deste Governo, pois os problemas vieram de Governos anteriores, mas temos de dar uma resposta à nossa população e aos nossos jovens. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, como Líder da Bancada do PT e do Bloco PT-PCdoB, por diversas ocasiões procurei, nesta tribuna, demonstrar que o Governo Lula tem um rumo e uma estratégia muito segura a ser seguida e que a crise enfrentada pelo Brasil teria e tem condições de ser superada. É evidente que a reconhecemos; até porque, como já cansei de dizer, é uma crise herdada de dez anos de política neoliberal, que arrasou o País com a venda de estatais, com a desvalorização do País enquanto Nação, com a desvalorização do Estado brasileiro e das estatais, com a quebra do parque industrial e da soberania. O Brasil seguiu determinado modelo imposto pelo capital financeiro internacional, notadamente pelo imperialismo norte-americano, o que o levou ao esvaziamento. Com uma política externa e nacional completamente dependente desse projeto, navegamos à deriva. Lula ganhou as eleições dizendo que mudaria esse curso e que evidentemente precisaria de tempo, mas que seguiria nova estratégia política internacional e outro caminho voltado para dentro do País. Ainda não alcançou a metade do seu mandato, mas as diferenças já são nítidas, o que não é novidade. O Presidente barrou a

política de privatização, em vez de continuar com o entreguismo, o que significaria vender a PETROBRAS - imaginem o preço do petróleo e da gasolina, se essa empresa tivesse ido para o controle do capital financeiro internacional e do imperialismo norte-americano! Mas não foi, assim como Furnas, o Banco do Brasil e o BNDES. Enfim, o Governo segurou as empresas estratégicas e arcou com a responsabilidade de adotar outros modelos estratégicos que já estavam sendo entregues ao capital estrangeiro pelo Governo Fernando Henrique, como aconteceu com o setor de energia elétrica e como tinha sido o caso das telecomunicações. Portanto, Lula adotou outro mecanismo, resgatando, para o Estado brasileiro o direito de interferir no seu destino estratégico, para que pudesse começar a traçar os rumos do seu crescimento econômico.

Essa diferença está clara, Deputada Maria Tereza. A política externa brasileira é completamente distinta; o comércio exterior com a China, com os países árabes e com a comunidade européia aumentou notadamente. Com os Estados Unidos isso também ocorreu, mas dentro de percentual muito menor.

O mercado externo brasileiro cresceu, nossa balança comercial atinge récorde cada vez maiores, mostrando a força do Brasil e a conduta de um novo país soberano. A Oposição, confundindo alhos com bugalhos, fazendo cortina de fumaça, tentou gerar uma crise de governo que não aconteceu nas dimensões que esperava, e o Brasil começa a apresentar um novo rumo. Esse quadro revela-se à população brasileira - o que ainda não havia ocorrido - com a nitidez da firmeza da nossa política. Uma política que nos impôs, no primeiro ano, adotar medidas duras, às vezes antipopulares, como o aumento da taxa de juros e a manutenção de um estado de recessão, mas que, paulatinamente, foram substituídas por outras políticas, tais como a diminuição gradual da taxa de juros, de 26,5% para 16%, queda do dólar em relação ao patamar encontrado, queda do risco-país, medidas que agora rendem seus frutos. E, a esses frutos, gostaria de me ater em meu pronunciamento. Dados recentes, do mês de abril, constantes do cadastro geral de empregados e desempregados do Ministério do Trabalho, em conjunto com os dados do IBGE, demonstram que, neste quadrimestre, foram criados 534.939 novas vagas de emprego com carteira assinada, ou seja, de empregos formais criados em 2004, o que significa 82% do que foi criado em 2003. Isso mostra uma retomada - ainda que tímida - importante em todos os níveis, não só de exportação, mas no mercado interno brasileiro, da nossa política econômica. Desde abril de 1992, não se vê uma geração de emprego, com carteira assinada, de tal monta. Portanto, uma recuperação que revela a força da nossa política econômica e as perspectivas do Brasil. A retomada do crescimento econômico é fundamental e passou a ser, após a garantia da estabilidade da economia brasileira, a peça fundamental da política econômica para este ano. Toda a política econômica agora tem como centro a geração de emprego e renda, ou seja, o crescimento econômico brasileiro. Como a tendência é de melhoria, teremos, no final deste ano, 1.300.000 novos empregos, numa demonstração do crescimento e do início da geração de emprego e renda no Brasil. Esses são dados apenas iniciais, mas o Governo vem tomando medidas para que esse crescimento econômico se torne realidade. Reforçando o papel do Estado, o Governo Lula abriu concurso para 40 mil novos servidores públicos, numa relação, com o serviço público, muito diferente daquela mantida pelos governos neoliberais, pelo Governo Fernando Henrique. Os servidores públicos, neste ano, tiveram pelo menos o reajuste inflacionário, que, embora pouco, é o aceno para uma nova política.

Aliás, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso criticou o Governo do Lula por ter aberto 40 mil vagas, a serem preenchidas por intermédio de concurso público, e disse que o Presidente incharia a máquina. Na sua visão, já que é neoliberal, o Estado não serve para nada, a não ser para ser privatizado. Se dependesse dele, o Estado poderia ser vendido a uma empresa norte-americana, que administraria o seu terreno. Esse era o Governo Fernando Henrique Cardoso. Não queremos isso para o nosso Governo, pois precisamos fortalecer o Estado.

O Governador Aécio Neves reconheceu a necessidade de criarem-se vagas em Minas Gerais. Em matéria de um jornal de ontem, o Secretário Anastasia comunicou a abertura de concursos para a administração direta e indireta, em todo o Estado, seguindo, portanto, a nova modalidade: o fortalecimento do serviço público. O Governo Federal deve servir de exemplo, para que os Governos Estaduais abandonem a tese de esvaziar o Estado e passem a fortalecê-lo, outro avanço com o qual o Brasil sonha. Recentemente, o Governo resolveu cutucar uma grande ferida nacional: o abandono da educação pública, fruto do pensamento neoliberal que, durante uma década, prevaleceu no Brasil. A universidade pública estava completamente desamparada, substituída pelas escolas particulares, fortalecidas e aprovadas pelo Ministério da Educação, o qual visava ao lucro. Agora a situação é outra. O Ministro Tarso Genro anunciou e enviou o projeto Universidade para Todos, que dobrará, até o final do Governo, as vagas nas universidades públicas brasileiras. Além disso, anunciou a política de cotas, segundo a qual metade das vagas serão preenchidas por alunos de escolas públicas. Portanto, fortalece-se a escola pública e criam-se vagas para os necessitados. Como se não bastassem essas medidas, 20% das vagas nas escolas particulares também serão preenchidas pela política de cotas, pagas pelo Governo Federal para contemplar a classe média e os mais carentes. Trata-se de um grande programa universitário.

Neste final de semana, em São Paulo, conversei com o Ministro Tarso Genro, que me disse que pretende remeter em agosto o projeto de lei ao Congresso Nacional. Ainda neste ano, haverá transição do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF - para o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico - FUNDEB -, abrangendo desde a educação infantil até o ensino médio e fortalecendo a posição da União, favorável à escola pública. As parcelas menos favorecidas serão beneficiadas com mais quatro anos de escolaridade, totalizando 12 anos. Portanto, o Governo anunciou sua agenda positiva, apontando para o País rumos e perspectivas diferentes das neoliberais. Todavia, ainda falta muito. Somos os primeiros a cobrar ações cada vez mais positivas para gerar renda, emprego e crescimento.

Darei uma notícia que não será muito favorável. O Deputado Chico Simões sempre tem a preocupação de que o partido imponha o nosso programa, o que nem sempre ocorre, porque nos coligamos com outros partidos que não pensam como nós, estando mais à esquerda. O Ministro Palocci, na conferência do PT, garantiu que em outubro o Brasil finda o acordo com o FMI e que não o renovará, porque não queremos mais a sua tutela política. O rompimento com o FMI não se deu na forma como queríamos no passado, por causa do avanço das perspectivas da nossa política econômica.

Portanto, são boas as notícias. O nosso povo ficará feliz. Parece-me que os arautos da crise calaram-se, perplexos, porque sempre torceram para que a política do Governo não desse certo. Sentem que temos a firmeza de um projeto estratégico para o Brasil, e o desenvolveremos com respeito ao movimento popular, não reprimindo os movimentos dos trabalhadores e da reforma agrária, mas, pelo contrário, dialogando com esses movimentos, que têm razão em cobrar divisão de renda para o País. Se não podemos fazê-la de uma só vez, fortaleceremos, os movimentos para que exijam que a façamos de forma mais veloz, desejo de todos.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Cumprimento o companheiro Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco PT-PCdoB. Realmente, contra fatos não há argumentos. Suas informações são fundamentais, pois sabemos que grande parte da mídia manipula as informações, tentando desestabilizar o nosso Governo.

Aproveito para ressaltar o investimento em educação. Desde a ditadura, não víamos investimento prioritário. Hoje, a média da escolaridade do brasileiro é apenas de quatro anos na escola. Portanto, o investimento em educação é importante para erradicarmos a violência e para o crescimento econômico.

Cumprimento V. Exa. e também o Presidente Lula, por essas iniciativas corajosas de investimento nas áreas sociais e nas políticas públicas. Com certeza, os frutos começam a aparecer e serão muito maiores, porque há projeto, seriedade e competência. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputada Maria Tereza Lara. Terminei meu pronunciamento desejando ao Presidente Lula que, em sua estada na China, possa fazer bons negócios. É o Brasil diferente, mudando a cara do neoliberalismo de FHC. Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Lei Federal nº 10.448, de 9/5/2002, em seu art. 1º, instituiu o dia de hoje como o Dia Nacional da Defensoria Pública. Desejo explanar sobre o tema e peço a todos que comunguem conosco nessa

rápida trajetória.

A propósito deste dia, desejo renovar as considerações que tenho feito desta tribuna acerca da Defensoria Pública de Minas Gerais, pois, se devemos reconhecer a existência de consideráveis avanços, é certo que ainda temos muito a conquistar.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 134, atribuiu à Defensoria Pública o "status" de instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados.

Com tal dispositivo, a Carta republicana integrou ao rol dos direitos fundamentais a garantia de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos, conferindo a sua prestação à Defensoria Pública.

Como todo arcabouço jurídico estabelecido àquela época, demandava a necessária regulamentação. Em 12/1/94, no Governo do ex-Presidente Itamar Franco, foi editada a Lei Complementar nº 80, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios, fixando, ainda, normas gerais para a organização das Defensorias Públicas dos Estados.

Minas Gerais, que já havia organizado a sua Defensoria em tempo pretérito, cuidou de recepcionar no art. 129 da Carta mineira a essencialidade da instituição na assistência aos carentes da justiça.

Verifica-se, pois, que o tratamento constitucional dispensado à Defensoria atesta, sem dúvida alguma, a relevância da instituição no Estado democrático de direito, cuja função primordial reside na representação judicial e extrajudicial dos menos favorecidos.

Resultado de acaloradas reivindicações que se fortaleceram ao longo dos últimos anos, o destino reservou ao Governador Aécio Neves sancionar a Lei Complementar nº 65, de 16/1/2003, coroando uma trajetória de lutas travadas particularmente por nossos valorosos Defensores, convencidos de que somente com tal instrumento surgiria a possibilidade concreta de afirmação da Defensoria Pública do Estado.

Realizaram tudo com o irrestrito e absoluto apoio desta Casa, conscientes do papel cometido à Defensoria de garantir que todos, principalmente os mais pobres, tenham como defender dignamente os seus interesses. Democratizar a justiça, razão de ser da Defensoria Pública, sem dúvida alguma, é a bandeira mais alta sustentada por nossos dignos Defensores.

No ardoroso desempenho desse verdadeiro sacerdócio, torna-se então imperioso reconhecer o ideal de luta democrática dos Defensores Públicos mineiros, buscando os direitos dos cidadãos, orientando-os, promovendo acordos ou defendendo-os em processos judiciais nas comarcas do Estado.

Ressalvadas as importantes conquistas, a Defensoria Pública mineira e os seus representantes atravessam atualmente um quadro de dificuldades, cuja realidade já é notória. Há dez anos, o Defensor Público não tem os seus proventos corrigidos. Atualmente, na Federação, superamos apenas a Paraíba em termos de remuneração de nossos dignos Defensores.

Sem dúvida, essa situação desconfortante não pode perdurar, pois fragiliza a instituição, desmotiva os seus profissionais e subtrai ao cidadão mineiro um referencial para a defesa digna de seus verdadeiros direitos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, essa verdade está demonstrada nos números que ilustram a realidade atual da Defensoria Pública, que ensejou, além do mais, a edição de uma campanha dos Defensores intitulada "SOS Defensoria Pública", que visa a arrecadar junto à população material necessário à sua mínima funcionalidade.

Em 2001, a Defensoria Pública fez 1.800.000 atendimentos, em sua maioria na área de família. Incumbiu-se também de mais de 90% dos processos da área penal em todo o Estado, de sorte que a garantia da liberdade do cidadão está igualmente sob sua responsabilidade; porém, esses números sofreram considerável redução em virtude da seguinte realidade: dos 918 cargos de Defensor Público criados pela Lei Complementar nº 65, apenas 426 estão providos; desde 1998 registrou-se uma redução de 40% no quadro de Defensores Públicos mineiros, que migraram para outras carreiras jurídicas, atraídos por melhor estrutura e remuneração, o que tornou precário o atendimento ao público. Por consequência, apenas 75 comarcas são providas de Defensores, 62 são parcialmente providas e 153 estão sem provimento, o que viola o § 2º do art. 130 da Carta mineira, que determina ser "obrigatória a criação de órgão da Defensoria Pública em todas as comarcas".

Prevalece, ainda, uma outra questão, que causa verdadeira angústia e justificada apreensão a um grupo específico de 125 combativos Defensores que aguardam o desfecho de duas ações diretas de inconstitucionalidade em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado e no Supremo Tribunal Federal, cujo resultado poderá declarar sua situação funcional irregular e provocar outra trágica redução nos quadros da Defensoria.

Deparamo-nos com uma situação da maior gravidade, de consequências já sentidas e que contrastam com o que pretende a Lei Orgânica da Defensoria Pública. Na realidade, a edição da Lei Complementar nº 65 certificou que o perfil constitucional da Defensoria Pública requer sejam disponibilizados os meios necessários para o alcance de sua finalidade precípua, qual seja a defesa jurídica das pessoas reconhecidamente pobres; porém, essa meta só será efetivada se o poder público revesti-la dos elementos e dos recursos indispensáveis, traduzidos em amplo instrumental técnico, recursos humanos e condições adequadas ao exercício da função. Tais pressupostos devem ser reconhecidos como essenciais, caso contrário, os preceitos constitucionais que enaltecem a Defensoria irão resumi-la em simples peça figurativa de ofuscado prestígio, faltando-lhe a efetividade prática e suscitando-lhe verdadeiro estado de inércia, por falta da competente estrutura para atender aos interesses da coletividade.

A Defensoria Pública que desejamos para Minas Gerais deve ser uma instituição inovadora. Para isso, precisa ser democrática, autônoma, descentralizada e transparente. Seus profissionais devem prestar serviço exclusivamente aos cidadãos, não ao Governo, e ter compromisso com a proteção e a promoção dos direitos humanos. Esse é o espírito da Lei Complementar nº 65, que esta Casa aprovou e foi sancionada pelo Governador Aécio Neves. Não podemos admitir que a instituição Defensoria Pública, que hoje conta com pouco mais de 400 Defensores Públicos asoberbados com milhares de processos, os quais não dispõem da mínima estrutura para o seu funcionamento, se torne inviável.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Desculpe-me de interromper o belo pronunciamento de V. Exa., mas gostaria de parabenizar os Defensores Públicos aqui presentes. Sou bacharel em Direito, e, hoje, muitos dos meus professores são Defensores Públicos do Estado. Conheço as dificuldades por que passam e tenho a certeza de que o Governador Aécio Neves, no momento adequado, fará o possível para melhorar a qualidade dos serviços e da infra-estrutura da defensoria.

Deputado Dalmo Ribeiro Silva, gostaria de voltar às palavras proferidas pelo nobre Deputado Rogério Correia, que falou sobre a educação no Brasil. Deixo um questionamento a respeito desse assunto. O PT prega fazer investimentos na educação; todavia, o Brasil a que se refere esse partido não é o mesmo em que vivo. Não precisamos ir longe para verificarmos essa assertiva. Se chegarmos ao "campus" da UFMG, que fica

na Pampulha, podemos verificar que a instituição possui grandes problemas. Há contas de água e luz em atraso, problemas com professores e falta de infra-estrutura.

Queria apenas contestar a fala do Líder do PT e dizer-lhe que no País a educação precisa ser prioridade, mas não tem sido considerada assim pelo Governo do Presidente Lula. É hora de descer do palanque. Vamos deixar as promessas de lado e trabalhar. De promessas, o povo está farto! Desculpe-me de interrompê-lo. Parabéns pelo seu pronunciamento! Obrigado.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Ao homenagear a Defensoria Pública neste seu dia, na pessoa da Defensora Pública-Geral, Dra. Marlene de Oliveira Nery, e ao saudar, na pessoa do Presidente da ADEP, Dr. Glauco David de Oliveira Sousa, os Defensores Públicos mineiros aqui presentes, que sempre identificaram este parlamento como verdadeiro destinatário de suas aspirações, queremos, mais uma vez, levantar desta tribuna a nossa voz, ato que, tenho certeza, receberá o apoio incondicional de todos os Deputados, para que gestões sejam feitas junto ao Governador Aécio Neves visando obter rápida resposta ao pleito dos Defensores Públicos.

Sr. Presidente, tenho absoluta certeza de que, assim como tem demonstrado em outras ações, o Governo mineiro saberá resguardar a previsão constitucional constante no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, que confere ao Estado o dever de garantir a todo cidadão assistência jurídica integral e gratuita. Essa é uma garantia fundamental baseada na premissa de que todo e qualquer cidadão possui o direito de ter acesso à justiça, ainda que não tenha condições financeiras para tanto.

Assim, esse preceito constitucional deve ser analisado em sintonia com o princípio do acesso à justiça, também chamado de princípio da proteção judiciária, previsto no art. 5º, inciso XXXV, da Carta Magna, o qual estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

Finalmente, mais uma vez, saúdo os ilustres Defensores Públicos que aqui se encontram neste dia tão especial para a Defensoria Pública. Peço a Deus que continue abençoando vocês durante essa luta. Este parlamento, sem dúvida alguma, é cômico de suas responsabilidades e transfere-lhes a nossa gratidão por tudo que têm feito em suas comarcas, apesar das dificuldades que enfrentam no dia-a-dia. Conhecemos de perto a situação. Estamos certos de que o Presidente desta Casa, o Líder do Governo, enfim, todos estaremos unidos na luta pelo exercício democrático do direito e para que vocês sejam respeitados pela Constituição. Peço a todos que continuem na luta com esperança, pois somente assim, em um Governo austero e competente como o realizado pelo Governador Aécio Neves, conseguiremos o restabelecimento dos direitos do cidadão e dos Defensores Públicos. Parabéns! Que Deus os abençoe!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente e Srs. Deputados, encaminho favoravelmente a esse projeto que estrutura as carreiras dos profissionais de educação básica no Estado. Acredito que a aprovação será por unanimidade, porque a Casa fez muito esforço nessa direção.

Um plano de carreira que, na verdade, é uma obrigação dos Estados e municípios, desde 1997, pois está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB - a obrigação dessa estruturação. O projeto foi enviado a esta Casa no último ano do Governo Itamar Franco. Houve intensa discussão, inclusive com alguns conflitos, pegando carona num projeto do Deputado Rogério Correia, que era inconstitucional porque alterava despesas. Entretanto, realizamos audiências públicas no interior do Estado para forçar o Governo a tomar essa importante decisão.

Em 2002, o projeto estava para ser votado em 2º turno, mas, com sua eleição, o Governador Aécio Neves pediu que não fosse aprovada uma peça isolada, uma vez que tinha em seus planos o choque de gestão. Temos certeza de que não seria conveniente. Alguns sindicatos e entidades de trabalhadores não gostaram, mas compreenderão o pedido com o passar do tempo, principalmente quando o plano for colocado em prática com a tabela de vencimentos, que será enviada num segundo momento.

Hoje, está a bel-prazer dos governantes dar aumentos. O Estado sempre gasta mais que sua receita, portanto ter uma política remuneratória - outro projeto que virá para esta Casa - é muito importante para os servidores mineiros, especialmente para os da educação. Quando eleito, o Governador disse que enviaria o projeto no próximo ano, e assim o fez, enviando o plano de carreira da educação e outros 15 projetos de categorias funcionais. É com muita alegria que encaminhamos essa votação. Estamos certos de que a política remuneratória, o estatuto do servidor e a tabela salarial também virão para o servidor, que tem uma remuneração precária não só na educação.

Hoje contamos com a presença da Defensoria Pública, retrato vivo das condições salariais de Minas. Essa situação não interessa a ninguém, muito menos ao Governador. Deus queira que tenhamos receita para administrar a dívida do Estado - quem sabe até da União? - para que possamos dar uma remuneração condizente com as necessidades dos servidores, especialmente os da educação, que têm uma atividade fundamental para que o Brasil encontre o rumo de seu desenvolvimento. Tenho certeza de que o plano de carreira dos servidores da educação em Minas será aprovado por unanimidade. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, telespectadores, vivemos um processo democrático que é de alto risco, pois muitas vezes é emperrado por aqueles que não querem perder parte do poder.

Quando votamos o plano de carreira, lembrei-me do início dessa luta - desculpem-me os senhores que a conhecem também. Em 1979, houve greve histórica dos professores; foi festiva, mas muito dolorosa. Tivemos a primeira vitória: o reconhecimento do salário dos professores, que, naquela época, era menor que o salário mínimo vigente. Então, o salário foi melhorado. Logo depois, formamos a União dos Trabalhadores de Ensino, porque professores não podiam ter sindicato. Conquistamos mais tarde o direito de tê-lo, e assim nasceu o Sind-UTE. Na época, já reivindicávamos, entre outras providências, além do salário, melhores condições de trabalho e de métodos pedagógicos, direito de eleger os Diretores das escolas e plano de carreira. Imaginem os senhores quantos anos o professorado está suando por isso!

Quando reivindicamos eleição direta para os Diretores, os Deputados gritaram que na escola não se fazia política, enquanto entendíamos que a escola é lugar especial de se fazer política, com "p" maiúsculo. É o lugar onde a democracia deve prevalecer em todos os sentidos.

Quando cheguei a esta Casa, em 1989, dez anos após a primeira greve, as Diretoras ainda eram indicadas pelos Deputados majoritários de cada região. Aí então entrava a politicagem, a interferência dos Deputados na escolha dos Diretores, quando sabemos que pais e alunos não têm partido. Continuamos lutando, e, hoje, as escolas escolhem seus Diretores. Há poucos dias, os professores do Estado eleitos por seus companheiros, pais e alunos, tomaram posse.

Agora, há o plano de carreira, que, após 20 anos, chega a esta Casa. Tomara que seja aprovado e que sejam atendidos os interesses maiores dos professores. Tomara também que a tabela salarial chegue logo.

É muito difícil fazer proposta em que se tem de escolher isso ou aquilo. Não sabemos o que está escondido por trás das propostas. Tomara que cheguem e que tenhamos condições de conhecê-las muito bem, que os professores sejam valorizados e que a tabela salarial proporcione salário digno por um trabalho elogiado por todos - o trabalho de educar, de ensinar e de transmitir conhecimento.

Após tantos anos de luta, vemos o processo democrático avançando lentamente. Temos de reconhecer que não se trata de favor do Deputado tal, do Governador "x" ou do político "y", mas de luta de muita gente e de muitos anos. Podemos repetir o que Fernando Pessoa disse: "Tudo vale a pena quando a alma não é pequena".

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, entendo que hoje estamos prestes a participar de momento extremamente importante para o povo e o Estado de Minas Gerais - a votação em 1º turno de projeto de lei do Governador do Estado. Na verdade, trata-se de projeto elaborado a quatro mãos. O Governador do Estado teve a sensibilidade de encaminhá-lo no início do seu Governo, e não no final, como ocorreu com o Governo passado, não dando tempo para uma discussão maior e ficando o projeto para o próximo Governo. Entendendo o compromisso assumido e a necessidade de dar estabilidade aos nossos professores, o Governador Aécio Neves encaminhou o projeto. Houve também a participação fundamental desta Casa, das bancadas de oposição e dos companheiros que dão sustentação ao Governo. Sua tramitação está sendo transparente e democrática, culminando com a votação em 1º turno.

É um momento histórico para Minas Gerais, do qual me sinto honrado e feliz de participar. Chamo a atenção para outras carreiras, pois, quando se fala em planos de carreira, historicamente pensamos no professor, mas outras categorias lutam para ter seus planos de carreira reconhecidos.

Representantes da Defensoria Pública de Minas Gerais prestam inestimável serviço ao nosso povo, principalmente à população carente. Acompanho o trabalho da Defensoria Pública de Montes Claros e comprometo-me a lutar para solucionar o problema. Haverá um momento de maciça participação, em que esta Casa terá a oportunidade de se manifestar.

Chamo a atenção para o plano de carreira dos funcionários que trabalham na saúde pública do nosso Estado. Sou médico, licenciado há mais de 20 anos. Os profissionais da saúde tiveram grandes prejuízos ao longo dos últimos anos. Não mais existe o médico do Estado, que presta serviço por meio dos postos de saúde, assim como não existe a carreira pública do profissional da saúde. Não existe mais o acesso a ela por parte do médico, do psicólogo, do enfermeiro e do dentista, a não ser por meio das Prefeituras, que muitas vezes sofrem pressões políticas.

Temos em nossas mãos a bandeira dos profissionais da saúde. Devemos lutar para que eles tenham acesso, por meio de concurso público, e estabilidade na carreira. É preciso que o médico volte a ser o médico do Estado, bem como os demais profissionais da área da saúde.

Cumprimento o Governador na pessoa do Presidente desta Casa, do Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, e das lideranças. Tenho verdadeira satisfação de participar dessa primeira votação e espero que possamos oferecer melhores carreiras ao professor e ao funcionário público, com o reconhecimento e o apoio do povo mineiro. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Chico Simões* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, sonhamos com o dia em que todo funcionário público, em todas as instâncias, prestará seu serviço à comunidade, por meio de concurso público, sem que tenha de mudar sua personalidade, bajular ou engolir a seco para manter-se no emprego.

Por meio da carreira e do concurso, o funcionário tem independência para prestar seu serviço, sem correr o risco de perder o emprego. Todo projeto com esse fim terá nosso irrestrito apoio. Estamos discutindo a carreira dos funcionários da educação. O Deputado Paulo Piau falou sobre a importância do projeto do Governador. Porém, o projeto está atrasado um ano e cinco meses.

No final do Governo passado, foi criado não só o plano de carreira, como também suas tabelas de vencimento. Foi construído por duas importantes instituições, o Executivo e os representantes dos funcionários, que estão diretamente relacionadas com a carreira e o salário do servidor. Pediu-se que a votação fosse suspensa, e o Governador comprometer-se-ia a enviar o projeto. Além de ter sido enviado com atraso, não havia a tabela de recebimento de cada servidor. É como se fosse um automóvel sem o motor, só com a carcaça. Esperamos que o motor que comporá a carcaça seja potente, pois não adianta fazer carreira sem oferecer salário digno. Como o funcionário prestará serviço à comunidade, de maneira isenta e tranquila, se o que recebe não dá para sustentar sua própria família? Esperamos que o servidor seja remunerado com um salário digno, que ofereça independência e condições para que ele represente bem o Estado nas ações em que o Estado tenha de estar presente.

Parabenizo, pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, os Defensores Públicos e os funcionários da Defensoria Pública. Registro a nossa preocupação com essa categoria, que não pode ser tratada de maneira desigual. Não desejamos que seja criada uma exceção, mas, se temos todo um conjunto que participa da defesa da cidadania, não pode haver algo cambeta. Não se pode aceitar que o Ministério Público, que é fundamental, conte com salários bastante razoáveis enquanto o Defensor recebe muito menos.

O Governo tem de ter sensibilidade, a fim de que, com ajuda desta Casa, faça com que o Defensor Público disponha de condições de trabalho e de salários condizentes, como os trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público. Assim, com certeza, haverá uma justiça efetiva, e o cidadão mineiro se sentirá muito mais seguro.

O projeto da Deputada Marília Campos, que votamos anteriormente, demonstrou que, quando é dada oportunidade para que cada um de nós, do Poder Legislativo, se manifeste, todos têm boas idéias, apesar de, muitas vezes, não chegarem a Plenário. A Deputada Marília Campos apresentou o seu projeto, que foi discutido por todos nós e melhorado no que foi possível. A Casa acatou a idéia de um Deputado. Infelizmente, nem sempre isso acontece.

Sr. Presidente, há muitas propostas prontas para serem votadas. Nas comissões, dispõem de um prazo para serem apreciadas, mas quando estão preparadas para ir a Plenário, não há mais esse prazo, ficando à espera para serem inseridas na ordem do dia. Isso provoca-me uma frustração. Nenhum projeto deveria ter acordo prévio para ser aprovado. Ele deveria vir a esta Casa para discutirmos. Se a maioria entender que deva ser aprovado, isso deve acontecer, mas, se a maioria entender o contrário, deverá ser rejeitado, e a decisão terá de ser acatada. A democracia é isso.

A minha frustração com relação ao Poder Legislativo é a seguinte: infelizmente, as ações e as propostas que realmente mexem com a vida do cidadão e que alteram a ordem que beneficia aqueles que mais precisam muitas vezes não vêm a esta Casa para que as discutamos. Com isso, o Poder Legislativo passa a votar ou aquilo que o Executivo determina ou alguns projetos de menor relevância, como doações de terrenos ou algo semelhante.

Com relação ao exemplo da Deputada Marília Campos, houve o interesse do Executivo em discutir matéria semelhante. Esperamos que também

as nossas propostas, que não estejam na ordem do dia, na concepção do Executivo, sejam apreciadas. Temos de discutir e exercitar a democracia. Aqui é a Casa do debate e da discussão. Tenho a certeza de que, independentemente do resultado de uma proposta de qualquer um de nós, isso jamais tumultuará o nosso relacionamento, já que aqui há 77 pessoas preparadas. Quando inseriram o seu nome para representar o Legislativo mineiro, pelo menos tinham a concepção precisa do que é esse Poder. Esta é a Casa do debate e da discussão, onde a maioria tem de prevalecer sobre a minoria.

Solicito à Presidência o seguinte: apresentamos três projetos importantes e não faço questão que sejam aprovados. É lógico que desejo isso, mas tenho certeza de que não ficarei constringido caso não sejam aprovados, mas desejo, pelo menos, debatê-los e discuti-los com a sociedade.

Estão na ordem do dia. Um deles apresenta fato semelhante ao que está sendo discutido em Brasília, onde estão propondo o término da taxa de assinatura dos telefones. É um absurdo você pagar R\$31,00 para ter seu nome numa companhia telefônica. Em países adiantados, como os Estados Unidos, que muitas vezes gostamos de imitar, basta você discar. O aparelho está lá e não se paga assinatura. Aqui, nós a pagamos. Proponho projeto semelhante com a CEMIG e com a COPASA, para que a taxa mínima não seja cobrada. Isso é politicamente correto e justo para que não se estimule o gasto de energia e de água, dois bens findáveis, sem necessidade. O outro projeto solicita que companhias de saneamento básico que prestam serviços numa determinada cidade há mais de dez anos, cobrando pelo esgoto sem tratá-lo, tenham o mesmo prazo para fazer o tratamento. Isso também é justo e correto.

Por último, aproveito a fala do Deputado Carlos Pimenta, com relação à carreira dos funcionários do PSF. Essa proposta é importante para que esses profissionais não fiquem à mercê dos Prefeitos e não tenham de bajulá-los. Em jornal de grande circulação no Estado, mostrou-se a situação dos agentes de saúde. São subempregados que se empregam e desempregam de acordo com a vontade do Prefeito, sem direito a nada. Propomos isso para termos a tranquilidade de ver cidades pequenas contarem com esses profissionais. Hoje, 224 Prefeituras não têm sequer um profissional da saúde residente, exatamente por não existir essa segurança.

Portanto, esses projetos são importantes, porque melhoram a vida do contribuinte.

Encerramos nossa fala afirmando que é um prazer votar o plano de carreira dos funcionários da educação, mas solicitamos à Presidência que inclua os nossos projetos na pauta, para que possam ser discutidos. O Plenário definirá o resultado. Aqui só existem pessoas maduras e conscientes. Certamente, votarão as matérias da melhor maneira possível, visando ao bem-estar do povo mineiro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, serei breve, porque o importante é que o plano de carreira seja aprovado. Cada um tem uma história para contar, mas é fundamental que possamos aprová-lo em 1º e 2º turnos rapidamente. Para viabilizar a chegada desse projeto ao Plenário, pronto para ser votado em 1º turno, deixamos de apresentar algumas emendas e retiramos outras, para que fossem melhor recebidas na Comissão de Educação, em 2º turno, e depois no Plenário. Para tanto, o PT e o PCdoB fizeram acordo com a Secretaria de Planejamento, por meio do Secretário Anastasia, e com a bancada governista, por meio do seu Líder, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Gostaria apenas de tornar público o significado dessas emendas, porque são fundamentais e devem ser incluídas no plano durante o 2º turno. É importante que os trabalhadores da educação e o povo mineiro também sejam avalistas desse acordo. Trata-se de quatro emendas. A primeira delas diz respeito à tabela que determina o piso salarial. Infelizmente, o projeto veio a esta Casa sem essa tabela. No nosso entender, o correto seria que fosse incluída na proposta inicial. A tabela é o motor do carro; e o plano, a carcaça. Se você não coloca motor, o carro não anda. Não pode haver promoção e progressão, se não houver piso salarial. Estabelecemos a idéia de que essa proposta fosse remetida a esta Casa 30 dias após a sanção do projeto. A intenção do Governador era remeter a tabela somente depois da aprovação da política remuneratória. Então, haveria projeto de lei nesse sentido para ser aprovado e sancionado, viabilizando assim o envio da tabela salarial.

Isso poderia demorar - já que há eleições neste ano - até o ano que vem. Portanto, fizemos um acordo de não estabelecer uma data, mas, independentemente de política remuneratória, a tabela virá. O Sindicato dos Professores deverá ter a força necessária para ditar o prazo em que virá a tabela. E isso ocorrerá no dia em que o Governador decidir, no dia em que o movimento pressionar o Governo, independentemente de aprovação de outra lei. Esse foi o primeiro acordo que fizemos.

A segunda questão refere-se à avaliação de desempenho, que todos sabemos ser um instrumento importante, a qual tem de ser feita por determinação da Secretaria e do Governo. Mas, caso o Governo não proceda à avaliação, nossa emenda diz que todos serão considerados aptos, garantindo que os trabalhadores não sejam prejudicados.

A terceira questão refere-se à promoção por cursos, que, da forma como se encontra, pode demorar até cinco anos. No nosso entendimento, terminado o curso, apresentada a documentação, a promoção deve ser automática. Portanto, se o professor concluiu um curso superior, um mestrado, um doutorado, apresentando a documentação, a promoção se daria imediatamente.

Por fim, o Governo terá de editar um decreto para o reenquadramento do professor no futuro plano do trabalhador em educação. A emenda diz que o sindicato participará, será ouvido e opinará sobre o decreto de reenquadramento.

Essas quatro emendas foram negociadas. Não as apresentamos no 1º turno porque, caso o fizéssemos, o projeto teria de voltar às comissões, o que ensinaria de uma semana a 15 dias de atraso. Mas o compromisso feito com o Governo, por intermédio da Secretaria de Planejamento e da Liderança do Governo, dá-nos a tranquilidade de afiançar aos trabalhadores em educação que essas emendas serão aprovadas.

Peço a aprovação do projeto na forma em que se encontra, com a garantia do acordo firmado, da inclusão dessas quatro emendas, além de outras que serão apresentadas pelos demais Deputados dos diversos partidos desta Casa. Obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/5/2004, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 24/5/2004, Márcia Maria Nunes Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

nomeando Everardes Rodrigues Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando Samira Marques Lopes Ferreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Karime Patricia Paixão da Matta para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A. Objeto: prestação de serviços especializados de manutenção e assistência técnica para 67 retransmissores das estações repetidoras do Sinal da TVA e de manutenção corretiva nos equipamentos que menciona. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir de 30/4/2004. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput" e inciso I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Contratado: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Objeto: realização de cursos de informática. Objeto deste aditamento: segunda prorrogação com reajuste do preço. Dotação orçamentária: 33903900. Vigência: 12 meses a partir da assinatura.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2004

CONCORRÊNCIA Nº 1/2004

A Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais informa aos interessados que foram prestados esclarecimentos ao edital da concorrência em epígrafe, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC -, nas modalidades local fixo-fixo, com fornecimento de central telefônica PABX e aparelhos telefônicos, longa distância nacional, longa distância internacional, e para prestação do serviço móvel (pessoal ou celular) na modalidade local móvel-móvel, em resposta aos questionamentos de uma empresa. Tais esclarecimentos se encontram no processo à disposição dos interessados.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2004.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2004

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2004

Objeto: aquisição de envelopes e pastas. Licitantes vencedores: Artes Gráficas Cores Novas Ltda. (lotes 1 e 2) e Webs Informática Ltda. (lotes 3 e 4).

Eduardo de Mattos Fiuza, Pregoeiro.